

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES - SCHLA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – DECISO**

THAYS ALMEIDA MONTICELLI

**DIARISTAS, AFETO E ESCOLHAS: RESSIGNIFICAÇÕES NO TRABALHO
DOMÉSTICO REMUNERADO**

**CURITIBA
2013**

THAYS ALMEIDA MONTICELLI

**DIARISTAS, AFETO E ESCOLHAS: RESSIGNIFICAÇÕES NO TRABALHO
DOMÉSTICO REMUNERADO**

Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Setor de Ciências Humanas Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Marlene Tamanini.

**CURITIBA
2013**

THAYS ALMEIDA MONTICELLI

**DIARISTAS, AFETO E ESCOLHAS: RESSIGNIFICAÇÕES NO TRABALHO
DOMÉSTICO REMUNERADO**

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte Banca Examinadora:

Orientadora: Prof^a Dra. Marlene Tamanini
Departamento de Ciências Sociais, UFPR

Prof^a Dra. Jurema Gorski Brites
Departamento de Ciências Sociais, UFSM

Prof. Dr. Pedro Rodolfo Bodê de Moraes
Departamento de Ciências Sociais, UFPR

Curitiba, 21 de fevereiro de 2013.

Para minha querida avó Santinha
Marchine de Almeida.

AGRADECIMENTOS

Seria impossível concluir essa pesquisa sozinha. Foram muitas pessoas que me apoiaram e me deram as bases para que esse trabalho se concretizasse. Ao longo destes dois anos me mantive em uma verdadeira economia de gratidão, onde possivelmente, fui a que mais recebeu afetos, atenções e carinhos.

Sou imensamente grata a diarista que semanalmente vinha a minha casa e cuidava de todas as tarefas enquanto eu fazia este trabalho. Gostaria de agradecer também a todas as trabalhadoras que compartilharam comigo suas trajetórias e experiências, assim como os deliciosos cafés servidos nesses encontros tão acolhedores.

Sou grata ao Jader Coelho, companheiro de uma vida. Que me apoiou, deu broncas e que muitas vezes aguentou minhas desenfreadas risadas ou choros.

À toda minha família: João, Bárbara e Daniel. Que mesmo tão distantes, se fizeram incrivelmente presentes nesse caminho.

Gostaria de agradecer ao Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná, pelas tantas coisas novas aprendidas. Além disso, os espaços cedidos ao Núcleo de Estudos de Gênero foram fundamentais para que novas referências fossem adquiridas.

Agradeço aos professores e colegas que estiveram nas discussões do grupo de Seminário Metodológicos de Gênero, que leram, debateram e me ajudaram a traçar o caminho desta pesquisa.

Da mesma forma, sou grata a professora Miriam Adelman pelas preciosas dicas empíricas, bibliográficas e por toda atenção que se dedicou ao processo de qualificação desta pesquisa! Muito obrigada!

Minha mais sincera gratidão a Marlene Taminini, que se dedicou nestes últimos anos a me escutar, ensinar e orientar. Sua compreensão acerca dos meus limites e as incansáveis insistências foram essenciais para que houvesse a conclusão deste trabalho. Muito obrigada pela imensa dedicação!

Agradeço a Jurema Brites, que sempre esteve presente no meu aprendizado. Suas lições eu levo por toda vida!

Gostaria de agradecer a Carol, Ricardo, Ana Maria e Silvia pelas risadas, cervejas, desabafos, pelas músicas e pela força neste trabalho! Sem nossos laços fraternais esse caminho não seria tão agradável.

À queridíssima Anelise, muito obrigada por tudo! Não tenho palavras para agradecer todos os momentos que você me ajudou e apoiou. Obrigada por poder partilhar tantas coisas com você.

Aos amigos, um brinde! Sem vocês não saberia qual é, realmente, o gosto das vitórias e derrotas. Mesmo com a distância, vocês fazem parte dessa construção. Obrigada por estarem sempre comigo: Carol, Bruna, Aline, Marilisa, Rogerinho, Thiago, Marina, Bruno, Pedro, Laís, Rodrigo, Gabi, Janaina, Jéssica e André.

Os apoios institucionais também foram importantes, pude contar com a gentileza de Luiz Paganoto e sua imensa prontidão em me ajudar a sistematizar os dados ofertados pelo IBGE. Agradeço a CAPES por financiar meus estudos e minha pesquisa.

Maria, Maria, é um dom, uma certa magia
Uma força que nos alerta
Uma mulher que merece viver e a amar
Como outra qualquer do planeta
Maria, Maria, é o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta

Mas é preciso ter força, é preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo essa marca
Maria, Maria, mistura a dor e alegria
Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania de ter fé na vida

(Maria, Maria - Milton Nascimento)

RESUMO

Esta dissertação é fruto da pesquisa realizada no ano de 2011 e 2012 visando compreender o quadro de trabalho realizado pelas diaristas em Curitiba-PR. O objetivo é expor por quais lógicas as afetividades são construídas nas relações entre empregadores e diaristas, considerando suas ambivalências, particularidades e trajetórias. Através de teorias sociológicas que visam interpretar as emoções, sentimentos e subjetivações, analisei como estas trabalhadoras realizam escolhas e seleções afetivas pautadas nas diversas experiências vividas, considerando as relações de poder imbricadas nestes espaços e contextos. Por meio de pesquisa de campo, entrevistas e análises de conteúdo, percebi que o trabalho realizado em diárias é um processo, bem sucedido, do agenciamento conquistado por estas trabalhadoras, que concretiza para além de um quadro de autonomia trabalhista, intercâmbios e negociações que envolvem afetos, relações monetárias e gratidão. Dessa forma, o trabalho realizado em diárias traz novas considerações acerca do trabalho doméstico remunerado na sociedade brasileira.

Palavras-Chave: Diaristas. Trabalho Doméstico Remunerado. Afeto. Agenciamento.

RESUMÉ

Cette dissertation est le résultat de recherches menées en 2011 et 2012 afin de comprendre le contexte du travail réalisé par les diaristes à Curitiba-PR. L'objectif est d'exposer la logique par laquelle l'affectivité sont construits dans les relations entre les employeurs et les travailleurs, compte tenu de ses ambivalences, les caractéristiques et les trajectoires. À travers des théories sociologiques qui cherchent à interpréter les émotions, les sentiments et subjectivation, j'ai analysé comment ces travailleurs effectuent choix et sélections affectives dans les diverses expériences vecús, je considère également des relations de pouvoir qui sont imbriquées dans ces espaces et contextes. À travers des recherches, des entretiens et l'analyse de contenu, j'ai compris que le travail effectué en une journée est un processus réussit de l'agence conquis par ces travailleurs. Ce processus apporte une réalité de l'autonomie et de négociations qui implique des relations d'affect, de gratitude et monétaire. Ainsi, le travail fait en un jour apporte de nouvelles considérations sur le travail domestique rémunéré dans la société brésilienne.

Mots-clés: Diaristes, Travail Domestique Rémunéré, Affect, Agence.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – BAIRROS EM QUE AS DIARISTAS ENTREVISTAS MORAM EM RELAÇÃO À ESTRUTURA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA-PR42	
FIGURA 2 - BALCÃO COM ELETRODOMÉSTICOS DA CASA DE NICÉIA	50
FIGURA 3 - FOGÃO DE MESA SOB UM ARMÁRIO.	50
FIGURA 4 - TRAJETO QUE CELESTE REALIZA SEMANALMENTE PARA TRABALHAR	144
FIGURA 5 - TRAJETO QUE DAYANA FAZ SEMANALMENTE PARA TRABALHAR	145

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - SEGUNDO SEXO E COR/RAÇA ENTRE TRABALHADORES DOMÉSTICOS REMUNERADOS	88
TABELA 2 - IDADE E COR/RAÇA, ENTRE AS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS REMUNERADAS DO BRASIL	89
TABELA 3 - ANOS DE ESTUDO E COR/RAÇA, ENTRE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS REMUNERADAS NO BRASIL	89
TABELA 4 - RENDIMENTO MENSAL POR COR/RAÇA ENTRE AS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS REMUNERADAS DO BRASIL	90
TABELA 5 - RELAÇÃO DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS REMUNERADAS COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA	90
TABELA 6 - RELAÇÃO DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS REMUNERADAS CONTRIBUINTES DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO	91
TABELA 7 - SEGUNDO SEXO E COR/ RAÇA, ENTRE TRABALHADORES DOMÉSTICOS REMUNERADOS NA REGIÃO SUL DO BRASIL	92
TABELA 8 - SEGUNDO SEXO E COR/RAÇA, NO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO DO ESTADO DO PARANÁ	93
TABELA 9 - IDADE E COR/RAÇA ENTRE AS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NO ESTADO DO PARANÁ	94
TABELA 10 - ESCOLARIDADE E RAÇA/COR ENTRE AS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DO PARANÁ.	95

TABELA 11 - RENDIMENTO MENSAL POR COR/RAÇA ENTRE AS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DO PARANÁ	96
TABELA 12 - RELAÇÃO DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS REMUNERADAS COM CARTEIRA DE TRABALHO SEGUNDO COR/RAÇA NO ESTADO DO PARANÁ	96
TABELA 13 - RELAÇÃO DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS REMUNERADAS CONTRIBUINTES DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO SEGUNDO COR/RAÇA NO ESTADO DO PARANÁ	97
TABELA 14 - RELAÇÃO DE SUBGRUPOS DO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO DO ESTADO DO PARANÁ EM 2001	98
TABELA 15 - RELAÇÃO DE SUBGRUPOS DO TRABALHO DOMÉSTICO POR RENDIMENTO, NO ESTADO DO PARANÁ EM 2001	98
TABELA 16 - TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO E PERCURSO/ TEMPO PARA O TRABALHO	99
TABELA 17 - TRABALHO DOMÉSTICO NA RMC SEGUNDO SEXO E COR/RAÇA.	102
TABELA 18 - RELAÇÃO DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS REMUNERADAS SEGUNDO IDADE E COR/RAÇA	103
TABELA 19 - RELAÇÃO DE ANOS DE ESTUDO POR COR/RAÇA ENTRE AS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NA RMC	104
TABELA 20 - O TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO SEGUNDO COR/RAÇA E RENDIMENTO MENSAL NA RMC	104
TABELA 21 - RELAÇÃO DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS POR CARTEIRA ASSINADA E COR/RAÇA NA RMC.	105
TABELA 22 - RELAÇÃO DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DA RMC SEGUNDO CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA E COR/RAÇA	106
QUADRO 1 - DADOS DAS DIARISTAS ENTREVISTADAS EM CURITIBA - PR 41	
QUADRO 2 - CUSTO PARA EMPREGADORES COM A PEC 478/10	112

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 “A SALA DE VISITAS”: CONTEXTOS, TEORIAS E MARCOS METODOLÓGICOS	19
1.1 NOVAS CONFIGURAÇÕES NO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: APRESENTANDO O UNIVERSO DAS DIARISTAS	22
1.2 “ARRUMANDO A CASA”: MARCOS METODOLÓGICOS E PERCEPÇÕES SOBRE O CAMPO DE PESQUISA	29
1.2.1 Caminho Metodológico	30
1.2.2. Entrevista e Entrevistadas: breves descrições sobre as diaristas e seus contextos	35
1.2.3. “Batendo de Porta em Porta”: Percepções e Campo de Pesquisa.....	43
1.2.3.1 A recepção em suas casas.....	45
1.2.3.2 Vamos tomar um café?	51
1.2.4 A recepção na casa de seus empregadores?.....	53
2 “LIMPANDO A ESTANTE”: OS ESTUDOS SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO	58
2.1 TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO E OS ESTUDOS RACIAIS	59
2.2 OS ESTUDOS FEMINISTAS NO CAMPO DO MARXISMO	65
2.3 OS ESTUDOS FOCADOS NAS SUBJETIVIDADES CONSTRUÍDAS NAS RELAÇÕES DO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO.....	70
2.4 EMOÇÕES, AFETOS E SUBJETIVIDADES: MARCOS TEÓRICOS SOBRE AS RELAÇÕES QUE ENVOLVEM AS DIARISTAS.....	77
2.4.1 Como Pensar o Afeto em Marcos Sociológicos	78
2.4.2 Emoções, Sentimentos e Subjetividades: a elaboração de possíveis trajetórias ...	82
3 “O TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO EM NÚMEROS”: o contexto do paraná e de curitiba.....	87
3.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO NO BRASIL	87
3.2 CARACTERÍSTICAS GERAIS SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO NO PARANÁ	91
3.3 CARACTERÍSTICAS GERAIS SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.....	100

4 “VOCÊ MEXEU NOS MEUS DOCUMENTOS?”: TRAJETÓRIA LEGISLATIVA E O SEU CONTEXTO EM CURITIBA-PR.....	108
4.1 A LEGALIZAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO	109
4.1.1 Possíveis mudanças?	111
4.1.2 Convenção 189 e Recomendação 201 da OIT	115
4.2.1 A jurisprudência nas narrativas.....	123
5 AFETOS, ESCOLHAS E EMOÇÕES: RESSIGNIFICAÇÕES NO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO	128
5.1 VIDA PESSOAL E TRAJETÓRIA TRABALHISTA: CONEXÕES E INTERCÂMBIOS.....	129
5.2 ESCOLHAS E SELEÇÕES: A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO CAMINHO NO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO	137
5.3 “QUANTO VALE UMA DIÁRIA?”: A ECONOMIA DOS AFETOS E DA GRATIDÃO.....	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
REFERÊNCIAS.....	162

INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado faz parte de um caminho que venho percorrendo na minha trajetória acadêmica. Os meus estudos acerca do trabalho doméstico remunerado iniciaram-se na graduação, sendo consequência das minhas insatisfações em relação às desigualdades sociais, de gênero e cidadania. Assim, a pesquisa que apresento surge da vontade de compreender melhor um quadro de relações de trabalho que se configura com particularidades e lógicas que ainda não foram totalmente questionadas ou pesquisadas.

O início desses estudos se deu quando participei do “I Colóquio Simone de Beauvoir - maternidades, paternidades, conjugalidades e política” em 2009 na Universidade Federal de Juiz de Fora - MG. Através das discussões realizadas no Colóquio, tive o primeiro contato com as teorias de gênero e com as reivindicações feministas frente à realidade social brasileira. Além disso, fiquei completamente encantada com a vida e a obra de Simone de Beauvoir. Esse encantamento seguiu-se porque todo sentimento de injustiça, desigualdade, silêncio e retrocesso que eu percebia em meu cotidiano em relação às mulheres, e até então não compreendia suas causas e efeitos, se concretizou em estudos e análises com bases na literatura, na antropologia e na sociologia, colocando um ponto final em algumas inquietações pessoais e ascendendo muitas outras.

Esse primeiro encontro com as teorias feministas e de gênero me fez procurar a professora Jurema Brites, pois além de organizadora do evento era a única professora da instituição que se reportava a temas afins. Ao longo do tempo fui me aproximando cada vez mais dos espaços de discussão de gênero na universidade, o que resultou no convite, da própria professora Jurema Brites, para uma bolsa de iniciação científica.

O principal foco da pesquisa na qual me inseri era deixar registrada a história de vida das militantes pioneiras do movimento sindical de trabalhadoras domésticas remuneradas, assim como compreender a trajetória política dos principais sindicatos do Brasil. Foi nesse momento que entrei em contato com a literatura referente ao tema, me situando frente ao debate que cerca a realidade do trabalho doméstico remunerado, compreendendo suas particularidades trabalhistas e políticas. E foi através dessas leituras, que escolhi utilizar o termo “trabalho doméstico remunerado”, pois de acordo com as noções teóricas da divisão sexual do trabalho, toda tarefa feita dentro dos lares é

classificada e categorizada como um trabalho, desnaturalizando estereótipos ligados aos valores impregnados nestas tarefas, portanto o “trabalho doméstico” é designado a todo tipo de serviço realizado nas residências, assim denomina-se, nesta pesquisa, “trabalho doméstico remunerado” aquela função executada por uma pessoa fora da rede parental, que está sob um contrato trabalhista. Esse termo também foi escolhido por concordar com as reivindicações sindicais da categoria relativas ao emprego linguístico nesse segmento profissional, colocando-se como trabalhadoras e não como empregadas domésticas. Dessa forma, justifico essa denominação também como uma postura feminista e política.

Na pesquisa da qual participei tive acesso há várias narrativas de trabalhadoras domésticas remuneradas, que chegavam aos sindicatos para conhecer seus direitos e para denunciar casos de abusos morais e de descumprimento das leis trabalhistas. Em meio a este público, havia um grande número de diaristas que buscavam alguma estratégia legal que lhes pudesse garantir direitos, já que este trabalho é realizado atualmente sem nenhum amparo constitucional. Além disso, as narrativas das diaristas me chamaram muita atenção, pois descreviam a convivência com seus empregadores de uma maneira que até então eu não havia escutado ou lido em nenhuma obra. Elas se mantinham em uma postura autônoma frente aos atos que consideravam injustos; como por exemplo, não continuar a trabalhar em uma residência porque o empregador não havia deixado o dinheiro do vale-transporte junto ao da diária. Complexificando tal percepção, também observei que as afetividades estavam ligadas a estas relações trabalhistas, porém estavam construídas por outros códigos.

Além dessa postura autônoma, outras características que se apresentavam em meu cotidiano me faziam questionar cada vez mais sobre as relações entre as diaristas e seus empregadores; como amigos que não conheciam pessoalmente suas faxineiras e as conversas a respeito dos cuidados da casa estabelecidos por bilhetes e telefonemas, o que fazia com que estas relações trabalhistas não fossem construídas por compartilhamentos cotidianos. Fui percebendo então, que as relações de contratações de faxineiras e diaristas estavam se organizando a partir de outros conteúdos. Nessa perspectiva, a contratação de uma mulher por apenas um dia, não envolveria as mesmas relações afetivas responsáveis por tantos aspectos entre empregadores e trabalhadoras domésticas remuneradas sob contrato mensal?

O trabalho realizado pelas diaristas se configura por relações mais rápidas, tanto em seu ofício propriamente dito, quanto no relacionamento com as pessoas residentes na casa. Este aspecto que conta com a rapidez, com as noções de “momentaneidade e brevidade” deve-se ao fato de que a inserção da diarista no espaço de trabalho costuma ser pautado por um contrato pontual. Exige-se para fazer uma faxina um tempo determinado e regrado por um vínculo de menos horas. Deste modo é necessário agilidade na limpeza, já que esta é realizada em apenas um dia, requerendo estratégias velozes e eficientes para corresponder com as exigências dos empregadores. Assim, os relacionamentos estabelecidos dentro da casa não são cultivados diariamente e tampouco por longo período de tempo, mostrando que há novas configurações sendo estabelecidas por esses contratos, que eu denomino nesta pesquisa como “relações com maior dinamicidade”.

Compreendendo esses aspectos, foram surgindo percepções que me permitiram construir hipóteses acerca dos dois lados destas relações. De um lado, questionei se este afastamento trabalhista era produzido e assumido pela própria diarista, para não ter que conviver com as ambivalências do afeto e das hierarquias estabelecidas dentro do âmbito doméstico, como o é no caso das mensalistas; o que lhes permitiria livrar-se de humilhações ou dos desgastes físicos e emocionais. Hipoteticamente pensei que deste modo, a diarista se encontraria em um processo de trabalho mais racionalizado, no sentido de que se preocuparia mais em cumprir as tarefas a serem realizadas do que em manter boas relações naquele espaço e com aquelas pessoas, aspecto este que se faz fundamental no contrato de uma mensalista.

Dentre estas primeiras hipóteses, me propus então, a compreender por onde se vinculam o afeto nas relações trabalhistas cujo conteúdo deve ser desenvolvido de maneira pontual, rápida, com tempo racionalizado. Se a relação nesse trabalho não se estabelece pelos afetos mantidos pela convivência pessoal, tão presentes pelo exercício trabalhista da mensalista, ele pode aparecer por outros meios, que se acrescentam aos cuidados e agrados ao deixar o local arrumado, limpo e agradável aos olhos de seus empregadores? Que novos conteúdos estão se interpondo entre afetos, dependências, direitos e competências para o exercício profissional? Quais são as novas subjetividades que permitem às diaristas “lidar” com necessidades, tensões e escolhas?

A pesquisa que desenvolvo em Curitiba, tem como principal objetivo compreender como são estabelecidas as formas de afetividades nessas relações de

trabalho, considerando as experiências e emoções vividas pelas diaristas. Além disso, visto perceber, como as diversas posições sociais e as emoções que lhes são suscitadas frente aos espaços e contextos configurados pelas relações de poder, como as trabalhistas, jurídicas e pessoais influenciam e afetam suas percepções de si, e lhes proporcionam parâmetros para traçar novos caminhos.

As relações afetivas são pensadas nesta pesquisa de acordo com as teorias de gênero e com uma sociologia que visa interpretar as relações e emoções, imbricada nas diversas posições dos sujeitos. O afeto, a emoção e a posição da experiência vivida influencia no modo como interpretamos o mundo. Esta interpretação modifica a maneira que pensamos e sentimos frente às relações estabelecidas em nossa vida. Assim, penso o afeto estruturado em planos interpretativos de nossa sociedade, implicando que os afetos são possíveis quando estão articulados em círculos de afetos sociais, tal qual definido por Hochschild (2008), Butler (2010) e Chodorow (2003).

Desta forma, as perguntas que fundamentam esta pesquisa são: por quais experiências as diaristas já se afetaram em suas trajetórias? Como o afeto se insere na construção dos direitos e da cidadania? Como o afeto é considerado em relação ao conteúdo deste trabalho? E como a afetividade se configura nas relações entre empregadores e diaristas?

Para responder a essas indagações tracei como objetivos específicos desta pesquisa: 1-Investigar os espaços e os contextos que as diaristas convivem em seu cotidiano, para apreender como as estruturas sociais que estão ao seu redor as afetam. 2- Compreender quais são suas posições perante a legislação brasileira, e como as afetividades se interligam com as relações jurídicas e de cidadania. 3- Analisar como os afetos estão vinculados ao processo de agenciamento das diaristas, se ao vivenciarem situações de violências conseguem elaborar novos caminhos trabalhistas para sua trajetória. 4- Compreender como a afetividade se estabelece nas relações entre diaristas e seus empregadores, e como estes afetos condicionam ou não suas escolhas e seleções trabalhistas.

Estas questões são abordadas nesta dissertação em cinco capítulos. No primeiro deles intitulado “*A Sala de Visitas*”: *contextos, teorias e marcos metodológicos*”, apresento como o trabalho doméstico remunerado vem se configurando atualmente em nossa sociedade. Ressalto como as diaristas se integram nesta categoria profissional, além de mostrar como este segmento foi interpretado por algumas obras que já o

analisaram. Neste capítulo ainda esclareço por quais marcos teórico-metodológicos esta pesquisa se fundamentou, centrando nas perspectivas que me dão aparato para apreender e interpretar a realidade da qual vive as diaristas; bem como descrevo todo percurso realizado no campo de pesquisa, pois este foi fundamental para compreender como as estruturas sociais afetam a vida dessas mulheres, nos mostrando como algumas escolhas e seleções são realizadas.

No segundo capítulo, intitulado *“Limpendo a Estante”: os estudos sobre trabalho doméstico remunerado*, apresento como este trabalho já foi analisado pela Ciências Sociais, evidenciando três perspectivas analíticas: os estudos raciais, as análises feministas de bases marxistas e as obras focadas nas subjetividades construídas nestas relações de trabalho. Além disso, apresento por quais teorias em relação aos afetos, emoções e agenciamento esta pesquisa se fundamenta. Dessa maneira, busquei elementos analíticos que me proporcionaram compreender algumas características encontradas no contexto curitibano, e das narrativas das diaristas.

Seguindo esta lógica, no terceiro capítulo – *“O Trabalho Doméstico Remunerado em Números”: o contexto do Paraná e de Curitiba*” - analiso quantitativamente o contexto do trabalho doméstico remunerado do Estado do Paraná e da Região Metropolitana de Curitiba através dos dados oferecidos pela Pesquisa de Amostra por Domicílio (PNAD). Assim, é possível compreender o quadro social que as diaristas desta pesquisa vivenciam. Ainda articulo com os dados quantitativos as narrativas das diaristas entrevistadas, demonstrando como o trabalho infantil, a baixa escolaridade e a informalidade trabalhista as afetam significativamente.

No quarto capítulo - *“Você Mexeu nos Meus Documentos?”: trajetória legislativa e o seu contexto em Curitiba-PR*, apresento o campo legislativo e as desigualdades que ainda perduram na jurisprudência brasileira. Ressalto como a Organização Internacional do Trabalho vem discutindo as condições trabalhistas do trabalho doméstico remunerado. Além disso, demonstro como as relações de afetos estão interligadas com as complexidades jurídicas, influenciando a percepção destas mulheres, lhes proporcionando parâmetros para estabelecer outros caminhos em sua trajetória.

Por último, no capítulo cinco intitulado *“Afetos, Escolhas e Emoções: ressignificações no trabalho doméstico remunerado”* apresento como foi a trajetória destas diaristas entrevistadas, suas emoções e sentimentos perante diversas situações

que já vivenciaram. Assim, demonstro que estas emoções são as bases para compreender por quais parâmetros as escolhas e seleções realizadas pelas diaristas são pautadas, construindo um contexto de agência em suas vidas. Além disso, ainda descrevo por quais conteúdos os afetos são expostos nestas relações.

Assim, apresento nesta pesquisa como as emoções e sentimentos podem nos suscitar diversas interpretações pessoais, que nos levam a ressignificar nossos conceitos e trajetórias, modificando como percebemos o mundo e como estabelecemos novas possibilidades em nossas vidas. O ato de compreender como as experiências puderam transformar emocionalmente a vida destas trabalhadoras, também modificou a minha própria maneira de pensar, sentir e observar as relações que tangem a nossa sociedade. Eis aí, um pequeno relato a respeito do que me deparei, com labirintos construídos de afetos, trabalhos e emoções.

1 “A SALA DE VISITAS”: CONTEXTOS, TEORIAS E MARCOS METODOLÓGICOS

Nos últimos dois anos, no Brasil, muitas discussões em relação ao trabalho doméstico remunerado foram estabelecidas em jornais, revistas e programas televisivos. Todas as reportagens e entrevistas visavam esclarecer o "fenômeno do desaparecimento" desse setor trabalhista, e ampliar os questionamentos em relação à economia, e aos hábitos domiciliares cultivados culturalmente durante muitos anos no país. Esse “fenômeno” apresentado ainda era associado a uma “evolução civilizatória” da sociedade brasileira. Considerava-se que finalmente o Brasil passaria a se comportar como nos países europeus e norte americanos que “vivem”¹ sem essas contratações trabalhistas. Essa idéia é bem explícita na coluna de Gilberto Dimenstein publicada pela Folha de São Paulo², na qual o jornalista expõe como será o futuro brasileiro sem o “luxo do emprego doméstico”, com as seguintes palavras:

Vai ocorrer o que ocorre em qualquer país civilizado. (...) Os meninos e meninas aprenderão a limpar seus quartos. Famílias comerão mais comida de fora e se usarão lavanderias públicas, gerando novos empregos. Vamos comprar mais roupas que não precisam passar. Universitárias se disporão a cuidar de crianças em suas horas vagas, ganhando um bom dinheiro. (DIMENSTEIN, 2012, s. p.).

Além da declaração de Gilberto Dimenstein, a Revista Época³ abordou como principal reportagem de sua edição semanal o desaparecimento da trabalhadora doméstica remunerada; colocando como principais evidências a melhor distribuição de renda regional, o crescimento da economia e a escolarização da população que, de acordo com a revista, estariam causando uma espécie de “revolução cultural” no Brasil.

O que me chama a atenção nessas reportagens é a persistência no mito de que as evoluções econômicas e tecnológicas poderiam alterar a cultura relativa ao trabalho doméstico no Brasil, fazendo com que houvesse uma divisão mais democrática dessas tarefas entre os moradores de uma casa⁴. Essa visão é claramente desmistificada quando

¹ É importante lembrar que milhares de mulheres latino-americanas migram para os países europeus e norte-americanos com o objetivo de se inserirem no mercado do trabalho doméstico remunerado.

² A coluna intitulada “Doméstica vai virar luxo” foi publicada 22/11/2012.

³ Revista publicada em 20 de janeiro de 2012.

⁴ Nos Estados Unidos, por exemplo, a queda do trabalho doméstico remunerado foi analisada através de uma perspectiva que colocava as evoluções tecnológicas juntamente com as opções no mercado de trabalho como os fatores responsáveis por essa diminuição; já que os aparelhos eletroeletrônicos possibilitariam a família a se organizar nas responsabilidades domésticas, assim como um mercado

percebemos que as mudanças relativas ao trabalho doméstico remunerado estão mais ligadas a uma postura cultural de servilidade dos empregadores e da forma como a divisão sexual do trabalho está organizada no país, do que propriamente de um crescimento econômico. É certo que o trabalho doméstico remunerado vem se configurando de diversas maneiras em nossa sociedade, assim como as famílias que dele se utilizam, mas ainda não podemos analisar um “desaparecimento” desse setor trabalhista, pois suas características estão enraizadas na tradição patronal brasileira, que desde os tempos coloniais contava com amas, bás, criadas, serventes e escravas. Nos dias atuais a contratação de diaristas, trabalhadoras domésticas remuneradas, babás, cozinheiras, entre outras, está vinculada com as lógicas do tempo de trabalho em um mundo racionalizado e organizado, de tal maneira que não há mais tempo para as mulheres de uma família se dedicar aos cuidados da casa (HOCHSCHILD, 2008). Em muitos aspectos estas contratações são consequências da inserção, cada vez maior, da população feminina no mercado de trabalho, sejam elas casadas ou solteiras. (PNAD, 2009). Além disso, as tecnologias adquiridas pela classe média, normalmente, facilitam o trabalho de uma ou outra pessoa, mas não democratizam ou incluem como costume a divisão igualitária das tarefas domésticas para que sejam mantidas e realizadas por todos que residem em um lar. Dessa maneira, segue-se sobrecarregando frequentemente as mulheres da casa ou as trabalhadoras domésticas remuneradas. Nesse sentido, a contratação destas trabalhadoras ainda persiste no Brasil por uma ordem vigente de trabalho e pela cultura servil que mantivemos por todos estes anos.

Essas reportagens me trouxeram questionamentos, pois via uma insistência midiática se reportando as melhorias econômicas no país e, como consequência disso, a uma suposta diminuição de trabalhadoras domésticas remuneradas nesse mercado, o que nessa visão tornaria o Brasil um país mais civilizado. Esse aspecto, divulgado midiaticamente, no entanto, desconsidera que esta categoria profissional ainda é uma das que mais emprega mulheres no Brasil, cerca de seis milhões de acordo com a Pesquisa de Amostra por Domicílio (PNAD, 2011). E que tem como atividade trabalhista limpar, cozinhar, lavar, passar, cuidar dos filhos de outras pessoas e em outras residências; ou seja, essas contratações ocorrem em um ambiente familiar e íntimo, e suas principais tarefas estão extremamente ligadas ao cuidado e a pessoalidade. Desse modo, sua execução tem a particularidade de ser realizado na

produtivo que não atraia mais as trabalhadoras domésticas remuneradas daquela sociedade. (LOBO,1991).

intimidade cotidiana de seus empregadores, o que produz relações baseadas em fortes laços afetivos construídos e compartilhados através dos vínculos de cuidado, que marcam suas posições trabalhistas e suas histórias pessoais. (CHANEY; CASTRO, 1999).

Além disso, a profunda desigualdade social que marca nosso país deixa grandes lacunas para que a reprodução e a fomentação de um quadro estigmatizado se mantenham. O trabalho doméstico remunerado é constituído, majoritariamente, por mulheres negras e semianalfabetas, além de agregar a maior quantidade de mão-de-obra feminina, periférica e não especializada. Essas características formam e reproduzem uma cultura patronal que as inferioriza, fazendo com que os direitos concebidos sejam deixados de lado, assumindo-se uma postura de servilidade e invisibilidade, seja por parte do Estado, ou seja, pela desvalorização desse trabalho em nossa sociedade.

A falta de reconhecimento trabalhista desse setor profissional é, em parte, consequência da tradicional marginalização de suas executoras. O número de trabalhadoras domésticas remuneradas com carteira assinada no país é de apenas 29,3% entre as seis milhões nessa categoria profissional (PNAD, 2011), indicando a baixa formalização do trabalho e reafirmando o quanto o impacto das conquistas no campo legislativo ainda tem baixa repercussão nas práticas cotidianas. Existe uma relação mais moderna em termos contratuais, mas os reconhecimentos dos direitos de cidadão desta categoria ainda nos demonstram que o tradicionalismo persiste em nossa sociedade. (BRITES, 2000).

De fato, no Brasil, o trabalho doméstico remunerado representa uma categoria profissional que ainda é enxergada por suas características servis que são alimentadas pelas condições em que seus conteúdos são exercidos. Sua execução é normalmente realizada em um ambiente residencial e do conviver íntimo, produz trocas que vão além das relações meramente trabalhistas entre empregadores e trabalhadoras domésticas remuneradas, constituindo um contexto afetivo que modifica e particulariza essa profissão em relação às demais. Essas muitas particularidades fazem com que haja dificuldades nas discussões jurídicas, constitucionais e de direitos humanos⁵. Nesse sentido, é possível perceber que as características que estruturam e tangem o trabalho doméstico remunerado não podem ser somente analisadas pela Sociologia tradicional do trabalho, pois as lógicas e percepções de suas executoras, assim como o espaço onde é

⁵ Reportaremos-nos à estas características no próximo capítulo.

realizado esse trabalho fortalecem uma subjetivação que as constitui enquanto sujeitos em processos de desigualdade de gênero.

1.1 NOVAS CONFIGURAÇÕES NO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: APRESENTANDO O UNIVERSO DAS DIARISTAS

Acredito que o trabalho doméstico remunerado não está desaparecendo, mas se apresentando de outra forma em nossa sociedade. Está configurando as relações afetivas e de poder em outras dimensões. Não é tão comum, nos dias de hoje, encontrarmos nos grandes centros urbanos, trabalhadoras que dormem na casa de seus patrões, que trabalham nos finais de semana, feriados, que dão uma “ajudinha” na festa de finais de ano ou de aniversário das crianças. Atualmente vemos uma contratação mais “racionalizada” através das diaristas, que realizam seu trabalho em apenas alguns dias da semana e não constroem cotidianamente laços tão íntimos.

As diaristas não são trabalhadoras domésticas que convivem todos os dias com seus patrões, não limpam todos os dias as mesmas casas, não recebem as mesmas ordens e, muitas vezes, nem ao menos se encontram com seus empregadores na residência. Portanto, é necessário neste momento fazer a diferenciação entre as trabalhadoras domésticas consideradas mensalistas e as consideradas diaristas que são as dessa pesquisa. As mensalistas trabalham todos os dias, ou na maior parte da semana, para a mesma família ou residência, isso não as impossibilita de trabalharem como diaristas nos finais de semana ou depois do expediente, porém elas agregam uma carga afetiva diferente das diaristas que não tem um contato diário e cotidiano com a mesma residência, ou seja, as diaristas são as trabalhadoras que tem uma rotina de trabalho mais diversa, prestando seus serviços apenas em alguns dias ou horas para uma família. Dessa maneira, a diferenciação ocorre pela afetividade que essas trabalhadoras enfrentam no seu dia a dia, pois o foco desta pesquisa é compreender como são construídas as relações afetivas nos vínculos empregatícios com maior dinamicidade de tempo, com a pluralidade de empregadores e lugares a se trabalhar e com envolvimento trabalhistas íntimos podem afetar as percepções e subjetivações das diaristas.

O trabalho doméstico remunerado está constituído como campo complexo, no qual as noções de afeto e cuidado estão estritamente ligadas às noções de poder. As relações que tangem o espaço doméstico não possibilitam o reconhecimento desse

trabalho como apenas um trabalho racional, pois ele se configura nas noções de intimidade e pessoalidade. A sua própria forma contratual já é estabelecida através de uma rede de sociabilidade, que evidencia características que elegem “boas” e “ruins” faxineiras através de seus atributos como honestidade, cuidado e eficiência. Assim, é possível pensar em contratações racionalizadas que não envolvem vínculos afetivos? A dinamicidade construída nessas relações de trabalhofaria com que o cuidado, atenção e afetos se diluíssem?

Arlie Hochschild (2008) nos aponta que as relações que envolvem essas características afetivas e íntimas são mantidas e projetadas através de sentimentos e emoções compartilhados como o amor, o carinho, o agrado e a afabilidade; quando nos deparamos com todas essas emoções em um contexto residencial, logo naturalizamos estes sentimentos à família, aos parentes e aos amigos próximos. No entanto, a cada dia mais, as famílias se organizam em uma rotina de trabalho, organizada e racionalizada, na qual o tempo para o cuidado e a atenção da casa, dos filhos e dos idosos está cada vez mais escasso. Nesse sentido, compramos e contratamos alguém para cuidar de nossas casas, de nossos filhos, de nossos pais, de nossas roupas, de nossa alimentação. Cada vez menos produzimos cuidado familiar e cada vez mais o consumimos. De fato, é comum nos dias de hoje “cuidarmos” à medida que contratamos pessoas para fazê-los. Dessa maneira, os conflitos e complexidades da vida privada em relação aos cuidados estão diretamente ligados as pressões contraditórias que a sociedade em geral exerce, como podemos conciliar a mercantilização dos cuidados e da intimidade de um ponto de vista humano? (HOCHSCHILD, 2008).

Quando contratamos e adquirimos os “serviços do cuidado” estamos estendendo a nossa intimidade e os nossos afetos para outras pessoas através das relações monetárias, e é este o ponto que deixa as relações entre empregadores e diaristas mais complexas. Pois, nas contratações de babás ou de trabalhadoras domésticas mensalistas os cuidados e as atenções são mantidos diariamente pelos mesmos profissionais, e em consequência desse contato cotidiano essas relações se tornam mais intensas. (HOCHSCHILD, 2008). O “pagamento pelo cuidado” não se dá através de uma maneira “fria e racionalizada”, visto que há uma naturalização desse entrelaçamento de intimidade e relações monetárias produzidas pelos contatos habituais. No caso das diaristas, o pagamento acontece diariamente pelo serviço prestado naquele dia, constituído de uma maneira mais “racionalizada e direta”; no entanto, ainda

estamos comprando cuidados através dos seus serviços e estes estão agregados a variadas formas de afetividades. Mas como pensar em afetos nessas relações? Haveria uma ressignificação afetiva? Como analisá-los? Como o afeto se constrói nas relações entre diaristas e seus empregadores?

As poucas obras que analisaram esse grupo de trabalhadoras trazem uma visão diferente da proposta por essa pesquisa. Maria Izilda Matos (1994), Cristine Girard Nunes (1993) e David Harris (2007) entram no tema das diaristas de uma maneira mais tangencial, sendo um complemento de seus argumentos e análises acerca do trabalho doméstico remunerado. A obra que se debruça mais especificamente às diaristas é de Alexandre Fraga (2010), mas tem como objetivo compreender as diferenças entre o trabalho das diaristas e das mensalistas.

A obra de Maria Izilda Matos “Porta Adentro: criados de servir em São Paulo 1890-1930” faz uma análise sobre os trabalhos realizados nas cidades de São Paulo e Santos no contexto da abolição da escravidão, de grande imigração e do êxodo rural. O trabalho doméstico remunerado era uma das atividades que mais absorvia contingentes de trabalhadoras. Casadas ou solteiras, imigrantes ou nacionais, brancas e negras, mulheres empregavam-se para diversos serviços em casa de família. (MATOS, 1994).

O objetivo da autora é refletir sobre a singularidade do cotidiano no domicílio de criado e patrões, recuperar a organização do trabalho doméstico, bem como resgatar as práticas e modos de vida enfocando as análises sociais, raciais e de gênero. Sua obra nos traz um esmiuçado detalhamento das tarefas realizadas.

Tarefas cotidianas: “de manhã (6H) : fazer café, ferver leite, varrer o vestíbulo, o escritório, a sala de jantar. Espanar tudo. Arranjar a mesa do café, servir e tirar. Lavar a louça do café. Arranjar os quartos. Varrer a saleta e a copa, as escadas e o jardim. Arranjar a mesa do almoço, servir, desmanchar a mesa, almoçar. Depois do almoço: varrer a sala de jantar, lavar a louça e arear os talheres, guardar. Lavar o banheiro, passar o pano molhado na copa e no banheiro, varrer e arrumar porão.

segunda – encerar os quartos e escritório dos rapazes

terça – virar colchões e encerar os quartos

quarta – vasculhar os tetos e encerar a sala de jantar

quinta – bater todos os tapetes e encerar a sala de visitas

sexta - encerar o escritório e o vestíbulo e lustrar os móveis

sábado - lavar as vidraças. (MATOS, 1994, p. 195).

Além da descrição das demasiadas tarefas a serem realizadas por essas mulheres, a autora também expõe como essa relação era controlada por meios e técnicas de exploração trabalhista e pelas condições de higiene básicas, pois ocorreram

surtos de febre e epidemias que ampliaram a ação da medicina e a difusão de novas formas de higiene pessoal e da casa, nesse sentido as criadas eram julgadas por trazer as enfermidades.

Nesse período também havia a utilização de diaristas e temporários, como enceradoras, lavadoras de vidraças, lavadeiras e engomadeiras. Em Santos, por causa do porto, havia um intenso movimento de roupas de bordo, o que gerava contratações de diaristas para a lavagem das roupas que chegavam. Aos poucos a função de lavadeira era incorporada a casa dos patrões através do pagamento em diárias. (MATOS, 1994)

Esse ponto é muito importante para esse trabalho, pois ressalta que o trabalho realizado por diaristas já está presente na realidade brasileira há muitos anos. As formas de contratação eram realizadas para determinados serviços e complementavam os trabalhos já realizados por outras criadas. Dessa maneira, é possível perceber que o trabalho realizado pelas diaristas está marcado pelas precárias oportunidades oferecidas que garantiam sua sobrevivência. Matos (1994) então enfatiza que esses trabalhos realçavam a desigualdade social através dos mascarados atributos de qualidades naturais, submetidas ao estereótipo de feminilidade, colocando-se na perspectiva teórica da divisão sexual do trabalho.

Outra autora que já analisou o trabalho realizado pelas diaristas foi Cristine Girard Ferreira Nunes (1993)⁶, em sua obra “Cidadania e Cultura: o universo das empregadas domésticas em Brasília, 1970-1990”. Esta obra busca compreender a cidadania como uma conquista social que é adquirida através da construção da identidade destas trabalhadoras. A autora pensa na constituição das representações sociais, e de como as trabalhadoras domésticas se veem, articulando essa identidade construída com a cidadania.

Em sua pesquisa de campo, com trabalhadoras domésticas mensalistas, agências de emprego, representantes do SINE e 10 diaristas, ela percebeu como esse campo é estigmatizado, fazendo com que haja dificuldades em relação a uma construção de identidade através dessa atividade profissional. As diaristas foram retratadas em sua tese como trabalhadoras que conseguiram sair de um contexto de opressão e investiram em uma atividade menos formalizada e carregada por laços afetivos.

De fato, se as domésticas que morassem na casa dos patrões pudessem se transformar em diaristas, elas o fariam. O passo parece muito difícil de ser

⁶ Gostaria de agradecer ao Prof. Joaze Bernadino-Costa que gentilmente me enviou a obra de Nunes.

dado, sendo sua conduta melhor compreendida a partir de sua “fuga anterior” como tentamos mostrar. Zilda, Abadia, Fátima, foram domésticas por pouco tempo (...). Pode-se pensar que elas têm histórias familiares que possibilitara suas trajetórias. Instalando-se na cidade já casadas e vivendo com seus cônjuges, elas ali chegaram quando jovens. Elas têm um projeto de vida, mais explícito, ainda que talvez não totalmente expresso. Tendo condições de vida diferentes na chegada, suas condutas o são igualmente. (NUNES,1993, p. 250).

[...] Pode-se perguntar o que faz com que algumas domésticas percebam um mercado relativamente aberto e outras, somente um conjunto restrito de lugares idênticos aos seus. Temos a tendência de pensar, depois de nossa pesquisa, que a maneira como a trabalhadora é socializada é fundamental, bem como sua trajetória antes de entrar no mercado de trabalho, o lugar que lhe foi reservado socialmente e que a marca impede-lhe de se identificar positivamente. Não é por acaso que as diaristas já começam em um outro patamar. (NUNES, 1993, p. 255).

A autora mostra que tomar esse passo era bastante complicado durante os anos 90, pois a maior parte dessas trabalhadoras era do interior ou norte do país; elas trabalhavam na mesma casa onde residiam, isso impedia com que algumas tivessem o mínimo para poderem ser diaristas: uma casa para morar.

Dessa maneira, podemos observar que a análise de Matos (1994), embasada pela perspectiva da divisão sexual do trabalho, traz à tona as apreensões relativas à naturalização e a não valorização do trabalho doméstico remunerado no Brasil. Ao resgatar as formas e as tarefas cotidianas dessas criadas, a autora também demonstra como estavam sujeitas a um trabalho pesado para lhes garantir a sobrevivência, principalmente no caso das diaristas da época. Já Nunes (1993) apresenta uma perspectiva em que as diaristas encontram um caminho mais autônomo, que lhes proporciona menos humilhações e ambivalências afetivas, fazendo com que sua percepção de si seja diferenciada. Consequentemente, trazem uma nova construção de identidade que se vincula a uma noção de identidade social, pois consegue assim impor seus próprios limites.

Através desses dois estudos é possível afirmar que as diaristas sempre estiveram presentes na realidade doméstica brasileira, desde os primeiros anos após a escravidão, como um meio de sobrevivência, e nos últimos anos, como meio de estratégias trabalhistas. O que nos parece claro é que a presença dessas diaristas se dá também pelo contexto econômico e social que o país ou região vive, assim como assinala Nunes (1993,p.255) “em período de recessão, tinha muitas poucas vagas de diaristas a oferecer, mas ao contrário, muitas vagas para mensalistas, o que as diaristas não aceitavam [...]”.

É importante ressaltar também que as formas de tarefas que as diaristas precisam fazer foram modificadas com o tempo. Durante o período de 1890-1930 eram contratadas para trabalhos específicos como a limpeza de um cômodo ou na lavagem das roupas, assim como apresentadas na obra de Matos (1994). Nunes (1993) também traz essa característica nos anos 90, no qual as diaristas trabalham com congelados, limpeza pesada, ajudante por um dia da trabalhadora doméstica mensalista. O que vemos hoje é a contratação de diaristas para realizar todas as tarefas domésticas, como lavar louça, banheiros, roupas, varrer, tirar o pó, passar. Tarefas que antes eram designadas às trabalhadoras mensalistas, formando assim novos tipos de contratações, em que todas as tarefas domésticas são designadas a uma pessoa que as realiza durante algumas horas de um dia.

A contratação de diaristas nos dias atuais faz com que novas interpretações e relações trabalhistas se configurem em nossa sociedade. Os trabalhos mais recentes desenvolvidos no Brasil, sobre o universo das diaristas, foi o de David Harris (2007) que faz uma comparação acerca do trabalho doméstico remunerado entre o Brasil e os Estados Unidos, e acaba esbarrando nas formas de contratação por diárias, que na visão do autor, seria uma forma mais integrada com a ordem capitalista. O estudo de Alexandre Fraga (2010), sobre as diferenciações entre trabalhadoras domésticas remuneradas mensalistas e diaristas no Rio de Janeiro, demonstrou as novas percepções e configurações nesse setor trabalhista.

A obra de Harris intitulada “Você vai me servir: desigualdade, proximidade e agência nos dois lados do equador” (2007), vem nos trazer um “olhar estrangeiro”⁷ sobre as diversas formas de contratações do trabalho doméstico remunerado no Brasil, comparando as nossas realidades trabalhistas com as do seu país de origem: os Estados Unidos. As diaristas são enquadradas pelo autor como trabalhadoras autônomas e que estão em vínculo de trabalho mais “moderno” e “racionalizado”, sendo esse segmento trabalhista o que mais se assemelha aos tipos de contratações nos EUA.

Com esse breve relato das relações entre empregadores e suas empregadas diaristas, espero ter mostrado claramente como tal opção de emprego – que prevalece nos Estados Unidos, e cada vez mais comum no Brasil – representa uma forma de emprego doméstico que tende a exemplificar as características de um emprego mais “moderno”, “racional” e “capitalista” do que o caso da

⁷ O autor expõe em sua dissertação que se interessou em pesquisar o tema quando se deparou com os “quartos de empregada” nos apartamentos em São Paulo, pois havia chegado dos EUA e precisava se alocar.

mensalista, e particularmente da mensalista residente na casa dos empregadores. (HARRIS, 2007, p.119).

A análise de Harris é baseada nos conceitos de neoliberalismo, no qual as diaristas estariam sendo as pioneiras em quebrar o ciclo de relações desiguais e afetivas, construindo um distanciamento emotivo e, conseqüentemente, mais empreendedor. Não me oponho totalmente a esta visão racionalizada como resultado das transformações econômicas, pois acredito que essas tenham, em parte, modificado as formas de contratação do trabalho doméstico remunerado; porém, não procuro analisar o trabalho realizado pelas diaristas como uma maneira empreendedora e mais moderna, principalmente quando o colocam em comparação com as outras formas que se dispõem dentro da categoria do trabalho doméstico remunerado, como as de babás e mensalistas. Acredito que as diaristas se mantenham nessa condição trabalhista através das diversas experiências e emoções que já lhes sucederam em sua trajetória, sendo afetadas por estas circunstâncias e se posicionando de outra maneira frente ao seu trabalho⁸.

Desse modo, a análise proposta por Harris me traz questionamentos acerca da cultura brasileira em relação ao trabalho doméstico remunerado, mostrando-me, através da sua visão estadunidense, como algumas características desse segmento profissional podem nos dizer muito sobre a cultura nosso país.

Além de Harris, podemos contar também com a análise feita por Alexandre Fraga sobre as diaristas no Rio de Janeiro, em sua obra “De Empregada a Diarista: as novas configurações do trabalho doméstico remunerado” (2010). O autor traça como principal objetivo de sua obra compreender as diferenciações entre o trabalho da mensalista e o da diarista; para isto ele utiliza os meios quantitativos, as bases legislativas e as narrativas das próprias trabalhadoras para demarcar os pontos diferenciais nesses dois tipos de contrato trabalhista.

Através dos dados da Pesquisa de Amostra por Domicílio de 2009, Fraga (2010) conclui que há uma ampliação no número de diaristas nos últimos anos, ocupando aproximadamente 30% da categoria do trabalho doméstico remunerado, além disso, foi concluído, nas bases quantitativas, que as diaristas ganham mais e trabalham menos horas que a trabalhadora sob o contrato mensal; porém, quando o autor faz sua análise com base nas entrevistas realizadas com estas trabalhadoras, percebe que as diferenças em relação ao tempo de trabalho não são grandes. Alexandre Fraga também

⁸ Esta idéia será mais bem evidenciada nos capítulos seguintes.

faz questionamentos em relação às afetividades encontradas no cotidiano do trabalho entre diaristas e seus empregadores e observa que o afeto se apresenta nestas relações através dos presentes dados pelos empregadores, presentes esses que geram gratidão por parte das diaristas. Nesse sentido ele compreende que “na falta do vínculo empregatício, a gratidão faz as vezes de ligação, criando um elo para além da prestação de serviços em sentido estrito”. (FRAGA, 2010, p. 137).

Nesse sentido, quando se está no estatuto de diaristas torna-se mais plausível alterar o tipo de investimento emocional e afetivo estabelecido com a família empregadora, dando origem a relações mais racionais, impessoais e menos afetivas. Mas isso, pelo menos por enquanto, parece ser mais uma possibilidade do que realmente um princípio a guiar essas relações no cotidiano das famílias brasileiras. (FRAGA, 2010, p. 137).

O autor é cauteloso para determinar as afetividades nas relações entre diaristas e seus empregadores, pois percebe que a diarista se enquadra em uma ambivalência relacional, que de um lado lhe permite um distanciamento em função da sua posição trabalhista, e de outro estabelece relações afetivas configuradas por outros conteúdos.

A pesquisa que realizo em Curitiba tem como foco central compreender essas novas configurações afetivas, demonstrando que através das experiências e emoções são pautados novos meios de convivência e afetividades no cotidiano de trabalho destas mulheres. Acredito que haja uma “elaboração emocional” consequente das diversas posições em que essas mulheres já vivenciaram e vivenciam que lhes proporciona meios para estabelecer novos caminhos de convivência e afetos⁹.

Para melhor compreender o quadro de trabalho no qual as diaristas desta pesquisa se encontram, julgo necessário apresentar os marcos metodológicos em que esta pesquisa se fundamenta.

1.2 “ARRUMANDO A CASA”: MARCOS METODOLÓGICOS E PERCEPÇÕES SOBRE O CAMPO DE PESQUISA

Acredito que se faz necessário considerar a pesquisa como um processo, para compreender seus diferentes contextos, temporalidades e desafios. Desse modo, apresenta-se também o crescimento pessoal vivenciado nas diversas interconexões que

⁹ Esta idéia está mais bem exposta nos capítulos seguintes.

presenciei no campo, nas reflexões bibliográficas, na complexificação das ideias e de como todos esses contatos me afetaram enquanto pesquisadora.

Dessa maneira, irei analisar todo o caminho percorrido no processo de desenvolvimento desta pesquisa, para expor tanto suas bases teórico-metodológicas; como as relações estabelecidas entre a pesquisadora e o seu campo de pesquisa. Assim, assumo o entrelaçamento entre os espaços, os contextos, as aproximações, as linguagens, as entrevistas, demonstrando por onde a Thays e suas entrevistadas falam. (OLESEN, 2006).

1.2.1 Caminho Metodológico

Segundo Pires (2008) as Ciências Sociais surgem como um produto do mundo moderno, inseridas no contexto da evolução das especializações e das autonomizações do “conhecimento” ocidental, produzida entre as Ciências Naturais e a Filosofia, tentando se alocar como uma ciência legítima de um campo objetivo que fosse ao mesmo tempo reflexivo. Assim, tornou-se necessário pensar e adotar uma metodologia que cumprisse com as exigências objetivas de uma cientificidade dita verdadeira, e que permitisse a interpretação de dados empíricos. Começou-se então a debater por quais caminhos estas interpretações seriam guiadas, contrapondo-se duas vertentes epistemológicas e metodológicas: a quantitativa e a qualitativa.

Como as Ciências Naturais já haviam se legitimado nesse contexto histórico através das interpretações numéricas, alguns se apoiavam na “matematização” para compreender a realidade social, utilizando-se de estatísticas e de dados objetivos para realizar uma pesquisa empírica, pois havia uma hierarquização metodológica, que colocava as análises de bases quantitativas como essenciais para se pensar em uma cientificidade verdadeira e consagrada. (PIRES, 2008). Por outro lado, se opunham a essa abordagem quantitativa os pesquisadores que buscavam analisar a realidade social através das bases qualitativas, utilizando-se de dados primários como narrativas, diários, observações participantes, entrevistas, que não continham, na visão destes pesquisadores, uma interpretação prévia ou de intervenções analíticas feitas anteriormente por outros pesquisadores. (PIRES, 2008). As pesquisas qualitativas poderiam compreender alguns aspectos da sociedade através das subjetividades dos

agentes, seja a maneira como os indivíduos agem, comunicam-se, percebem-se, constroem-se e constroem políticas e percepções morais.

Da prática tensional entre abordagens qualitativas e quantitativas, depôs-se também que as separações fronteiriças que são muitas vezes tênues, embora carreguem em si a oposição entre objetividade e subjetividade, entre objeto e sujeito, entre ciência e senso comum. São oposições binárias que, muitas vezes, levam a posicionamentos políticos e ideológicos frente às discussões metodológicas nas ciências sociais. (PIRES, 2008).

Essas delimitações acerca da metodologia podem contribuir para os debates relacionados às pesquisas e as diversas maneiras de se compreender as relações estabelecidas em nossa sociedade; porém, o uso exacerbado dessas dicotomias pode trazer oposições desnecessárias que só contribuem para afastar os dois modos de fazer pesquisa, não relativizando e não entrelaçando essas duas perspectivas metodológicas.

Frente a este debate nas Ciências Sociais me mantenho em uma posição mais crítica a essas categorizações de quantitativo *versus* qualitativo. De acordo com Vidich e Lyman (2006) não podemos deixar de lado que todo dado é interpretado por um pesquisador/observador e que estas interpretações já são condicionadas pelos contextos impregnados de símbolos e significados compartilhados por toda a sociedade. Assim, há variadas maneiras de coletar dados para uma pesquisa – seja um documento para um historiador, relatórios quantificados para um estatístico, entrevistas ou tabelas para um sociólogo, observações para um etnógrafo. Os dados também são analisados e interpretados por um pesquisador, que faz parte da sociedade à qual analisa, colocando suas reflexões teóricas acerca de um problema de pesquisa.

Ficar à espreita de cada método de pesquisa é a equação pessoal fornecida ao ambiente pelo observador individual (Clifford, 1986). Nesse sentido fundamental, todos os métodos de pesquisa são, no fundo, qualitativos, sendo, nesse ponto, igualmente objetivos; o emprego de dados quantitativos ou de procedimentos matemáticos não elimina o elemento intersubjetivo que representa a base da pesquisa social. A objetividade consiste não em um método *per se*, mas na formulação do problema da pesquisa e na disposição dos pesquisadores de dedicarem-se a esse problema onde quer que os dados e suas instituições possam levá-los. (VIDICH; LYMAN, 2006, p. 51)

De acordo com os autores, essas dicotomias criadas entre os métodos quantitativos e qualitativos não se fundamentam, pois o elemento intersubjetivo estará presente tanto nas análises de bases matemáticas, quanto nas de bases subjetivas. É de extrema importância que o pesquisador compreenda que as metodologias devam ser

usadas para abordar o problema de pesquisa da maneira mais completa possível, levando em consideração o processo de subjetividade e historicidade que o envolve. Nessa perspectiva, busquei os dados quantitativos para compreender o quadro social em que vivem as trabalhadoras domésticas remuneradas na região da qual se faz esta pesquisa. Aproximando-me da proposta de Minayo (2002), ao deixar que os caminhos da pesquisa delimitem as metodologias utilizadas para compreendê-lo, não reduzindo “a objetivação do sujeito” e a “subjetivação do objeto” às relações entre quantitativo e qualitativo. É com esse princípio que esta pesquisa foi realizada, buscando variados meios para compreender a realidade social que cerca o cotidiano das diaristas.

A base dessa compreensão não é desvendar a verdade do objeto pesquisado, mas é escutar e entender o que o sujeito revela como sua verdade (MINAYO, 2002). Mas que caminhos percorrer para compreender as relações que cercam a vida das diaristas? Como compreender e identificar as relações que as afetam? Como compreender estes espaços de onde surge a fala? Como compreender as suas compreensões acerca de sua vida? Como compreender as suas escolhas?

Para respondermos essas perguntas me baseio em uma metodologia que visa interpretar as experiências e as posições dos sujeitos frente a uma determinada realidade social, não excluindo as dimensões de poder em que esses sujeitos se inserem. Pois acredito que esta base teórico-metodológica possa me dar elementos para a compreensão das relações que cercam o cotidiano das diaristas.

Parto de princípios metodológicos em que toda a ação (social) humana é detentora de significados – e isso explicita que as ações humanas são dotadas de intenções particulares que dão sentido às suas práticas – pode-se perceber que um sorriso não pode ser compreendido em um ato isolado, mas para apreender o seu sentido é necessário entender o seu significado simbólico em suas determinadas dimensões e contextos. (LINCOLN; GUBA. 2006). Essa perspectiva nos aponta que não há verdades únicas, pois os sujeitos se expressam e se definem por meio de suas próprias lógicas. O que cabe ao pesquisador é interligar os conteúdos complexos que estão em tensão entre a estrutura e a ação humana em seu meio social, mesmo que a compreensão deste contexto seja parcial, é por meio dela que podemos restabelecer o sentido das ações sociais.

Assim, evidencio uma compreensão baseada na interpretação dos sentidos que os indivíduos atribuem e determinam às suas ações e condutas, bem como analiso a

construção de significados, as motivações e os contextos que influenciam as ações humanas. Através da interpretação dos sentidos das ações é possível compreender os fatores pelos quais os sujeitos determinam suas escolhas, sejam elas políticas, econômicas ou afetivas. Desse modo, a compreensão desse processo sociológico pode nos desvendar nexos, motivações e ações em um determinado contexto social. (WEBER, 2001).

Assim, busquei compreender a constituição do mundo intersubjetivo cotidiano. Partindo dos significados produzidos pelas diaristas e reconstituindo “a gênese desses significados na comunicação intersubjetiva dos indivíduos em seus meios sociais”. (LINCOLN; GUBA, 2006). Nesta pesquisa também tenho a tensão entre as estruturas e as representações compartilhadas e as posições dos indivíduos e seus interesses, experiências e narrativas. Assim, se de um lado o trabalho doméstico remunerado compartilha da história de ausência de direitos, no que tange aos processos de subjetivação outros elementos que não se vinculam somente ao econômico e a legislação tocam profundamente o conteúdo das relações que se estabelece com o cuidado. Desse modo, procurei perceber os sentidos imbricados das ações das diaristas, que se relacionavam as afetividades perante seus espaços e contextos de trabalho. Busquei compreender como são os conteúdos desses afetos e como ele se reconfigura a partir de relações construídas com maior dinamicidade e ao mesmo tempo íntimas e intensas.

Além disso, se faz fundamental nesta pesquisa a compreensão das relações de poder que estão envolvidas entre empregadores e diaristas. Dessa forma, busquei bases metodológicas através do desconstrutivismo, pois essa abordagem me possibilitou perceber os marcos de afetos compartilhados através das posições que cada um estabelece nestas relações.

Nesse sentido, esta pesquisa se baseia nas teorias-metodológicas desconstrutivistas formuladas pelas teóricas do feminismo, que utilizaram desta abordagem em diversos graus e em variados momentos da construção do pensamento feminista, ora constituído como uma postura central da obra¹⁰ e, outras vezes, demonstrando suas tendências e influências¹¹. (OLESEN, 2006).

¹⁰ Como nas análises de Judith Butler e Beatriz Preciado, por exemplo.

¹¹ Como demonstrado por Olesen (2006) quando se refere às análises de Collins sobre o feminismo negro e Lewins sobre as culturas lésbicas.

As teóricas do feminismo desconstrutivista tem como grande inquietação produzir mais do que uma história sobre a vida das mulheres em contextos de opressão. Elas sustentam, através de suas obras, que o poder e a opressão constituem os sujeitos por meio da ordem determinante; essa visão produziu muitas pesquisas nas áreas de Antropologia, Sociologia, História, Ciências Políticas, entre outras. (OLESEN, 2006).

Esses estilos de pensamento estimularam e intensificaram o aparecimento das complexidades: os terrenos (do gênero, da raça e da classe) que mostram onde e como as “mulheres” são controladas, como são produzidos as identidades e os eus múltiplos e mutáveis que substituem as antigas noções de identidade (eu) estável. Eles enfatizaram o afastamento dos esquemas binários em direção a conceituações variáveis das experiências, dos lugares e dos espaços das mulheres. (OLESEN, 2006, p. 229).

É possível pensar que os sujeitos só se percebem enquanto sujeitos ao serem marcados através de pontos seletivos que estão imbricados em relações de poder e que darão um posicionamento deste ser ontológico no mundo. (BUTLER, 2010). Sendo assim, para percebermos a vida de uma diarista primeiro é necessário identificar os marcos que a posicionam em determinados e delimitados espaços, determinar que espaços são esses e que marcos são apontados para este sujeito se colocar em uma determinada sociedade. Segundo, é preciso encontrar os mecanismos específicos de poder, nos quais essas relações e experiências estão imbricadas. Identificar nas narrativas todo processo de experiência frente as suas relações de trabalho e compreender as escolhas e os seus parâmetros relativos à precariedade, injustiça, abusos, humilhações. Assim, considero que a identificação e o reconhecimento de todas essas percepções são fundamentais para compreender o processo de subjetivação deste sujeito.

Esses posicionamentos frente às relações de poder podem ser percebidos e apreendidos através das experiências e vivências dos sujeitos, enfatizando metodologicamente suas análises no discurso, nas narrativas e nos textos. (OLESEN, 2006).

Esta pesquisa interessa-se em apreender as narrativas e as experiências das diaristas e como o afeto está imbricado em suas relações de trabalho, como estas relações ao se constituírem constroem a complexidade do seu processo de subjetivação. Dessa maneira, foquei nas diversas percepções afetivas que estas trabalhadoras poderiam encontrar no seu cotidiano, tanto nas residências nas quais convive, como no

trajeto para o trabalho, em suas perspectivas e expectativas sobre sua vida, seus anseios e suas relações com a dimensão do afeto no trabalho.

Na obra “Marcos de Guerra: las vidas lloradas” de Judith Butler (2010) nos é apresentada uma nova maneira de pensar as relações que envolvem os sujeitos e a sua posição perante elas. Butler afirma que uma vida precisa ser apreendida como vida para depois a considerarmos como danificada, precária, constante, plena. O termo “apreender” é utilizado de uma maneira menos precisa que o termo “reconhecer”¹², podendo ser usado no sentido de “marcar, registrar um reconhecimento sem pleno reconhecimento”, estando associado então com o “sentir” e “perceber”. Utilizando-se esse conceito como base metodológica, é necessário focalizar-se nas diversas experiências que os sujeitos constroem em suas relações e como se sentem e se percebem perante elas. É a partir dessa experiência que as escolhas são pautadas, e que possibilita o resgate das emoções compartilhadas, aquelas que afetaram sua compreensão de si, tornando-as fundamentais para estabelecer novos parâmetros nestas relações.

Diante destas considerações, busquei as bases teórico-metodológicas que pudessem me dar as ferramentas necessárias para compreender as maneiras que o afeto se mostra nas relações entre diaristas e seus empregadores. Para isso, usei as entrevistas semi estruturadas e narrativas focadas nas experiências, vivências, percepções e sentimentos que as diaristas expunham.

1.2.2. Entrevista e Entrevistadas: breves descrições sobre as diaristas e seus contextos

Para compreender melhor as afetividades que cercam a vida das diaristas, utilizei a técnica de entrevista, que se baseou nas trajetórias e nas emoções frente aos desafios encontrados em suas diversas experiências.

O uso das entrevistas é empregado, nos métodos qualitativos, para entender o ponto de vista dos sujeitos. A partir daí, compreender e interpretar suas realidades, já que as condutas sociais não podem ser elucidadas sem as suas perspectivas. Desse modo, as entrevistas se tornam indispensáveis para apreender o sentido que os atores

¹² De acordo com a autora o “reconhecer” é um termo muito forte, derivados de textos hegelianos que está sujeito a críticas e revisões.

sociais afetem às suas próprias ações. (POUPART, 2008). Além disso, a entrevista nos possibilita informações acerca das estruturas e das lógicas de grupos, de instituições ou até mesmo de uma formação social. (POUPART, 2008).

Nesta pesquisa, utilizei as entrevistas para escutar os pontos de vistas das diaristas, e perceber através de suas narrativas os significados de suas ações e percepções. Através do ato de contar, lembrar e expor seus sentimentos, as narrativas carregam subjetividades construídas pelas próprias entrevistadas, que agregam à sua experiência significados que orientam suas escolhas e percepções de si. (ADÁN, 2006). Nesse aspecto, as entrevistas são narrativas de significados, que estão contidos nas experiências das diaristas. É justamente, a partir deste ponto, que busco compreender os significados afetivos que estas mulheres agregam a suas trajetórias, e que fazem sentido e influenciam suas escolhas e suas relações trabalhistas.

As entrevistas foram estruturadas para perceber as experiências e emoções vivenciadas e compartilhadas em suas trajetórias, assim as histórias narradas por estas mulheres foram analisadas de acordo com a proposta das teorias feministas, articuladas com suas condições materiais, sociais, econômicas que se relacionam também ao gênero. (OLESEN, 2006). Sendo assim, compreendo que as narrativas são também implicações dos lugares de onde as diaristas falam.

As entrevistas aconteceram de uma maneira informal, respeitando as singularidades de cada relato oral, guiadas pela voz das narradoras. Patei estes diálogos no tema do trabalho e do afeto e como se interligavam; essa relação foi meu norteador e condutor na relação de entrevista, não seguindo um roteiro rígido de perguntas e questionamentos. As trajetórias e experiências foram contadas de uma maneira mais livre e sem interferências. Acredito que essa foi a melhor maneira de compreender e perceber as subjetividades, o entrelaçamento entre passado e presente, e os sentidos de suas escolhas.

De acordo com Jean-Pierre Deslauriers (2008) analisar os dados qualitativos é interpretar e refletir acerca dos dados da experiência, das representações, das definições, situações, opiniões e palavras, ou seja, analisar o sentido da ação e dos fenômenos sociais. Dessa forma, as entrevistas foram transcritas respeitando a linguagem falada, os sorrisos, as gargalhadas, o silêncio, as lágrimas, as intervenções, tudo que aconteceu durante aquele diálogo sem nenhum tipo de modificação. Foram modificados apenas os

nomes das diaristas e de seus empregadores em uma postura ética e confidencial com as informantes.

Após ter o material das narrativas em mãos, interpretei-o através dos significados que faziam sentido nas ações destas diaristas considerando os objetivos deste trabalho. Busquei compreender também em quais relações de poder estes significados estavam inseridos, utilizando para isso as bases teóricas sobre gênero, cultura e emoções. A análise de conteúdo foi feita por meio das diversas interpretações que a hermenêutica nos possibilita. A hermenêutica é utilizada aqui, no sentido proposto por Minayo (2002), em que a compreensão de símbolos, significados e intencionalidades se dá através da percepção histórica do sujeito, desde onde são resgatadas as tradições e experiências juntamente com as percepções sobre seu futuro.

Foram entrevistadas nove diaristas que trabalhavam somente nesta categoria profissional, não estando sob um contrato mensal com uma família. Foi um grupo que chegou até mim por uma rede de sociabilidade de empregadores e das próprias diaristas, não houve, assim, uma faixa etária estabelecida. Não foi feita também nenhuma entrevista com diaristas que conseguiram se empregar através de agências de emprego. Na sequência as apresento:

Entrevistadas:

Nicéia: é branca e baixa, têm olhos azuis, cabelos bem cacheados e escuros que no dia da entrevista estavam bem presos em um coque amarrado com elástico. Ela tem 28 anos, casada e com três filhos. Não completou o ensino fundamental. A entrevista foi feita em sua casa, em Bocaiúva do Sul, periferia da Região Metropolitana de Curitiba. Ela usava camiseta branca, calça de moletom preta e chinelos. É uma pessoa muito sorridente, a todo o momento soltava uma pequena risadinha no final de sua fala. É migrante do interior do Paraná e veio para Curitiba ainda criança. Começou a trabalhar com doze anos como babá, aos dezoito já era diarista. Atualmente trabalha quatro dias na semana para três empregadoras, três irmãs, sendo que para uma delas vai duas vezes na semana. Nicéia já trabalhou como atendente em uma farmácia e em uma cooperativa de verduras.

Madalena: é branca, baixa, cabelos escuros, na altura do ombro e lisos, que estavam atrapalhados e mais ou menos amarrados por um elástico, caía uma mecha em seu rosto. A entrevista foi feita no seu horário de almoço às 13h30min, no prédio onde estava trabalhando, no bairro de classe média de Curitiba, Cristo Rei. Ela vestia uma calça preta de ginástica que estava bem ajustada em suas pernas, chinelos de dedo e uma camiseta branca. Apresentou-se a mim com um sorriso meio amarelo no rosto, porque não havia comparecido na entrevista que marcamos anteriormente. É uma mulher séria e que fala com rispidez a todo o tempo. É migrante, morava no interior do Paraná e trabalhava desde oito anos na lavoura. Hoje tem 43 anos, casada e com duas filhas, mora em São José dos Pinhais – Região Metropolitana de Curitiba. Estudou até a oitava série. Começou a trabalhar de diarista com 33 anos, porque estava passando por problemas econômicos quando chegou a Curitiba, sua vizinha a contratou duas vezes na semana para ajudá-la e, a partir daí, não parou mais. Atualmente trabalha cinco dias na semana e tem quatro empregadores, pois um dia da semana limpa o escritório de um jovem que também a contrata na limpeza de sua casa.

Maria José: ela é mais velha, tem os cabelos curtos, lisos e grisalhos. É branca, magra e sempre tem um meio sorriso no rosto, que constantemente é tampado, porque quando fala leva a mão à boca como um sinal tímido. Estava usando bermuda, camiseta e chinelos de dedos. Ela tem 53 anos, casada e com duas filhas, mora no bairro de Uberaba, bairro de periferia de Curitiba. Parou de estudar na terceira série, não chegando a completar o ensino fundamental. É migrante do interior de São Paulo, começou a trabalhar com sete anos na lavoura. Ela veio com dezenove anos para Curitiba para melhores condições de trabalho. A entrevista foi realizada na casa de um de seus empregadores no bairro Cristo Rei (classe média de Curitiba), no qual ela já trabalha há 16 anos como diarista. Já trabalhou como faxineira de um ateliê e como trabalhadora doméstica mensalista. Trabalha quatro vezes na semana, para quatro empregadores diferentes.

Vanusa: é uma senhora, tem 55 anos, morena, cabelos um pouco grisalhos e curtos. Marcou a entrevista comigo em sua casa, que se localiza em Sítio Cercado, bairro de periferia de Curitiba. Ela usava uma calça vermelha, chinelo e uma camiseta branca; depois de lavar a louça foi pegar um casaco de lã, porque naquele dia fazia muito frio.

Ela fala baixo, é brava e muito debochada, fazia muita piada de todos os seus empregadores. Vanusa é divorciada e tem três filhos e cinco netos, uma de suas netas reside com ela. Não chegou a terminar o primário, diz-se analfabeta. Ela é migrante do interior do Paraná, trabalhava na roça com pais e aos 14 começou a trabalhar de babá. Já trabalhou fazendo faxina em uma empresa e como trabalhadora doméstica remunerada mensalista. Ela começou a trabalhar de diarista com 25 anos, fazendo “bicos” para complementar renda de “doméstica”. Atualmente ela trabalha quatro vezes na semana para três empregadores, pois um deles também a contrata em sua loja.

Bernadete: é branca, alta, magra, cabelos escuros, ondulados e na altura do ombro, nasceu em Curitiba e nunca se mudou. Ela é calma, tranquila, serena, porém, em suas falas e expressões era notável o seu cansaço. Ela marcou a entrevista comigo em sua casa que fica em Tatuquara, bairro de periferia de Curitiba. Ela usava calça jeans, blusa de lã e tênis. Tem 32 anos, é solteira e tem um filho adolescente. Não chegou a completar o ensino fundamental. Começou a trabalhar com 13 anos de babá, aos 19 foi chamada para ser operadora de máquina em uma fábrica de bordados, e ficou nesse ramo por mais de dez anos. Começou a trabalhar de diarista porque não aguentava a pressão e estresse de trabalhar naqueles ambientes, além de não ter tempo para fazer seus trabalhos voluntários como testemunha de Jeová. Atualmente ela trabalha três dias na semana para quatro empregadores, pois dois deles só a chama de quinze em quinze dias.

Dayana: é branca, bem baixa, tem o cabelo comprido até a cintura, cacheado e escuro. Ela é muito tímida, fala baixo e com os olhos sempre rebaixados; usava calça jeans, uma bota de salto plataforma e casaco. Marcou a entrevista comigo em sua casa, que fica próximo a Colombo – Região Metropolitana de Curitiba. Tem 23 anos, solteira e com três filhos. Não tem o ensino fundamental completo. Começou a trabalhar aos oito anos de idade em uma fazenda perto de Colombo, aos 13 anos saiu da fazenda para trabalhar como babá. Começou a trabalhar de diarista aos 16 anos de idade, quando se divorciou do primeiro marido. Ela já trabalhou em um bar e em um restaurante como garçone. Atualmente trabalha três dias em uma semana, e dois na semana seguinte, pois uma de suas empregadoras a contrata de quinze em quinze dias.

Jussara: é branca, baixa, magra, cabelo comprido, ondulado e escuro, no dia da entrevista estava com ele bem preso em coque, amarrado com elástico. Ela marcou a entrevista na casa de um de seus patrões, em condomínio muito rico no bairro de Santa Felicidade; ela usava camiseta, uma bermuda até os joelhos e chinelos de dedo. Fizemos a entrevista enquanto ela lavava a cozinha. Ela é espontânea, alegre e muito engraçada, em vários momentos fez várias piadas sobre sua vida. Nasceu em Curitiba e nunca se mudou da capital. Ela tem 24 anos, solteira e um filho de sete anos, mora no bairro de Bom Pastor, localizado em Campo Magro – Região Metropolitana de Curitiba. Não chegou a terminar a quinta série. Começou a trabalhar com treze anos como babá. Já trabalhou em restaurantes como faxineira, cozinheira e garçonne, além de ter ficado um período como de trabalhadora doméstica remunerada sob um contrato mensal. Atualmente ela trabalha cinco vezes na semana, para cinco empregadores.

Celeste: é branca, magra, baixa, tem o cabelo bem escuro, liso e na altura dos ombros. Ela marcou comigo em sua casa, que fica em Butiatuvinha, bairro de periferia de Curitiba. Ela usava uma blusa de frio vermelha, calça jeans e sapatos. Ela é muito calma, tranqüila e simpática. Nasceu em Curitiba e onde reside até hoje. Tem 43 anos, casada e tem três filhos. Estudou até a sexta série. Começou a trabalhar com 8 anos acompanhando a mãe que era trabalhadora doméstica mensalista, ajudando com as tarefas e com o cuidado das crianças. Aos 16 já trabalhava de “doméstica” dormindo junto com a família que a empregava. Aos 18 foi contratada como “doméstica” por uma família da qual trabalhou mais de 16 anos. Começou a trabalhar de diarista porque ficou doente e não aguentava mais subir escadas para trabalhar. Atualmente faz faxina sete dias da semana, para seis empregadores. Trabalha até mesmo aos domingos.

Gracielen: é negra, alta, cabelos enrolados, na altura do ombro e escuros. Nós combinamos de fazer a entrevista em sua casa, no bairro Vila Eunice que pertence à periferia de Curitiba. Ela usava calça jeans, chinelos e uma camiseta preta. É super espontânea e falava bastante. Não chegou a completar a sétima série. É migrante do interior de Sergipe, tem um sotaque nordestino bem forte. Tem 39 anos, divorciada e com dois filhos adolescentes. Começou a trabalhar com nove anos para ajudar os pais. Aos 15 foi trabalhar em uma casa de família em Fortaleza. Aos 18 anos veio para Curitiba com o pai para melhores condições de trabalho. Já trabalhou como atendente

em uma funerária e como trabalhadora doméstica mensalista. Atualmente ela trabalha três dias na semana para três empregadores.

Para uma melhor visualização destas características observadas nas trajetórias das diaristas entrevistadas, julgo necessário sistematizar estas informações para melhor compreendê-las.

QUADRO 1 - DADOS DAS DIARISTAS ENTREVISTADAS EM CURITIBA - PR

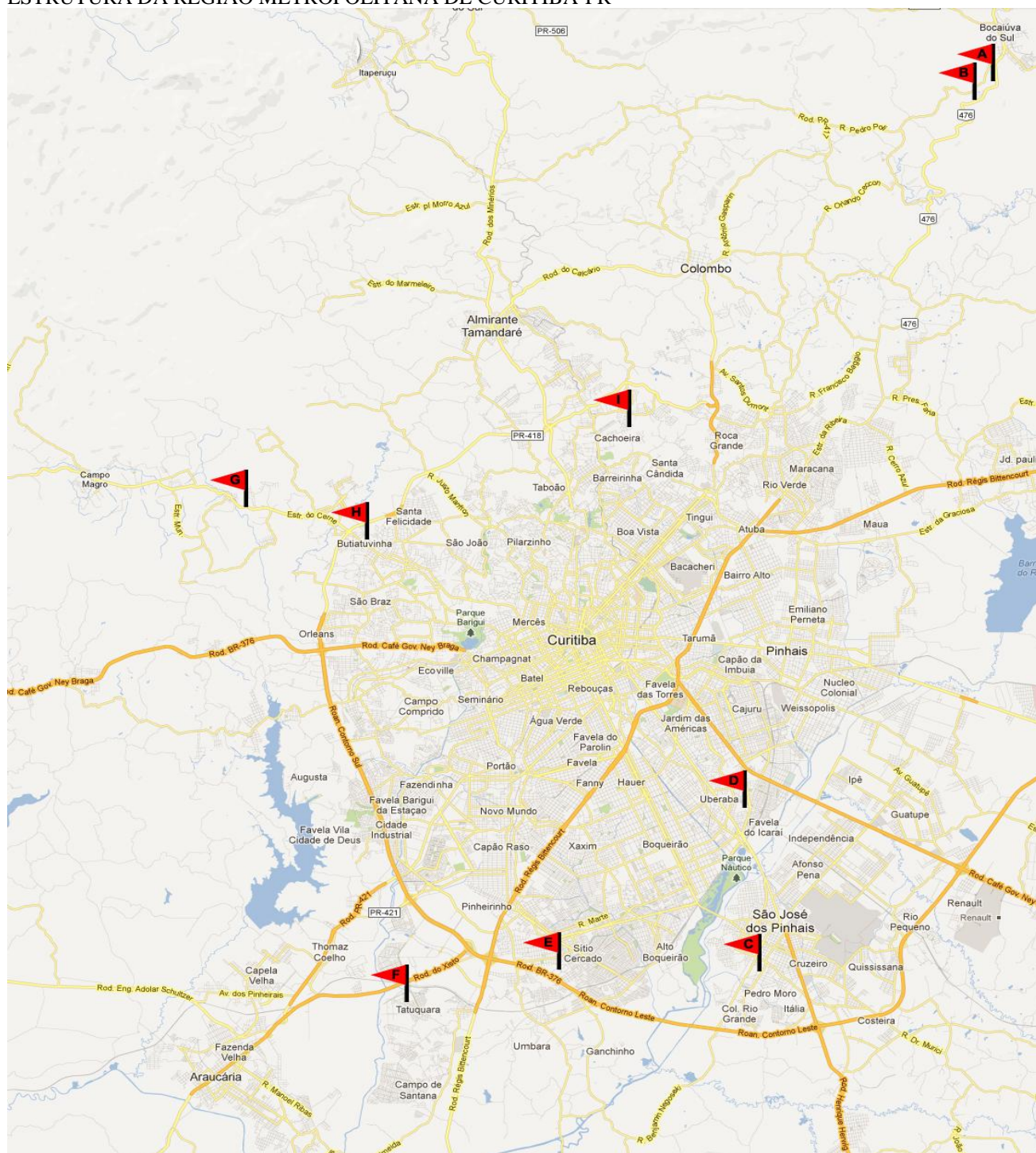
Diarista	Idade	Escolaridade	Cor/Etnia	Outros Trabalhos em sua Trajetória
Nicéia	28	Ensino Fundamental	Branca	Atendente em uma Farmácia e como Seletora de alimentos em uma cooperativa
Madalena	43	Ensino Fundamental	Branca	Trabalhadora Rural
Maria José	53	Ensino Fundamental incompleto	Branca	Trabalhadora Rural e Trabalhadora Doméstica Mensalista
Vanusa	55	Não completou os estudos primários/ analfabeta	Parda	Zeladora em uma empresa e Trabalhadora Doméstica Mensalista
Bernadete	32	Ensino Fundamental incompleto	Branca	Operadora de Máquina em uma Fábrica de Bordados
Dayana	23	Ensino Fundamental incompleto	Branca	Garçonete
Jussara	24	Ensino Fundamental incompleto	Branca	Cozinheira, Garçonete e Trabalhadora Doméstica Mensalista
Celeste	43	Ensino Fundamental incompleto	Branca	Trabalhadora Doméstica Mensalista
Gracielen	39	Ensino Fundamental incompleto	Negra	Atendente em uma Funerária e Trabalhadora Doméstica Mensalista

FONTE: Thays Almeida Monticelli, 2012.

Nessas breves descrições das entrevistadas e da tabela apresentada já podemos visualizar algumas características dessas trabalhadoras, como a baixa escolaridade, o trabalho infantil, o processo de migração, as dificuldades em se viver em bairros de periferia; assim como a possibilidade de escolha de ser diarista, pois quase todas estas trabalhadoras já tiveram a oportunidade de se empregar por outros meios. Todas as características apontadas também foram visualizadas e apreendidas enquanto percorria seus bairros e observava suas residências, características que foram fundamentais para compreender o contexto social do qual vivem.

A maior parte destas trabalhadoras vive nos bairros de periferia de Curitiba, que estão alocados nas margens dos bairros de classe média e classe média alta que se localizam nos arredores do centro da cidade. Assim, podemos identificar problemas relativos ao transporte que estas trabalhadoras enfrentam cotidianamente, além da invisibilidade que se têm desses espaços na atual geografia curitibana.

FIGURA 1 – BAIROS EM QUE AS DIARISTAS ENTREVISTADAS MORAM EM RELAÇÃO À ESTRUTURA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA-PR



FONTE: Thays Almeida Monticelli, 2012.

LEGENDA: A- Nicéia E- Vanusa I – Gracielen
 B- Dayana F- Bernadete
 C- Madalena G- Jussara
 D- Maria José H- Celeste

Há muitas características observadas nos bairros em que tive acesso para realizar as entrevistas, como por exemplo, a precariedade do transporte público, a ausência de

saneamento básico, unidades de saúde e escolas. Toda esta realidade urbana se entrelaça com as emoções das diaristas e interferem no modo como lidam com suas casas, seu cotidiano e suas famílias. A seguir, apresento a descrição desses conteúdos.

1.2.3. “Batendo de Porta em Porta”: Percepções e Campo de Pesquisa

Apresento agora a parte descritiva do campo de pesquisa, seus contextos e as experiências que o campo me trouxe. Muitos pesquisadores adotam a postura de declarar a sua proximidade com o tema pesquisado, assim como narrar todas as surpresas e emoções que lhes foram sucedendo à medida que faziam a pesquisa de campo, se opondo a neutralidade científica apontada pelo positivismo. (POUPART, 2006).

Eu me mantenho com essa mesma perspectiva, pois acredito que o ato de descrever e de posicionar-me frente às diversas situações que compartilhei, como os problemas metodológicos, as experiências frente ao campo, aos objetos observados e aos sujeitos escutados, também fazem parte da compreensão do tema investigado, pois todos os desafios são fundamentais para perceber as entrelinhas de subjetivação frente ao cotidiano de trabalho destas diaristas, o que me proponho a compreender.

Todos os passos que construí nesta pesquisa foram fundamentais para apreender, no sentido já apontado por Butler (2010), de marcar ou registrar em nossas percepções de reconhecibilidade, a realidade social em que vivem as trabalhadoras, localizando alguns marcos que pudessem me dizer algo mais sobre as dificuldades e as afetividades encontradas e percebidas por elas. Traço, assim, os meios empíricos que me possibilitaram analisar sociologicamente algumas características que cercam a realidade das diaristas.

As diaristas entrevistadas foram contatadas através da minha rede de sociabilidade e da rede delas próprias. Inicialmente, eu pedi para a diarista que trabalha em minha casa me conectar com suas amigas e conhecidas, pois foi o caminho que me pareceu ser o mais próximo para tentar chegar a este campo de pesquisa. Nesse momento inicial não pensei em utilizar outros meios para conseguir o contato delas, como procurar nas agências de emprego ou me reportar aos porteiros ou síndicos de condomínios. Isso ocorreu porque eu tinha uma pré-noção que não conseguiria me

aproximar de pessoas tão distantes, pensando que através de um contato em comum, faria com que as diaristas aceitassem falar com mais facilidade.

Dessa maneira, a primeira entrevista realizada foi com a vizinha e amiga da diarista que trabalha na minha casa, ela conseguiu me passar apenas um contato. Isso não me causou uma preocupação inicial, pois imaginei que as próprias entrevistadas me colocariam em contato com outras à medida que o campo fosse realizado; porém isso não aconteceu, eram raras as diaristas que me passavam outros contatos e quando me passavam não conseguia marcar a entrevista. Frente à constatação de tais dificuldades, procurei meus amigos e pedi que eles me conectassem com as suas diaristas, utilizando destes meios de confiança e referências para me aproximar delas.

Assim, as escolhas relativas às diaristas entrevistadas já identificava um campo de relações afetivas, pois essas trabalhadoras estavam entrelaçadas em um campo de envolvimento familiar e de amizade que pressupunham noções de confiança, de bom desempenho, de cuidado, de eficiência e, principalmente, de ter um bom relacionamento com a casa e as pessoas para quem trabalhavam.

Apesar de essas diaristas estarem inseridas em uma rede de sociabilidade da qual compartilhávamos conhecidos em comum, o contato com elas não foi tão fácil, fazendo com que minhas pré-noções acerca da confiança e de referências caíssem por terra. Elas perguntavam muitas coisas a meu respeito antes de marcar a entrevista, queriam saber, por exemplo, como eu tinha conseguido o número delas, quem havia me passado, com quem eu falei antes, onde eu morava, o que eu fazia, em qual curso, como eu chegaria até elas, quanto tempo duraria a entrevista, se eram muitas perguntas. Depois de um interrogatório elas concordavam em realizar a entrevista. Inicialmente, eu não imaginava que esse caminho seria tão difícil. Algumas vezes recusavam a entrevista, marcavam comigo e não apareciam e outras nem sequer atendiam ao telefone quando eu tentava chamar. Ainda me questiono se essas dificuldades se davam pela minha forma de abordagem e o modo que eu utilizei para contatá-las, se a rotina de trabalho delas era tão incessante que não permitia gastar suas horas de descanso para me dar uma entrevista, ou se era apenas um reflexo do que se diz sobre a cultura curitibana de não ser acolhedora e nem receptiva. Enfim, precisei de quatro meses para conseguir marcar nove entrevistas, o que me deixava angustiada, pois as relações com os prazos não são tão harmoniosos.

Essas dificuldades na aproximação com elas, também me limitaram nas técnicas de pesquisa que havia previsto utilizar. As discussões realizadas pelo Grupo Metodológico de Estudos de Gênero me acenderam várias técnicas, que me possibilitaria compreender melhor as maneiras como se vinculam o afeto nas relações que envolvem o cotidiano das diaristas. Inicialmente estava previsto utilizar técnicas como histórias de vida e observação participante, desde as quais eu teria um contato maior com a vida e com a realidade social que as cercam, assim como me permitiria observar e escutar impulsos, desabafos e emoções instantâneas. Mas o campo não me proporcionou esse tipo de envolvimento, foram várias as tentativas de pegar o ônibus junto com elas, passar o dia em sua rotina de trabalho ou até mesmo esperar que terminassem o trabalho e irmos juntas para casa. Eu imaginava que assim todas as confissões daquele dia de trabalho seriam mais facilmente percebidas, cheguei a oferecer carona com o meu carro, chamá-las para tomar um café, mas todas essas tentativas foram frustradas.

Assim, consegui apenas marcar entrevistas pontuais, não havendo espaços para mais aproximações ou observações. Essas entrevistas foram feitas em dois espaços e contextos distintos e que eram escolhidos e determinados pelas próprias diaristas: em suas casas e na casa de seus empregadores. Isso fez com que as experiências e percepções acerca destes lugares também fossem diferenciadas, necessitando que me reportasse a elas com mais detalhes.

1.2.3.1 A recepção em suas casas

Quando a entrevista era feita nos finais de semana elas me recebiam em suas casas, que ficavam em bairros da periferia e da Região Metropolitana de Curitiba. Eram lugares que dispunham de poucos recursos para uma boa moradia. Eu fui a bairros onde não havia saneamento básico, em que o chão era de terra batida ou estava na beira de rodovias. Quando a infraestrutura urbana era adequada como iluminação, rede de esgoto e asfaltamento, não havia ônibus ou outros tipos de transporte público que passassem perto da residência, assim como escolas ou unidades de saúde. Além disso, o comércio local se restringia a pequenos bares e botecos que estavam com pessoas alcoolizadas.

Na maior parte das vezes, eu me perdia no caminho, não conseguia informação das pessoas sobre o trajeto certo a fazer e ficava muito preocupada em como chegaria

até a entrevistada ou como voltaria para casa. Passei por lugares muito pobres onde as pessoas moravam em casebres feitos de madeira na beira da estrada, expondo-se a perigos e grandes períodos de estrada de chão, animais mortos sendo devorados por urubus e esgoto a céu aberto. Ficava pensando como era passar por ali todos os dias para ir trabalhar. Era quando toda minha ansiedade em fazer as entrevistas diminuía e começava a prestar mais atenção no percurso que eu tinha que seguir, simplesmente para não sofrer um acidente, atropelar crianças ou animais que eram frequentemente vistos na beira da estrada ou nas ruas.

Nesses momentos em que me aproximei mais da realidade estrutural de seus bairros e residências, foram os momentos em que pude apreender alguns marcos de poder em que as trabalhadoras estão inseridas. Elas vivem, algumas vezes, em condições precárias e muito violentas, não tendo os padrões mínimos para se ter uma rotina com um pouco mais de infraestrutura. Estas mulheres vivem em espaços e contextos que as afetavam cotidianamente, nas narrativas sempre aparecia uma queixa muito grande referente aos descasos urbanos que enfrentam no seu dia a dia.

Thays: que horas você chega em casa?

Madalena: eu não tenho horário para chegar em casa porque quando eu saio, por exemplo hoje, eu saio as cinco eu vou demorar quase duas horas para chegar na minha casa.

Thays: duas horas no ônibus?

Madalena: no ônibus lotado, que você não chega nem no terminal e fica ali esperando até o que vai perto da sua casa, às vezes aquele que chega ali você nem consegue entrar dentro, você tem que esperar outro, ou senão você entra mesmo naquele lotado e é assim... por isso que tem trabalho que não compensa, não compensa, a gente tem sempre que procurar o mais perto, o mais perto para você trabalhar.

Thays: por quê?

Madalena: porque menos tempo você vai gastar, porque quanto mais longe você for trabalhar você tem que levantar mais cedo...

Thays: hum.

Madalena: aí você estressa mais, você até chega no serviço mais cansada, e depois também pra ir embora, quanto mais tarde são piores né, é mais lotado ainda...

Thays: sim.

Madalena: aí fica mais difícil para você poder pegar os ônibus. Tem vez que você cansa mais dentro dos ônibus que no trabalho.

As diaristas convivem, muitas vezes, com uma precariedade urbana que lhes traz desconfortos e desigualdades que impactam significadamente seu cotidiano. Perceber que o seu trajeto para casa se torna mais cansativo do que seu trabalho propriamente dito trouxe à tona as emoções e as experiências frente a essa rotina de trabalho. Isso se torna um dos fatores que condiciona estas mulheres a fazer suas escolhas, assim como

em reproduzir em suas próprias casas algumas noções de conforto, pois quando eu chegava à casa das diaristas a realidade era bem diferente da que eu encontrava no bairro e nos arredores onde elas moravam.

A maior parte dessas trabalhadoras mora em casas próprias, algumas feitas de madeira e outras com tijolos. Eram casas com uma boa estrutura com reboco e pintura. Normalmente, havia um pequeno jardim na frente e tinha entre dois a três quartos, cozinha e sala. Havia também uma variedade de móveis e eletrodomésticos novos como geladeira, fogão, televisões, liquidificador, batedeira. Estas mulheres viviam em certo contraste em relação a sua moradia e o espaço onde estavam, pois os bairros eram bem precários e suas casas tinham uma boa infraestrutura e tecnologias que lhes garantiam certo conforto. Todo esse contraste me deixou confusa, pois eu passava por momentos muito complicados por todo o trajeto e quando chegava a suas residências não encontrava o mesmo parâmetro de pobreza que no restante do bairro.

Sendo assim, há uma ambivalência nestas relações de poder, pois se de um lado encontrei um quadro social de violência e pobreza que as envolvia e as afetava com precárias condições para educar os filhos, para se locomover, para cuidar da sua saúde e segurança. Por outro lado, em suas casas encontrei características que não as associavam à essas noções.

Na obra de Jurema Brites “Afeto, Desigualdades e Rebeldia: bastidores do serviço doméstico” (2000), a autora observa que as trabalhadoras domésticas remuneradas utilizavam móveis e decorações muito parecidos com as que eram, frequentemente, vistos na casa de seus empregadores, embora, esta reprodução estética não era de todo igual, muitas vezes elas ressignificavam os objetos de acordo com seus próprios gostos.

Na casa de Amélia, como na de sua patroa, a garrafa térmica para além de sua serventia, satisfaz também necessidades estéticas. Ela compõe a decoração em ambas as cozinhas, mas não da mesma maneira. Na casa da patroa, a garrafa térmica é colocada em uma bandeja com os demais apetrechos para servir o café, como se desempenhasse um uso estritamente funcional, mas para além dele revela uma estética de organização planejada, onde a beleza se demonstra sem excessos de detalhes em consonância com todos os outros objetos da cozinha. Já a casa de Amélia, a empregada, a garrafa térmica justamente com uma lata vazia de sorvete, aparece assumidamente como enfeite. Ela está disposta em cima do fogão. (BRITES, 2000, p.178).

A autora demonstra que as trabalhadoras domésticas remuneradas estavam inseridas em um contexto de consumo que se relacionava com as experiências de

conforto encontradas nas casas de suas patroas, mas, para além de uma reprodução, estas trabalhadoras ressignificavam os mesmos objetos de acordo com seus gostos e preferências.

Desse modo, os eletrodomésticos e móveis encontrados nas casas das diaristas em Curitiba também podem ser interpretados por esse viés, em que as experiências de conforto vivenciados na casa de seus empregadores lhes proporcionam possibilidades e escolhas de consumo para suas próprias residências, lembrando que muitas vezes certas tecnologias são mais facilmente encontradas e manuseadas nos espaços em que trabalham, construindo experiências de confortos e comodidades para as suas vidas práticas. Ao mesmo tempo, gostaria de ressaltar que as dificuldades encontradas nos espaços onde moram também contribuem para adquirir estes objetos e eletrodomésticos. Entretanto, isto não exclui o desejo e a criatividade pessoal.

Pude perceber que há melhorias econômicas na vida destas mulheres, que se refletem na compra destes eletrodomésticos e na boa infraestrutura de suas casas. Assim, não posso categorizá-las somente como vítimas de uma desigualdade social, mas também como agentes que constroem estratégias para driblar os espaços tão hostis nos quais vivem.

Estava sendo guiada pelo GPS, mas ele não me levou para o caminho certo. Havia me mandado para um lugar bem longe da casa de Nicéia e comecei a pedir informação para as pessoas, mas elas não sabiam me responder. Decidi seguir pela estrada de chão e ia parando nas casas que encontrava pelo caminho pedindo informação, ninguém sabia me responder e me indicar por onde ir, fiquei completamente perdida em lugar onde não pegava celular, GPS não se localizava e internet não funcionava. Fiquei bem desesperada e só pensando como era vida naquele lugar, sem nenhum tipo de sinal para as tecnologias chegassem, isso em apenas 30 km de Curitiba.

Resolvi voltar à vila de Bocaiúva do Sul – perto de Colombo (Região Metropolitana de Curitiba) para ligar para Nicéia. Comprei um cartão telefônico em um posto de gasolina e liguei do orelhão da praça. A praça ficava em frente à Igreja, com alguns bancos e um jardim bem cuidado nos canteiros. A igreja era amarela e bem pequena, ela era o centro da pequena vila e o comércio ficava ao redor: tinha padaria, um mercadinho, duas lojas de roupa, o posto de gasolina e três bares, que naquele dia estavam cheios de homens.

Consegui falar com Nicéia e ela me disse que já havia passado da casa dela há mais ou menos 12 km, que eu teria que retornar um pouco o trajeto. No caminho de volta fui percebendo que quanto mais longe da vila de Bocaiúva, mais precárias eram as casas, sempre muito perto da estrada, sujas de terra, com galinhas e animais nas proximidades e cercas feitas de bambu que não garantiam segurança alguma. A casa de Nicéia fica na beira da estrada bem perto de uma curva bem acentuada, é uma casa pintada de azul clarinho. Do lado direito da sua casa havia um espaço gramado onde eu parei meu carro. Aquele espaço era destinado a uma garagem mesmo, já que sua família tinha um carro e uma moto. Entramos pela porta da sala e me deparei com uma TV LCD de 40 polegadas. (Diário de Campo, 2012).

A aquisição de bens materiais e eletrodomésticos pelas classes populares nos últimos anos tem sido apontada como consequência das melhorias econômicas, de acesso ao crédito e dos intensos investimentos das empresas e *marketings* nestes novos consumidores. (YACCOUB, 2011). Não estou descartando todo o contexto de crescimento econômico que o país vive, muito pelo contrário, é inegável a vinculação da aquisição de bens de consumo pelas diaristas ao acesso de compra que lhes é ofertado atualmente, pois me foi relatado nessas entrevistas que os extensos parcelamentos são grandes facilitadores para concretizar estas aquisições. Mas não irei me focar nestes novos meios de acesso aos bens de consumo, detenho-me aqui a analisar estas aquisições como parte das experiências vivenciadas pelas trabalhadoras, em seus contextos e espaços que estão alocados em relações de poder.

Assim, gostaria de deixar bem explícito que o contexto de desigualdade e precariedade se faz presente no cotidiano destas trabalhadoras, e que a compra de eletrodomésticos e móveis não representa uma reprodução da casa da patroa, e sim a possibilidade que estas mulheres encontram de estabelecer e consumir confortos em seu cotidiano, a sua maneira e gostos estéticos. Dessa maneira, analiso o consumo dos produtos como uma maneira de trazer para seu cotidiano experiências e comodidades que fazem um sentido prático e estético em suas vidas, além de possibilitar novas experiências a sua família: assistir filmes com os filhos, passear nos fins de semana com o carro ou moto nova, gastar menos tempo com as tarefas domiciliares da sua própria casa, etc.

FIGURA 2 - BALCÃO COM ELETRODOMÉSTICOS DA CASA DE NICÉIA¹³

FONTE: Arquivo Pessoal/Thays Almeida Monticelli. (Maio, 2012)

NOTA: A cozinha de Nicéia tem vários eletrodomésticos expostos, além dos armários novos comprados em vinte quatro parcelas, das quais já pagou quatro.

FIGURA 3 - FOGÃO DE MESA SOB UM ARMÁRIO.



FONTE: Arquivo Pessoal/Thays Almeida Monticelli. (Maio, 2012)

NOTA: Nicéia comprou um fogão de mesa de cinco bocas, porém não tinha espaço em sua pia ou no balcão, pois estes “guardam” os eletrodomésticos. Desse modo, desmontou uma parte do armário de sua sogra para embutir seu fogão novo.

¹³ As fotografias foram tiradas e publicadas nesta pesquisa com a permissão das entrevistadas.

É importante também ressaltar que todos esses objetos e eletrodomésticos são comprados pelas trabalhadoras, não são presentes e doações de seus empregadores. Muitas vezes, elas saem de uma prestação e já entram em outra, como me testemunhou Dayana na entrevista, se desculpando por não poder me oferecer leite com café. Disse que não podia porque a geladeira estava estragada e o leite havia azedado, justificou que não iria mandar arrumar a geladeira, já que a prestação de seu armário novo acabava no mês seguinte, e então, ela poderia comprar uma geladeira nova.

Percebo que estas melhorias acumuladas podem ser vistas como pequenas estratégias que lhes possibilitam encarar sua rotina de uma maneira diferente. Isso não significa que elas não sejam afetadas por todo o contexto de precariedade existente nos bairros onde moram, muito pelo contrário, são justamente as experiências e emoções que lhes sucedem ao conviver com estes espaços que as impulsionam a consumir elementos de conforto. Como no caso de Nicéia, a dona da cozinha toda equipada com eletrodomésticos novos e diversificados, ela me justificou a compra de uma máquina que faz pão, pois não havia nenhum mercado ou panificadora perto de sua casa, tendo que percorrer dez quilômetros para encontrar esses alimentos. Assim, ao comprar a máquina de pão, ela podia servir e alimentar-se de pão fresco todos os dias. Coloco no centro da questão a experiência dessas mulheres consigo mesmas, com seus gostos, pelo lugar onde moram, sua vontade e prazer de arrumar o que é seu. Sobretudo, o exercício de um poder de si que lhes permite administrar o que é seu a seu gosto e necessidade.

1.2.3.2 Vamos tomar um café?

As diaristas me recebiam muito bem em suas casas, elas sempre me esperavam como uma visita, dada a minha posição de pesquisadora e o contexto em que as entrevistas foram estabelecidas, confirmando que não haveria outra forma de aproximação do que de uma pessoa que estava ali para escutar e outra para ser escutada. Sempre havia um café na mesa com biscoitos, bolos, pão, refrigerante, mesmo quando a mesa não era tão farta, elas sempre me serviam café ou chimarrão. Isso tudo me fazia ficar mais a vontade para realizar a entrevista que acabava durando quase a tarde toda; não havia pressa e nem limites indiretamente impostos para a entrevista terminar.

Eu já havia compartilhado de experiências parecidas quando fiz a pesquisa com sindicalistas de Juiz de Fora, já que assim eu me sentia mais a vontade e bem preparada para realizar as entrevistas, pois aquele contexto mais íntimo (por estar dentro de suas casas) me favorecia nas abordagens e nos questionamentos acerca de suas vidas.

Porém, novas situações foram acontecendo neste campo que me possibilitou outras experiências. Mesmo com um contexto mais próximo, eu percebi que tinha que realmente me portar como uma visita em suas casas, havia agradamentos específicos me esperando e aceitar me trouxe incômodos. Em uma das casas a diarista serviu biscoitos, café e chá, e uma criança de dois anos que estava presente queria comer o biscoito que foi designado somente para mim. Quando comecei a insistir para a criança pegar a diarista que estava me recebendo não se mostrou satisfeita com aquela atitude e me disse: não, esses biscoitos eu comprei para você. Percebi naquele instante que não poderia dar os biscoitos para a criança, eles foram comprados para a visita.

Além desse episódio, fui a casas onde me esperavam com refrigerantes gelados e fechados, que foram abertos especificamente para mim, no momento em que pedia um copo de água e não de refrigerante. Chás e cafés servidos em xícaras e pires, enquanto elas tomavam em um copo americano, todas estas situações me deixavam embaraçada. Não queria que a minha presença fosse percebida tanto como uma intrusa ou como uma visita “especial”, mas percebi que se recusasse todos estas “etiquetas” daria um passo para traz na entrevista, pois não deveria recusar estes atos que foram cuidadosamente pensados e elaborados para me receber.

Essa vivência de campo me reporta a Mauss (1974), quando analisa que as coisas dadas são em partes “um pouco da pessoa que dá”. Se recusasse todas as etiquetas elaboradas por elas, estaria recusando todo o trabalho, cuidado, tempo, dinheiro e atenção que tinham depositado na compra do refrigerante e do biscoito, na xícara com o pires e no chimarrão, estaria recusando o que me foi ofertado e, em parte, “recusando-as”. Seguindo com a noção de “reciprocidade espiritual da dádiva” que Mauss nos propõe, percebi que os elogios e o intenso agradecimento por aqueles agradamentos era a forma de retribuir tudo que me foi ofertado.

Dessa forma, o ato de tomar o café se tornou uma contradição para mim, pois ao mesmo tempo em que não me sentia a vontade com os elaborados cafés, os mesmos constituíam-se em meios que me possibilitavam ter uma aproximação com elas.

Aceitando todos aqueles agrados eu conseguia estabelecer uma boa relação com elas e as entrevistas aconteciam com menos formalidade a partir de então.

É importante ressaltar que estas experiências foram embaraçosas para mim, porque mantive uma expectativa de informalidade e intimidade nos espaços das entrevistas que não existiam. Eu realmente era uma visita naqueles contextos e as diaristas me tratavam como tal – no biscoito da visita a criança não pode por a mão, assim como é de costume nas casas brasileiras. Além desses momentos, também passei por novos desafios em outro espaço que me foi determinado pelas entrevistadas.

1.2.4 A recepção na casa de seus empregadores?

Algumas das diaristas marcavam comigo a realização da entrevista na casa de seus empregadores. Inicialmente eu achei essa determinação muito interessante, já que eu poderia estar presente no local de trabalho dessas mulheres e observar assim o contexto, os espaços e as relações estabelecidas com a casa e com as pessoas residentes de lá. Mas o meu estranhamento com aqueles contextos fez com que as entrevistas não durassem mais de quarenta minutos, com perguntas diretas e sem espaço para mais questionamentos.

Eu era muito bem recebida tanto pelas diaristas, quanto por seus empregadores, normalmente eles nos deixavam a vontade em sua sala de estar ou jantar depois de me perguntarem sobre meus estudos e oferecerem-me um copo de água ou um café. Essa característica me surpreendeu bastante, já que imaginava que as entrevistas seriam feitas na cozinha ou lavanderia, pois habitualmente são esses os ambientes dos quais a bibliografia aponta como determinados a estas trabalhadoras¹⁴. O fato de estar em um lugar tão íntimo, em espaços tão a vista de seus empregadores e ter um tempo para realizar a entrevista (normalmente na hora do almoço) me demandou outra experiência em relação ao campo e as suas análises; porém eu não soube lidar com todas essas características e dinâmicas que a pesquisa me proporcionou, não conseguindo, assim, estabelecer um bom contato com essas trabalhadoras nesses espaços.

Eu não conseguia me sentir a vontade naqueles contextos, sempre receosa de estar atrapalhando o trabalho das diaristas, de fazer as perguntas certas naquele curto

¹⁴ Ver Kofes (2010), Brites (2000), Tamanini (1997).

tempo, já que eu tinha, no máximo, uma hora para realizar a entrevista e utilizar de narrativas como “histórias de vida” seria inviável. Além disso, eu não me sentia a vontade de estar em um ambiente tão íntimo e familiar, vendo fotografias da família e de viagens, de observar aquela decoração e todos os objetos de uma casa que eu nem ao menos conhecia os donos. Eu me sentia invasiva e deslocada. O estranhamento em fazer a entrevista naqueles contextos era claramente meu e não das diaristas, afinal elas convivem com aqueles espaços e mantinham relações com todos da casa semanalmente.

O fato de a entrevista ser marcada na casa do empregador também me proporcionou outra visão sobre o quadro do trabalho doméstico remunerado de Curitiba. Acredito que se essa pesquisa fosse realizada dez anos atrás, a possibilidade de me sentar à mesa ou no sofá da sala de visitas e de ser servida por um empregador seria mínima, pois as relações se baseavam em outros parâmetros e eram extremamente marcadas pelos cômodos da casa nos quais as trabalhadoras podiam transitar com um pouco mais de liberdade. Suely Kofes (2001) faz uma detalhada descrição em sua etnografia sobre os cômodos da casa em que as trabalhadoras domésticas remuneradas tinham maior acesso e liberdade para se transitar, além disso, ela demonstra através do cotidiano de algumas residências como as delimitações são fortemente empregadas na relação entre patroas e suas empregadas, fazendo em questionamento sobre igualdade entre essas mulheres.

A dona da casa diz: “A cozinha é da Dona Maria”. Essa frase explica por que, quando a casa foi reformada, foi dona Maria quem escolheu a cor da cozinha. É também o lugar em que Maria recebe suas visitas.[...] O lugar de dona Maria é mais definido: ela tem um espaço próprio, é respeitada, está há dez anos na casa. Usa uniforme e lenço na cabeça, mas há uma proximidade afetiva. Entretanto, a separação e a proximidade transparecem no constante *jokink relationship* que marca sua relação com os membros da casa. (KOFES, 2001, p.184 e 199).

Essa característica é perpassada por muitas obras que já analisaram o tema, as delimitações dos espaços domiciliares e a insistência em manter certos distanciamentos foram descritos por outros autores também, que expunham uma realidade de “segregação e proximidade” nestas relações trabalhistas, ressaltando as ambivalências em que estas relações são construídas e mantidas. Jurema Brites (2000) nos retoma essa demarcação quando descreve um episódio em que foi a casa de uma amiga acompanhada de duas trabalhadoras domésticas remuneradas, enfatizando o quanto foi intimidador e agressivo este contexto para suas amigas trabalhadoras domésticas.

Eu precisava fazer coisas burocráticas em Vitória. Assim, resolvi passar uma tarde na casa de uma amiga (...). Edilene e Edinha logo se apresentaram para me acompanhar, aproveitando para fazer um passeio na cidade. (...) minha amiga não estava, mas graças à chave emprestada, pudemos entrar. Eu fui logo para o computador resolver minhas coisas, enquanto Edinha sentou-se na sala. Edilene, mais experiente, aguardava na cozinha brincando com o Ramirinho. Quando minha amiga chegou, olhou friamente para a cena. Sabendo que, antes de minha “amiga”, aquela adolescente no sofá era cunhada da empregada, cumprimentou-a com tamanha altivez que sentimos-nos compelidas a sair logo do local. [...]. Se, por diversos motivos, tendo a ver tanto com minha personalidade, quanto com meu status de patroa, eu era mais ou menos aceita no bairro, minhas amigas empregadas, por charmosas que fossem, nunca teriam livre trânsito no mundo de minhas vizinhas. (BRITES, 2000, p. 195).

A realidade contraria a essas narrativas que encontrei em Curitiba, demonstra-me outro tipo de relacionamento entre patrões e trabalhadoras domésticas remuneradas, envolvendo noções de confiança e intimidade demonstrando que as configurações afetivas acerca do trabalho realizado pelas diaristas se concretizam de uma maneira mais autônoma e seletiva atualmente.

As diaristas que entrevistei selecionam em quais casas vão trabalhar de acordo com o seu relacionamento com as pessoas da casa e com as suas próprias noções de sobrecarga, de humilhações e de injustiças. Essas mulheres dificilmente ficam trabalhando em uma casa que acham muito bagunçada, ou quando não há um bom relacionamento com os empregadores, quando a residência é muito longe de sua própria casa, quando não concordam com o valor da diária. As narrativas de humilhações só apareciam quando elas estavam passando por problemas econômicos e necessitavam trabalhar em uma determinada casa, não podendo dispensar um trabalho do qual não se sentiam bem, preocupando-se mais com suas condições econômicas e não com o seu “bem estar” trabalhista.

Acredito que o convite para realizar a entrevista na casa de seus empregadores e com tamanha intimidade se dá justamente por esse processo seletivo; elas trabalham em lugares onde se tem um bom relacionamento com seus patrões, onde as noções de respeito e intimidade andam juntas. Assim, elas selecionaram o dia em que estariam em uma casa na qual se sentem mais a vontade e respeitadas para me receber.

Desse modo, tive outro espaço e contexto que me permitiu apreender em que marcos de poder estas diaristas estão inseridas. Há elementos nessas características que me possibilitam interpretar estas relações através de uma afetividade seletiva, em que as noções de poder não desaparecem, mas se configuram de outra maneira. O fato de estar

sentada em espaços destinados à família ou a visitas e ser recebida como tal; tanto pela diarista, como por seu empregador, mostra-me uma relação mais humana, mas não mais igualitária. Nos espaços domésticos em que tive acesso e nas narrativas das próprias diaristas eram muito frisadas as relações que se pautavam em direção ao respeito de uma pessoa para com a outra. Isto se implicava com as maneiras de falar, de dar ordens, com a comida servida, a autonomia para fazer a limpeza do seu jeito. Não aparecia nessas narrativas relações baseadas em uma racionalidade legislativa¹⁵, ou em um distanciamento proposital de ambas as partes, ou que as privaria das ambivalências afetivas nestes contextos de trabalho. Porém, não posso deixar de notar que estas relações estão imbricadas em um contexto de poder, as relações mais humanas e respeitadas não afastam as noções de dominação, elas são dissimuladas nas relações mais harmoniosas que muitas vezes acabam trazendo mais trabalhos para as diaristas.

Gracielen: que tem umas né (empregadoras) às vezes que quer que eu fique lavando louça (...) lavar louça né e fazer comida, mas aí não vai dar tempo né de fazer aquele serviço.

Thays: é, não dá.

Gracielen: e precisa né. O serviço mesmo de uma diarista é esse né, é limpar a janela, é limpa os cantinhos mesmo, tira as aranha, passa, assim fazer o serviço grosso que a empregada não da tempo de faze né. Não é fica cozinhando e lavando louça, né?.

[...]

Thays: como que é o trabalho lá na Dona Francine?

Gracielen: é legal também. Então, lá nela eu faço comida né. Aí chego lá, daí eu ajudo ela fazer o café, ela toma café junto comigo.

Thays: aham

Gracielen: e a Dona Francine também é legal porque ela me trata assim, como um ser humano né. Que nem eu falei.

Thays: ela te trata como um ser humano?

Gracielen: é. Não é que nem as outras né, que tem outras que eu trabalhei que nem me dava café da manhã.

Thays: hum.

Gracielen: aí essa não, me chama, eu tomo café com ela na mesa, almoço com ela né. Eu chego lá e nós faz o café da manhã, aí ela toma e depois ela vai pro serviço dela (...) então eu chego, limpo lá cima até 11 hora. Aqueles três quarto. Cinco ambiente dá com os dois banheiro.

Thays: uhum.

Gracielen: aí desço e faço o almoço pra Dona Francine, faço o almoço, daí ela almoça. Eu limpo a cozinha né, daí nela eu limpo a cozinha, pra ária as panela e os fogão, aí venho e limpo a sala e mais lá embaixo. Tem mais a área de serviço e dois banheiros. É pequeno a casa dela. E tem um ambiente que é a sala grande, é tudo junto assim. É sala e copa que fala né?

Thays: é.

Gracielen: não, mas o serviço dela é grande. (risos).

¹⁵ O reconhecimento trabalhista através da carteira de trabalho assinada e da garantia de outros direitos.

Era comum ouvir das diaristas que tinham uma boa relação com seus empregadores uma sobrecarga de trabalho nestas mesmas casas. Muitas vezes junto com as noções de “humanidade” e “respeito”, tão valoradas pelas diaristas, estava agregado um trabalho mais pesado ou que elas não achavam apropriadas ao trabalho de uma diarista. Porém, elas o faziam quando se sentiam valorizadas por sentar-se a mesa, por não receberem ordens rígidas e por se sentirem à vontade para receber uma pesquisadora. É nesse sentido então que falo em um afeto seletivo, não é em todas as casas que elas aceitam fazer comida ou lavar louça, mas naquelas em que estabelecem relações mais “humanas” e harmoniosas.

Ao me deparar com todas essas experiências, percebo que há muitas maneiras de pensar e refletir acerca do material coletado, das emoções compartilhadas em espaços complexos, das informações, das narrativas das entrevistas. Todos esses pontos e zonas de pesquisa me mostram que há muito a ser pesquisado e elucidado para compreender o quadro de relações acerca do trabalho doméstico remunerado em Curitiba. Isto porque esta pesquisa é um ponto no meio de tantos outros possíveis, acerca de um trabalho que se configura desde a formação do estado brasileiro e que se modifica e se flexibiliza a medida que a sociedade se transforma, expondo as características fundamentais para compreender nossa cultura e sociedade.

Este trabalho de campo realizado em Curitiba me trouxe muitas surpresas e muitas perguntas sobre as relações de afetividade e de autonomia. Todos os espaços que podemos observar foram fundamentais para compreender o quadro de relações sociais que envolvem o trabalho das diaristas e como o processo de subjetivação se cristaliza através dessas relações. Para completar esse quadro de relações trabalhistas, apresento, a seguir, como o trabalho doméstico remunerado foi analisado pelas bibliografias relacionadas ao tema, para assim apreender por meio das teorias possibilidades analíticas que me ajudem a compreender a realidade observada. Além disso, é necessário definir por quais marcos teóricos esta pesquisa foi pensada e fundamentada.

2 “LIMPANDO A ESTANTE”: OS ESTUDOS SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO

Os estudos sobre o trabalho doméstico remunerado podem nos dizer muito sobre a realidade histórica, cultural e política do nosso país, já que este trabalho está configurado e se ressignificando em nossa sociedade desde sua formação histórica, vinculada a estrutura escravagista, e que foi posteriormente, incorporada nas residências brasileiras como consequência das desigualdades sociais e econômicas fomentadas no Brasil. (MELO, 1998).

Além disso, o trabalho doméstico remunerado é uma das categorias profissionais que mais agrega mão de obra feminina no país (PNAD, 2011). Devido a essa relevância e pelos desafios que traz no âmbito das discussões de igualdade, esse tema foi analisado e denunciado por diversas vertentes feministas, tanto as marxistas quanto as liberais. Sobretudo, quando se diz respeito às formas de opressão e sustentação das desigualdades no âmbito doméstico, quando não há o compartilhamento das responsabilidades e tarefas. Assim, ao questionar essas opressões, as teóricas feministas buscam a desnaturalização dessas desigualdades envolvidas na divisão sexual do trabalho, que está estritamente agregada ao âmbito residencial. Outro aspecto importante diz respeito à naturalização desse espaço marcado como feminino, e que instituiu historicamente a ligação do espaço doméstico e da mulher a dinâmica do cuidado, de modo despolitizado em termos de valores econômicos e sociais.

Dessa maneira, junto ao seu fazer histórico e discursivo também se produziram e traduziram-se percepções e experiências voltadas ao feminino, concomitantes processos de subjetivações vivenciados por estas mulheres. Assim, as relações entre trabalhadoras domésticas remuneradas e seus empregadores foram analisadas em uma perspectiva que as insere em um contexto de poder, que não valoriza e nem iguala seus saberes, suas percepções e conseqüentemente sua profissão. Essas mulheres então se encontram nas essencializações do feminino, carregando intrinsecamente além das desigualdades de classe, as de gênero.

Podemos perceber então que o trabalho doméstico remunerado é perpassado em bases analíticas que o interpretam de diversas maneiras. Atualmente há mais de 61 teses e dissertações acerca do tema trabalho doméstico remunerado, além de livros, capítulos de livros e artigos em diversas áreas, como o Direito, Psicologia, Serviço Social,

Comunicação, História, Economia, Sociologia e Antropologia (FRAGA, 2010). Esse número parece significativo, no entanto ainda há diversas lacunas e questionamentos que não foram abordados por estas obras, principalmente quando percebemos que as diferenças culturais de cada região do país afetam suas estruturas e suas percepções¹⁶. No Paraná, por exemplo, não há nenhuma obra que analise as particularidades deste segmento profissional, indicando que este campo de pesquisa ainda pode nos revelar muitos aspectos sobre a nossa sociedade.

Visto a importância do tema e as diferentes perspectivas analíticas preocupadas com esta relação, não posso me eximir, em uma dissertação, de apresentar o que já foi dito. Opto por ressaltar neste capítulo alguns estudos¹⁷, dentre os que considero necessário para a análise nesta pesquisa. Seguirei, portanto, os que fazem referências as principais abordagens analíticas encontradas no campo das Ciências Sociais, cujas temáticas se voltam às questões raciais, aos estudos com perspectiva marxista e os focados na análise dos sujeitos. Nesse sentido, busquei compreender, por meio de algumas correntes teóricas, como o tema, trabalho doméstico remunerado, já foi analisado, além de apreender através deste exercício os elementos e características que me dão as bases para um entendimento sobre as ressignificações afetivas encontradas no cotidiano das diaristas.

2.1 TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO E OS ESTUDOS RACIAIS

As questões raciais estão interligadas ao trabalho doméstico remunerado nos estudos brasileiros por um viés que o interpreta como uma herança escravocrata. Colocam-se as amas-de-leite, as criadas e mucamas como as primeiras referências de mulheres que realizavam as tarefas domiciliares durante os anos de colônia do Brasil. Com o fim da escravidão a maior parte das ex-escravas continuaram se ocupando do trabalho doméstico como babás, cozinheiras, arrumadeiras e lavadeiras, em condições

¹⁶ Como foi possível perceber no X Encontro Nacional de Trabalhadoras Domésticas realizado em 2011 em Recife-PE, e nos trabalhos apresentados no GT Servicio Doméstico, Trayectorias, Procesos e Relaciones na IX Reunião de Antropologia do MERCOSUL (RAM) que também aconteceu em 2011.

¹⁷ A revisão que faço neste capítulo não exaure e nem abarca com completude toda a discussão sobre trabalho doméstico remunerado no Brasil, mas enfatiza dentro das obras ofertadas as que mais me chamam atenção e as que mais se referem aos eixos analíticos propostos. Outros trabalhos foram lidos e apresentados em outro momento nessa dissertação.

de pagamentos precários: trabalhavam por moradia e comida¹⁸. (MELO, 1998). Desse modo, o trabalho doméstico remunerado se tornava mais um ponto de referência aos estudos raciais, que sempre foram alvo de intensos debates nas Ciências Sociais brasileira.

Algumas vezes interpretava-se as relações raciais através de uma integração entre diferentes etnias encontradas no país¹⁹, outras vezes, o analisavam através de um racismo acobertado por esta “harmonia cultural”²⁰. Essas formas de análise tentavam compreender a formação do estado brasileiro através do compartilhamento cultural que era vivenciado pela população em seu cotidiano. Podemos perceber, em relação ao trabalho doméstico remunerado, que o convívio íntimo e diário era repleto tanto de referências à cultura negra (empregada), quanto da cultura advinda da Europa (empregadores).

Através destas análises, foi possível traçar um pensamento crítico em relação ao trabalho doméstico remunerado, em que patrões e empregados/as estariam em uma relação de trocas culturais, apesar da desigualdade social que existia entre eles. Em contraponto a essa visão de “plena e harmoniosa miscigenação”, outra abordagem reconsiderava as grandes lacunas deixadas pelo período escravocrata recolocando as grandes dificuldades da inserção do negro em nossa sociedade, assim o trabalho doméstico remunerado veio muitas vezes como forma de sobrevivência da população negra.

¹⁸ Em algumas regiões do Brasil, ainda é possível encontrarmos este tipo de relação, em que meninas se encarregam de todo o trabalho e tarefas domiciliares em troca de abrigo e alimentação. Pelos dados estatísticos ofertados pela Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (2009), foram registradas mais de 2.600 mulheres no Estado do Paraná que ainda trabalham nessas condições, sem nenhum tipo de remuneração. (PNAD, 2009).

¹⁹ As obras de Gilberto Freyre “Casa Grande e Senzala” (1988) e “Sobrados e Mucambos” (1961) abordam as contradições raciais brasileira através da “democracia racial”, em que a miscigenação de diferentes povos e a convivência cotidiana impulsionou a uma harmonia racial vivenciada dentro dos lares do Brasil. As obras de Freyre nos oferecem um ponto de vista do Brasil colonial baseado na ideia de uma valorização cultural, que dá uma identidade ao povo brasileiro, e que agregava as diferenças de indígenas, africanos e europeus se opondo radicalmente as teorias eugenistas da década de 30, época que seu primeiro livro foi publicado. As obras de Gilberto Freyre foram essenciais para pensar o Brasil nesse período, fazendo com que sua obra fosse muito utilizada pela Sociologia para entender a formação do povo brasileiro. Porém, na década de 50, período em que sociologia brasileira se repensava, as críticas a sua obra não tardaram. (MEUCCI, 2007).

²⁰ Florestan Fernandes (1978), Octávio Ianni (1960), Fernando Henrique Cardoso (1962) entre outros vem justamente questionar a teoria da democracia racial através das condições sociais em que os negros viviam no país e da desigualdade econômica e social entre a população, reafirmando que o Brasil era um país que tinha grandes tensões raciais. As obras de Fernandes são indispensáveis para recolocar no debate acadêmico a situação real em que o Brasil se formava.

As análises acerca do trabalho doméstico remunerado sempre estavam à sombra das discussões políticas, raciais e culturais do Brasil, e mesmo assim sempre como um locus dessas discussões, não aprofundando e nem abordando essa temática de maneira mais enfática. Assim, algumas características só foram questionadas na década de 80 quando a onda feminista estava pensando a sobrecarga de trabalho que era realizada gratuitamente pelas mulheres e pressionando as análises sociológicas clássicas sobre o poder dominante do homem e a super valorização do seu trabalho em relação à mulher.

É com essa perspectiva que algumas historiadoras vão resgatar desde a história do país as raízes do trabalho doméstico remunerado, como uma evidente consequência do período pós-escravocrata. Ao mesmo tempo, questionavam e afirmam que essas tarefas nunca foram valorizadas devido aos estereótipos do que sejam trabalhos de homens e de mulheres. Busco uma dessas obras em sua parte historiográfica, pois as análises do patriarcado e divisão sexual do trabalho vão ser discutidas posteriormente com mais detalhes.

O livro de Sandra Laudelarde Graham, “Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910²¹”, faz uma análise sobre o tema entre a segunda metade do século XIX e início do século XX. Esse período histórico possibilitou a autora compreender a relação do Estado com essas mulheres em datas muito marcantes, como a Abolição da Escravidão e da Proclamação da República. Além disso, as transformações das composições urbanas nessa época mudaram consideravelmente o cotidiano das criadas. (GRAHAM, 1992)

A autora faz uma detalhada busca a arquivos para “resgatar as experiências das criadas em seu trabalho e em sua vida privada e assim ver como eram vistas por seus patrões” (GRAHAM, 1992). Sua obra então se baseia na descrição do trabalho das criadas e da relação com seus patrões nos espaços da casa e rua. A autora apresenta a casa e a rua como lugares completamente distintos e em consequência disso, há maneiras diferenciadas no tratamento de criadas “porta adentro” e as criadas da rua.

O âmbito de trabalho que chamo doméstico inclui, em um extremo, as mucamas e amas-de-leite e, no outro, as carregadoras de águas ocasionais, as lavadeiras e costureiras. Até mesmo as mulheres que vendiam frutas, verduras ou doces na rua eram geralmente escravas que, com frequência, desdobravam-se também em criadas da casa durante parte do dia. Ao meio do caminho estavam as cozinheiras, copeiras e arrumadeiras. O que distinguia não era apenas o valor aparente de seu trabalho para o bem estar da família,

²¹ O título original é “House and street: the domestic world of servants and masters in nineteenth-century Rio de Janeiro (1988). (BERNADINO COSTA, 2000).

refletido no contato diário que cada uma tinha com os membros desta, mas também no grau de supervisão. Uma mucama ou ama-de-leite, que entrava nos aposentos mais íntimos da família para servir a patroa ou cuidar de uma criança, era a mais estreitamente vigiada de todas. (...) Em contraste, transportar água ou lavar roupa no chafariz significava que algumas criadas trabalhavam fora da circunscrição da casa e o olhar da patroa. (GRAHAM, 1992, p. 18)

A autora mostra que as criadas “porta-adentro” tinham certa preferência, muitas vezes motivadas pelos cuidados e dedicações que faziam aquela família, por se identificarem como pertencentes a ela, porém, também estavam sujeitas a um tratamento hierárquico mais claro através da permanente vigilância. Ao descrever as noções de proteção e obediência, Graham (1992) demonstra claramente que as proteções sociais estavam estritamente ligadas ao reconhecimento trabalhista de seus patrões: a criada ganha alimentação, abrigo, roupa, remédio, algumas vezes até a alforria em troca de sua obediência e dedicação aos serviços domésticos e à família. Essas relações não se restringiam apenas aos sujeitos diretamente envolvidos, pois, muitas vezes, as noções de obediência eram passadas para seus filhos que também se mantinham em um laço de dependência com essa família. É possível pensar que essa lógica “proteção/obediência” marcou uma estrutura político-cultural da sociedade brasileira caracterizada pela desigualdade social e dependência, e que esses arranjos ainda são vistos em nossa atualidade. (BERNADINO COSTA, 2000).

Contudo, é importante nos questionarmos se a herança do período escravocrata ainda persiste nos trabalhos domésticos remunerados hoje. Por que trazer as abordagens raciais para analisar o contexto do Estado do Paraná, em que mais de cinquenta por cento de suas trabalhadoras domésticas remuneradas se consideram brancas? O que esse passado tem a ver com o trabalho realizado pelas diaristas? Em que sentido esse período histórico influencia as relações afetivas entre diaristas e seus empregadores?

A obra de Alda Britto da Motta intitulada “Visão de Mundo da Empregada Doméstica: um estudo de caso” (1977) foi uma das primeiras obras a analisar o universo do trabalho doméstico remunerado no Brasil. Em sua etnografia no Conjunto de Todos os Santos em Salvador, a autora revela alguns dados sobre o grupo estudado:

No Conjunto de Todos os Santos a empregada doméstica é sobretudo jovem (73,2% entre 12 e 27 anos), mulata (56,5%) ou preta (31,7%), originária do Interior do Estado (87,8%), do setor de subsistência (70,7%). Nível de instrução primário incompleto (51,2%). (...) 90,2% moram na casa dos patrões. (...) o salário médio, entre setembro e novembro de 1976, foi de Cr\$286,00. O salário mais alto foi de Cr\$500,00 (encontrado apenas em um caso), e o mais baixo, de Cr\$150,00 (para 7,3% de pessoas entre 13 e 22 anos

de idade). Também 7,3% não recebem salário, têm “gratificação” ou “o que precisarem”, porque são “criadas da casa”. (MOTTA, 1977, p.29, grifo nosso).

Podemos notar que as relações de serventia pautadas e estabelecidas por uma noção de gratificação e *pagamentos in natura*²² ainda são estabelecidas no Brasil, mostrando-nos claramente uma ligação com um período de dependências econômicas fomentadas pela pobreza do Estado brasileiro. De acordo com os dados apresentados em 2009 pela Pesquisa de Amostra por Domicílio (PNAD), havia na Região Metropolitana de Curitiba mais de 2.000 mulheres que estavam nessas condições, sem nenhum tipo de remuneração, trabalhando por comida e abrigo. Mesmo quando nos deparamos com a realidade das diaristas, em que o trabalho se configura de uma maneira mais autônoma, ainda podemos encontrar esta realidade.

Thays: e com quantos anos você começou a trabalhar?

Dayana: com oito anos.

Thays: oito?

Dayana: é.

Thays: e você trabalhava como?

Dayana: minha mãe me deu quando eu tinha oito anos pra uma família aqui de Curitiba. Aí ele me pusero na fazenda deles em Colombo (Região Metropolitana de Curitiba) e eu trabalhava lá, cuidava dos porco, limpava a casa, lavava roupa, cuidava da neném deles, cozinhava, fazia tudo, subia em cima da cadeira e lavava toda louça.

(...)

Thays: e você recebia quanto lá?

Dayana: nada. Quer dizer, eles me dava roupa, me deixavam ir na escola.

Percebo que ainda há uma reprodução dessas relações de “serventia” e de “criadagem” nos dias atuais. Da obra de Alda Britto da Motta até hoje se passaram 35 anos, e infelizmente, ainda nos deparamos com a mesma realidade social em que vivem estas mulheres; para além das relações de serventia, ainda falamos de mulheres com poucos anos de estudo, migrantes, e com baixa renda, indicando como este trabalho ainda é realizado pela população periférica brasileira. Dessa forma, a categoria profissional trabalho doméstico remunerado é a que incorpora e oferece os meios para o mercado de trabalho à maior parte da população feminina pobre, apontando que este trabalho foi, e ainda é, o escopo de uma periferia fomentada desde os tempos escravocratas até os dias de hoje.

Gracielen: Aí depois que eu saí de lá (Sergipe), aí nós, eu e meu pai tentamos trabalha pra arranjar uma casinha pra trazer meus irmãos e minha mãe. Aí eu

²² Pagamentos realizados com doações de roupas, alimentos, remédios, etc.

comecei a trabalhar de doméstica, até hoje, foi o único, é também o único serviço, que assim, que nem que a gente que não tem muito estudo ganha mais um pouquinho é de doméstica e de diarista.

É nesse sentido que falo em uma herança escravocrata, pois esse trabalho foi realizado e incorporado nas residências brasileiras como consequência das desigualdades sociais fomentadas durante todos estes anos no Brasil, empregando principalmente mulheres negras, com baixa renda e escolaridade, pertencentes às periferias das grandes cidades. O trabalho realizado atualmente pelas diaristas é uma nova configuração dentro desta categoria profissional, que vem demonstrando novas possibilidades de agências e subjetivações, no entanto ainda estamos nos reportando a essa estratificação social.

Além disso, a perspectiva histórica também nos diz sobre as raízes culturais e simbólicas que marcam as relações entre empregadores e trabalhadoras domésticas remuneradas, dando-nos elementos para compreender as noções de afeto que foram cultivadas e mantidas ao longo destes anos como uma das principais características deste trabalho. As relações afetivas estabelecidas entre criadas, babás e trabalhadoras domésticas são marcadas na literatura e nas novelas brasileiras²³, estão sempre em posições extremamente íntimas e confidenciais, apesar de também serem atingidas pelas questões de poder que existem dentro destas relações. Assim, as dedicadas atenções a casa e principalmente as crianças, foram cultivadas desde épocas mais remotas. Nesse sentido, acredito que as diversas maneiras de se pensar o afeto nas relações trabalhistas do trabalho doméstico remunerado, são em parte, desenvolvidas por uma herança cultural brasileira, que já estabelece um pressuposto de cuidados, afetos e atenções, mantidos e estabelecidos pelos dois lados destas relações: empregadores e trabalhadoras.

Roberto da Matta (1987) faz uma leitura sobre a família brasileira entrelaçando todas estas complexidades, abordando diversas características que a formam. Sua análise não descarta como a formação da sociedade brasileira foi construída pela família patriarcal, mas não esquece de mencionar que esta mesma família continha agregados, aparentados e não aparentados (escravos, criados, afilhados, filhos de criação). Assim,

²³ Como nas obras de Monteiro Lobato, através da personagem de Tia Nastácia do Sítio do Pica Pau Amarelo. Como nas novelas da Rede Globo: Força de um Desejo (1999), Esperança (2002), Cabocla (2004), Sinhá Moça (2006), Lado a Lado (2012).

herdamos essa cultura familiar, prevalecendo para além da família nuclear a cultura de servilidade.

Assim, demonstro, através das abordagens históricas e acerca das questões raciais no Brasil, como o trabalho doméstico remunerado ainda é a categoria profissional que emprega a maior parte de mulheres que vivem em uma estratificação social periférica. Relações que foram fomentadas por várias gerações pelas desigualdades sociais do nosso país. Além disso, acredito que as maneiras de configurações afetivas estão, em parte, vinculadas a uma herança de “cuidados, afetos e atenções” que foram cultivados durante muitos anos em nosso pai. Dessa forma, são afetos construídos e compartilhados culturalmente.

2.2 OS ESTUDOS FEMINISTAS NO CAMPO DO MARXISMO

Visto que o trabalho doméstico remunerado é uma das ocupações que mais empregada mão de obra feminina no Brasil, logo foi apontado pelos estudos feministas do país. As primeiras obras produzidas datam da década de 70 e 80 e tinham um forte eixo analítico marxista, já que esse período foi marcado pelas insistentes obras acerca do patriarcado²⁴ e, principalmente, da divisão sexual do trabalho²⁵.

O argumento da repressão familiar das mulheres em detrimento do poder absoluto do homem foi o impulsionador das primeiras vozes feministas, que começaram a questionar esse poder fora do perímetro residencial e o colocaram como base estrutural da nossa sociedade, vinculando o capitalismo ao patriarcado. Assim surge o patriarcado capitalista, que se define pela opressão e desvalorização das mulheres e de

²⁴ O patriarcado foi definido primeiramente por Weber como um sistema em que o poder se centra na mão do senhor dentro dos espaços domésticos e em comunidades pequenas, onde as hierarquias eram bem claras e fixas. Para Weber esse sistema é válido em sociedades onde o Estado e o sistema capitalista ainda não estavam presentes de forma mais incisiva. (CASTRO; LAVINAS, 1992).

²⁵ A divisão sexual do trabalho surgiu quando as primeiras feministas revisaram a obra “Origens da Família, da Propriedade Privada e do Estado” em que Engels e Marx afirmam que a divisão de trabalho entre os sexos é a primeira forma de exploração e desigualdade, pois junto com o antagonismo de classes aparece na história o antagonismo entre homens e mulheres. A opressão do sexo feminino pelo masculino em relações familiares iniciou um processo simultâneo de “retrocesso relativo”, em que o bem estar de uns se realiza a custa da dor e repressão de outros. (MARX, K.; ENGELS). Além dos questionamentos da obra de Engels e Marx, foram feitas revisões de trabalhos que tinham como essência a cultura. Lévi-Strauss apontou a separação do trabalho entre os sexos como meio de “complementar” o trabalho produzido pelo grupo, estabelecendo assim a estrutura familiar da sociedade. Porém esse conceito foi redefinido por antropólogas feministas ao mostrar que essa complementaridade estava mais ligada às relações de poder entre homens e mulheres. (TABET, 2005).

suas tarefas, considerado dentro de uma perspectiva universal. O movimento feminista ao evidenciar, através do patriarcado, o processo social de construção da opressão do feminino, expõe a subordinação das mulheres em várias práticas econômicas, políticas e culturais; além de se inserir nas lutas anticolonialistas²⁶, ressaltando que havia uma variedade de estruturas patriarcais que conviviam com movimentos em prol de mudanças nesse sistema opressivo, sendo elas de gênero, classe, etnia ou raça. Esse contexto foi extremamente importante, pois dessas discussões surgiram as teorias que pensavam o feminismo da diferença. (TAMANINI, 1997).

Já no contexto da divisão sexual do trabalho, o patriarcado é tomado em geral, como é percebido por Saffioti (2007), enquanto um sistema onde a dominação e exploração das mulheres não se configuram apenas nas relações privadas, mas invade todos os espaços da sociedade. A autora ainda reforça que o patriarcado legitima a discriminação social, pois nele se estabelecem formas de exploração e dominação sobre as mulheres.

A perspectiva analítica do patriarcado se coloca através de uma noção estruturalista, em que o poder masculino se encontra em todos os aspectos e espaços sociais. Dessa forma, as relações sociais são visibilizadas por meio de uma complementaridade binária, na qual homens e mulheres são alocados em relações estáticas como dominante *versus* dominado, opressor *versus* oprimido. Os homens são denunciados como portadores de poderes absolutos e as mulheres como objetos cristalizados da opressão²⁷. Assim, o trabalho doméstico remunerado seria analisado através de uma perspectiva em que suas tarefas e suas executoras são apenas produtos desse sistema patriarcal. (AGUIAR, 1984).

Juntamente com o patriarcado, as teóricas que se utilizaram dos conceitos da divisão sexual do trabalho, visavam superar os limites da teoria marxista em relação ao trabalho e incluir nessa análise a situação social da mulher. De acordo com as autoras que partem dessa perspectiva, o mundo capitalista oprime e desvaloriza o trabalho realizado por mulheres. Elas se baseavam na ideia de que as condições em que vivem homens e mulheres são diferenciadas e que o capitalismo se apropriava dessa desigualdade. Essas relações estão fundamentadas em uma sociedade capitalista, que

²⁶ Principalmente na África e Ásia.

²⁷ Evidentemente, o próprio feminismo tratou de complexificar essa relação e, portanto, somam-se nesta perspectiva, também percepções culturais e diferentes ordens simbólicas.

envolve os conceitos de mercadoria, nesse caso o trabalho, e expressam-se por meio da divisão sexual do trabalho.

Esses conceitos implicam, portanto, em construção de determinadas relações sociais de cunho ideológico, cultural e econômico. (KERGOAT, 2009). Helena Hirata (2009) nos mostra, através de suas pesquisas sobre subjetividades e trabalho, como os estereótipos sexuais e as representações sociais do que seria “virilidade masculina” e “fragilidade feminina” são amplamente utilizados na gestão de mão de obra no mundo industrial; em que os trabalhos ditos como perigosos, pesados e insalubres, assim como o trabalho noturno e as atividades de manutenção técnica, são ligadas a essas identidades e representações sexuais. Ainda nesse caso, estabelece-se uma polarização ligada a valores de superioridade e inferioridade: altos e baixos escalões, trabalho considerados limpos ou sujos, trabalhos leves ou pesados. Mantêm-se assim, um referencial de estrutura fixa, sustentada com valores e posições subjugadas e estereotipadas. Dentro dessa chave analítica, algumas autoras apontam o trabalho doméstico remunerado como mais um elemento, no qual se pode constatar essa desvalorização trabalhista ligada aos estereótipos sexuais.

A obra de Saffioti ²⁸ intitulada “Emprego Doméstico e Capitalismo” (1979) é um marco dos estudos clássicos acerca do trabalho doméstico remunerado. (ÁVILA, 2009). Em seu estudo no interior de São Paulo a autora traça como objetivo medir se o setor de trabalhadoras domésticas remuneradas seria um contingente industrial de reserva, que migraria para outros segmentos profissionais à medida que a economia fosse crescendo. Saffioti conclui que há diferenças em seu contexto de pesquisa em relação aos elementos observados por Marx durante o século XIX. Destaca-se o setor terciário como o segmento que absorveria estas trabalhadoras, preenchendo uma das funções do exército industrial de reserva. (ÁVILA, 2009). Através dos estudos marxistas, a autora ainda destaca que o trabalho doméstico remunerado é um setor que está à margem do modo de produção capitalista.

Saffioti (1979) une esta análise marxista com a situação real do mercado de trabalho em que se encontravam as mulheres no Brasil durante a década de 70. A autora questiona o quanto a industrialização do país havia modificado a situação na qual se

²⁸ A obra de Saffioti é pioneira nesses estudos, foi a primeira mulher no Brasil a problematizar a questão acerca do trabalho doméstico e o trabalho doméstico remunerado, sua trajetória pessoal esteve interligada com essa abordagem, pois precisou trabalhar como trabalhadora doméstica remunerada quando saiu da zona rural e foi para a cidade. (II Oficina Feminilização do Trabalho, 2011).

encontra as mulheres nos setores empregatícios, como podemos perceber em um trecho de seu artigo:

[...] Ora, em 1872, as empregadas domésticas representavam 33,0% da PEA feminina brasileira. Caberia, então, indagar que benefícios trouxe à mulher brasileira a industrialização intensiva de capital que teve lugar no País, se a percentagem de empregadas domésticas permanece, um século mais tarde, praticamente inalterada. Obviamente, este fenômeno assustador encontra explicações na extremamente desigualitária distribuição de renda nacional e na diminuta elasticidade da estrutura de emprego, para não mencionar senão dois fatores. Não sendo o emprego doméstico uma atividade organizada em moldes capitalistas, é-se obrigado a concluir que grandes contingentes femininos são deixados à margem do modo de produção capitalista. Este quadro agrava-se terrivelmente quando se atenta para outros contingentes femininos localizados em atividades também não capitalistas. (SAFFIOTI, 1978, p. 412).

Dessa forma, Saffioti traz à tona esse contexto de intensas desigualdades, tanto as econômicas quanto as relacionadas ao sexo; questionando, através de uma análise centrada no patriarcado, em que condições trabalhistas viviam a maior parte das trabalhadoras brasileiras. Assim como Saffioti, Alda Britto da Motta (1977) também nos aponta que o trabalho para as mulheres pobres do Brasil não se estabelecia por uma questão de auto realização, e sim, como foi durante todos esses anos no país, de trabalho para sobreviver.

Todo esse longo processo, é escusado dizer, tem transcorrido em termos sempre diferenciais segundo a classe social. A lírica donzela que, no alto da torre, suspira pelo seu Romeu, enquanto borda infundável tapeçaria – e talvez suspire, também, de puro desconforto pela falta de um banho – não é exatamente a mesma mulher medieval que, no seu ativo comércio, ajuda a inaugurar a etapa produtiva para o momento histórico seguinte. A mulher que trabalha é, sobretudo, ou exclusivamente, a mulher das classes dominadas. O “direito” ao trabalho, da mulher das classes pobres, que a contemporânea de classe média parece invejar, é, na verdade, um *dever*, uma necessidade para a própria sobrevivência e da sua família. Está longe de constituir-se em qualquer forma de autorealização. O trabalho como afirmação e autorealização para a mulher, é uma conquista do racionalismo mais moderno. (MOTTA, 1977, p.18).

Os estudos no campo do feminismo marxista abordavam o trabalho doméstico remunerado em uma chave analítica fechada, que não dava espaços para uma abordagem mais centrada em sua formulação propriamente dita e nas diversas posições de constituição do sujeito mulher e trabalhadora. No entanto, essas obras foram fundamentais para interrogarmos, primeiramente, sobre a pobreza estrutural reproduzida e fomentada durante todos estes anos nas residências brasileiras; em segundo lugar, e não menos importante, percebermos as naturalizações e as invisibilidades dos trabalhos

realizados por mulheres, principalmente os realizados no âmbito doméstico. (AGUIAR, 1984). Assim, essas obras ainda podem nos trazer reflexões sobre a reprodução das desigualdades baseadas nos estereótipos de sexo nos dias de hoje, pois podemos tomar como exemplo uma prática recorrente em nossa sociedade: quando uma mulher entra no mercado de trabalho as tarefas domésticas que eram realizadas por ela, normalmente, não são repassadas para o grupo familiar ou cônjuge, mas são direcionadas às trabalhadoras domésticas remuneradas, diaristas, babás, cozinheiras, etc. Reafirmando, dessa maneira, estas desigualdades entre gêneros e classes sociais, aspecto que hoje se agrava pela transnacionalização do trabalho feminino. Além disso, essas obras nos possibilitam pensar que a inserção das mulheres no mercado de trabalho se afirma construída em um paradoxo, pois apesar de estarem inseridas no mercado de trabalho, continuam sendo reconhecidas e valorizadas de maneiras desiguais. Ressalto ainda que a sociedade atribui historicamente as tarefas da maternagem às mulheres e impede-as muitas vezes, de ascender às funções que lhes dariam maior autonomia e liberdade de mando e de expressão - porque tem que se dedicar aquilo que por processos históricos de diferenciação no trabalho sempre lhes coube: as tarefas do cuidado e da maternagem²⁹. (TAMANINI, 1998).

Portanto, o conceito de divisão sexual do trabalho possibilita pensar na naturalização a que os trabalhos domésticos são designados como femininos e, assim, geram uma maior carga de trabalho as mulheres e ocasionam, muitas vezes, um não reconhecimento de que o trabalho doméstico remunerado é um trabalho que precisa ser pago. Contudo, esse conceito não abrange com completude as complexidades que envolvem as relações do trabalho doméstico remunerado. Há uma gama de possibilidades de interpretações que consideram outras dimensões para além destas posições binárias e fixas, interpretações que foram produzidas por várias vertentes teóricas e evidentemente pelo próprio movimento feminista. O trabalho doméstico remunerado passa a ser analisado então através de seus contextos e relações, como poderemos ver a seguir.

²⁹ Este dilema já rendeu muita discussão tanto para o movimento feminista, quanto para a teoria feminista e que também foi questionado por muitas mulheres, especialmente àquelas que preferem assumir essa condição como forma de viver outras experiências identificatórias como indivíduo.

2.3 OS ESTUDOS FOCADOS NAS SUBJETIVIDADES CONSTRUÍDAS NAS RELAÇÕES DO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO

Os estudos baseados nas análises das subjetividades em relação ao trabalho doméstico remunerado têm por objetivo retratar as particularidades e ambivalências que cercam estas relações trabalhistas, concentrando-se na interpretação das experiências e narrativas dos sujeitos. Deu-se o início a um pensamento que engloba as diferentes posições nas quais a trabalhadora doméstica remunerada se constitui, não excluindo que essas estão inseridas em relações de poder, mas evidenciando a sua capacidade de agenciamento. O poder passa a ser percebido e analisado em outras esferas, não mais centralizado em instituições e formas binárias, mas percebido e analisado por outras lógicas e percepções.

De acordo com Joan Scott (1990), em uma referência clara a Foucault, é preciso buscar o significado que as atividades adquirem durante a interação social. Dessa maneira, é preciso lidar com a identidade subjetiva, assim como as instituições e organizações políticas, os símbolos culturais e sociais, além dos conceitos normativos. É necessário pensar nessas inter-relações para compreender como poder está disperso nas diferentes relações, construídos através dos discursos e da normatividade, que classificam e delimitam as ações sociais de acordo com pressupostos que ditam as regras sociais. Assim, dentro desses espaços e contextos há o lugar da agência humana, da construção de uma identidade, de símbolos e linguagens, das resistências e reinterpretações, pois o campo se modifica através das relações estabelecidas entre seus indivíduos.

Essas noções foram as bases fundamentais em diversas obras acerca do trabalho doméstico remunerado, como podemos ver na análise feita por Kofes (2001), Brites (2000), Tamanini (1997), entre outros. Essas obras foram pautadas sempre na interpretação da constituição do sujeito “trabalhadora doméstica remunerada”, seja no espaço doméstico, na sua forma de agenciamento cotidiano ou no desenvolvimento de patologias causadas pelo trabalho. As autoras evidenciam como as ambivalências vividas dentro do espaço doméstico e fora dele pelas trabalhadoras domésticas remuneradas são centrais para entender, através da subjetividade e das experiências, os sentidos de suas ações; e, a partir daí, formular um pensamento crítico em relação a todos esses contextos.

A obra de Suely Kofes, “Mulher Mulheres: identidade, diferença, e desigualdade na relação entre patroas e empregadas” (2001)³⁰, é uma referência para os estudos relacionados ao tema. Sua pesquisa ressalta a ambivalência vivida dentro das casas brasileiras, ressaltando que nas relações entre empregadores e trabalhadoras domésticas remuneradas as desigualdades e diferenças são marcadas e delimitadas dentro do espaço residencial³¹. A autora ainda reflete e aponta criticamente o espaço doméstico como formador de um sujeito “mulher”, no qual essa se constitui a partir do mundo doméstico e é parte constitutiva dele. O espaço doméstico não é somente o ambiente de tarefas e das delimitações da divisão sexual do trabalho, é o local definidor da feminilidade. Assim as tensões entre as diferentes mulheres, intensamente marcadas pelas divisões de classe, geram complexidades nas relações de identidade entre elas – ainda que se tenha o pressuposto da igualdade entre os sexos, essas patroas não reconhecem suas empregadas como iguais (KOFES, 2001).

A combinação entre uma identidade (no sentido de um campo de reconhecimento estruturalmente comum) e a desigualdade social tornam possível o trabalho assalariado da empregada doméstica e sua relação com a patroa. Mas esta identidade, enquanto identificação (um auto-reconhecimento) é raramente afirmada pelos atores. Principalmente no discurso das patroas. Ao contrário, durante a pesquisa constatei que as pessoas, nesta relação, quase nunca explicitaram um “nós”- enquanto mulheres – no qual juntar-se-iam patroas e empregadas domésticas. Quase sempre encontrei a terceira pessoa, designando um outro: no singular, “ela”; no plural, “elas”. Embora no gênero feminino. Entretanto, não estaria o “nós” virtualmente presente? Creio que sim. Quando a empregada assume o trabalho doméstico sob assalariamento, ela irá exercê-lo na unidade doméstica da patroa, onde realizará funções e papéis colocados aos papéis e posições atribuídos às mulheres de ordem doméstica, os quais implicam dimensões complexas como afetividade e sexualidade. (KOFES, 2001, p. 42).

A autora nos remete a reflexão da complexidade do trabalho doméstico remunerado no Brasil, apontando essas desigualdades e invisibilidades do outro no espaço doméstico. Além disso, Kofes (2001) retrata as afetividades nesse contexto como mais um elemento do “espaço mulher”, pois a trabalhadora doméstica remunerada assume posições e tarefas na vida familiar que se entrelaçam com as posições de mãe e dona de casa. Essa análise é uma das referências centrais quando discutimos os afetos dentro do espaço doméstico, pois, muitas vezes, as próprias trabalhadoras domésticas

³⁰ A tese de doutorado de Suely Kofes é de 1990, porém tive acesso à segunda edição da publicação: 2001.

³¹ A autora encontra em atos e ações cotidianas essas ambiguidades, como por exemplo, a empregada não poder se sentar a mesa para comer sendo que foi ela quem preparou a comida.

remuneradas se veem e se assumem nessas posições de “mãe” e “dona de casa”, reafirmando um contexto normativo que coloca as mulheres como responsáveis pelas tarefas domésticas. Com as diaristas de Curitiba não foi difícil encontrarmos narrativas parecidas, algumas vezes estas mulheres suportavam tarefas e ordens por assumirem seus cuidados e afetos como maternos.

Vanusa: mas era chato demais, tudo ele chegava limpa isso aqui, limpa isso aqui, limpa isso aqui, daí a pouco ele voltava, ele ia lá na firma fazer não sei o que e daqui a pouco ele voltava ‘esse banheiro...’ o banheiro eu passava q-boua purinha assim, de cima em baixo, grelha por..buraquinho por buraquinho assim, purinha! Ele chegava “esse banheiro ta podre! Você dá um jeito nesse banheiro!” Eu falei: “só se for para arrancar a lajota porque não tem mais jeito d’ eu fazer nesse banheiro” E aí ele ia não sei a onde no quarto “é porque esse guarda roupa”, o guarda roupa era branco, “esse guarda roupa ta todo manchado, passa não sei o que..é que essas paredes tão tudo manchada, tem que lavar”.

Thays: lavar parede...

Vanusa: aí lavava as parede, as porta, tinha que passar no chão um pro...

Filha de Vanusa: travesseiro, tudo, tudo...

Vanusa: tudo, os travesseiro eu tinha que arrancar aquelas capas deixar de molho e deixar o travesseiro puro, aí no outro dia que eu ia secava, aí costurava tudo de novo e punha lá. Capa de colchão, tuuuudo!

Filha de Vanusa: aí a mãe chegava morrendo em casa e a gente brigava com ela, “larga disso aí, não adianta não, não tem como ficar com ele”.

Vanusa: e aguntei quase dezesseis anos com ele. (risadinhas). Porque ele não achava outras e ficava com dó e voltava, ia no domingo, ia em qualquer dia de folga que eu tinha eu ia pra ele.

Thays: mas você tinha dó por quê?

Vanusa: eu gostava dele, ele era como um filho né, eu já acostumei com ele.

Filha de Vanusa: sozinho né, não tinha filho, não tinha ninguém.

Vanusa: sozinho, não tem namorada e desde lá de Cascavel que eu conhecia ele, conheci ele era bem novinho, e fui pegando aquela amizade com ele, mas era muito chato!

Assim, ainda podemos encontrar essas formas de afetos e de posições “de mãe” nas narrativas de trabalhadoras domésticas remuneradas que estabelecem vínculos construídos com maior dinamicidade de tempo, como no caso de Vanusa, uma diarista; não importa se os cuidados que ela ofertava ao seu empregador e à sua casa eram cultivados apenas uma vez por semana, não estando com vínculos e contatos habituais diários. O relacionamento que ela estabelecia com esse empregador não era determinado pelas atenções cotidianas, suas formas de afeto eram transmitidas a cada vez que cuidava de sua casa, sabendo lidar com seus gostos, preferências e exigências – atributos de cuidados maternos, que se intensificavam ainda mais pelo fato de seu empregador ser um “homem sozinho”, não podendo contar com uma namorada, filha ou esposa.

No entanto, nem eu e nem Vanusa encaramos este relacionamento de uma maneira tão romanceada, pois ao se deparar com mais uma exigência acompanhada de provocação por parte do empregador - chegando em casa no horário do almoço, percebeu que a casa não estava limpa e perguntou a Vanusa se ela havia dormido durante toda a manhã, ela lhe respondeu: não, eu passei a manhã passando todas suas roupas e camisas. Hoje, é o último dia que eu venho aqui - ela rompeu com esse trabalho que vinha fazendo há dezesseis anos. Nesse sentido, é possível apreender o processo de subjetivação em que esta diarista se encontra ao se deparar com os afetos e carinhos estabelecidos nessa relação, pois ao escutar a provocação de seu empregador/filho, ela recebe como uma forma de não reconhecimento de seu trabalho e, conseqüentemente, de seus afetos, decidindo então desfazer os laços que havia perdurado por tantos anos, percebendo-se na posição ambivalente de diarista/mãe, ela rompe duplamente: com o relacionamento trabalhista e com o afetivo.

A obra de Suely Kofes (2001) traz uma dimensão das complexidades vividas dentro do espaço doméstico por essas diferentes mulheres que compartilham dos mesmos espaços, espaços esses tão intimistas para a posição de mulher, que aferem a elas afetos que perduram em suas subjetividades. Além de obra de Kofes, podemos contar também com a obra de Marlene Tamanini (1997) e Jurema Brites (2000) acerca dos processos de subjetivações e agências que as trabalhadoras domésticas remuneradas sofrem em suas trajetórias.

A obra de Tamanini (1997), intitulada “Saúde e Doença na Interação entre Gênero e Trabalho: um estudo das representações das empregadas domésticas”, traz a dimensão do sofrimento e das diversas experiências encontradas no cotidiano das trabalhadoras domésticas de Florianópolis- SC, que ao se depararem com os diversos processos de subjetivações em seu trabalho e no contexto doméstico, intensamente marcado pelas microfísicas do poder, acabam comprometendo significadamente em sua saúde física e psíquica.

Há que se levar em conta que essas representações são resultados de uma experiência de trabalho associada a um modo de ser, que invade e permeia e é permeado com todos os níveis de sua atividade, seus afetos, sua consciência. O trabalho tem, neste caso, determinações específicas, porque não passa apenas por um ato de compra e venda de um serviço, mas assume funções de trocas e afetos e até de chantagens e culpas. Há, ainda, que se levar em conta que as relações entre trabalho e saúde se manifestam em um plano individual estrito senso, embora determinadas pela estrutura social, em seu sentido mais abrangente e adquirindo relevância por sua expressão coletiva. (TAMANINI, 1997, p. 104)

Tamanini (1997) nos possibilita compreender como as trabalhadoras associam suas enfermidades com o seu universo trabalhista, narrado em seus desconfortos, esgotamentos emocionais, cansaços, nervosismos, tristezas, raivas, entre outros sentimentos e emoções que lhes sucedem com as convivências no espaço doméstico. A autora ainda faz uma detalhada análise das dimensões dos micropoderes que se estabelecem nessas relações trabalhistas e, embasada nas obras de Foucault, conclui que o poder personalizado é concretizado na restrição a privacidade, implicando em patologias advindas das representações e investimentos simbólicos, culturais e psicológicos nas trajetórias dessas mulheres. A obra de Tamanini (1997) nos traz a tona todo um processo de subjetivação e imensuráveis sentimentos que implicam nas diversas posições com os quais o sujeito trabalhadora doméstica remunerada pode se identificar, modificando suas formas de perceber-se e de perceberem seu processo de adoecimento.

Já Jurema Brites (2000), em sua tese “Afeto, Desigualdade e Rebelião: bastidores do serviço doméstico”, demonstra as formas de resistência cotidianas como um processo de criatividade simbólica. Utilizando de James Scott, a autora descreve o comportamento que se desenrola longe das vistas de seus patrões, e nos aponta que a observação da vida dessas agentes é a chave para a compreensão das disputas políticas que estão em jogo nesse espaço. Além disso, a autora delinea as práticas políticas utilizadas no cotidiano das trabalhadoras domésticas de Vitória, no Espírito Santo, através de observações no ambiente de trabalho e em suas próprias moradias. A autora ressalta que essas trabalhadoras conseguem enxergar no trabalho doméstico remunerado alguns benefícios que outros trabalhos não poderiam lhe dar, como “ganhar roupas, móveis, a sobra do almoço de domingo, cuidados com as crianças, entre outras coisas”. Dentre essa lógica está presente também a ambivalência afetiva entre trabalhadoras domésticas remuneradas e seus empregadores - principalmente as mulheres e crianças - , “os pagamentos extra-salariais, as trocas de serviço que não estavam no contrato de trabalho, o carinho e atenção com as crianças são dotados de grande carga afetiva” (BRITES, 2011), porém não deixa de estar em um contexto bem demarcado e hierarquizado pela diferença de classes.

Dizendo de outra forma: os patrões não desenvolvem relações de contrato modernas. O problema que minha pesquisa de campo introduziu nestas discussões (a qual não deixa de ser pertinente) é que as mulheres,

empregadas domésticas por mim investigadas, encontravam no serviço particularidades que o tornavam vantajoso em relação a outras ocupações. As vantagens por elas destacadas coincidem justamente com aqueles fatores que os pesquisadores da condição feminina consideram como as raízes da subordinação que o serviço doméstico acarreta: relações personalistas e clientelistas estruturadas na organização da família patriarcal. (BRITES, 2000, p.12)

Essas características dão sustentabilidade para reforçar a noção de “reprodução estratificada”, inspirada pela categoria analítica de Sheele Colen, em que as relações políticas e econômicas desiguais e as diferenças nas organizações familiares dão funcionalidade a essa lógica trabalhista e o quanto são valorizadas pelas próprias trabalhadoras domésticas. Jurema Brites não deixa de descrever a violência e as humilhações que essas trabalhadoras sofrem em sua vida cotidiana, mas ressalta as habilidades e rebeldias que estas fazem nos bastidores do trabalho doméstico remunerado.

Tomando as obras de Tamanini (1997) e Brites (2000) como bases analíticas, identifiquei características comuns às apresentadas em seus trabalhos nas narrativas de algumas diaristas, principalmente em relação aos sofrimentos e adoecimentos, e aos benefícios que o trabalho doméstico remunerado pode acarretar em suas vidas. Uma das entrevistadas me relatou que o trabalho que realizava em uma fábrica de bordados a deixava tão esgotada psicológica e fisicamente que preferiu migrar para o trabalho doméstico remunerado, pois suas relações com o espaço doméstico lhes traziam realizações pessoais e ganhos emocionais que não eram percebidos em seu outro contexto trabalhista.

Thays: ah, você foi trabalhar em uma empresa.

Bernadete: aham. Eu era operadora de máquina. Daí passei pra encarregada, daí fui, tudo, trabalhei 9 anos numa empresa. Assim, depois saí dali, fui pra uma outra e trabalhei mais 6 anos. Daí saí daquela e fui pra uma outra. Trabalhei mais 2 anos. Daí começou me saturar.

Thays: Por quê?

Bernadete: Por causa da pressão, daí você vai mudando assim e acho que a medida que o tempo vai passando as pessoas também vão mudando. Assim, o jeito das pessoas, o ambiente foi ficando ruim demais e eu só sei que fiquei com stress. Eu não aguentava nem entrar dentro de um ônibus. Eu lembrava que tinha assim que trabalhar já me dava uma coisa ruim. Começava a passar mal. Ah não quero mais isso pra mim não. Daí eu trabalhei bastante assim porque eu queria muito a minha casa.

Thays: uhum

Bernadete: E eu consegui a minha casa. Eu quitei a minha casa. Tá paga, então foi uma benção a casa.

Thays: Com certeza.

Bernadete: Isso. Também agora eu não quero trabalhar mais desse jeito. E daí eu em dezem... em outubro eu parei. Último mês que eu trabalhei. Tanto que

eu voltei, eu tinha saído daquele que eu trabalhei 2 anos. Daí eu fiquei de outubro até fevereiro sem trabalhar.

Thays: uhum.

Bernadete: Daí eu optei por trabalhar de diarista

Thays: Trabalhar de diarista

Bernadete: Que daí eu não vou todos os dias, entende?

Thays: Entendo.

Bernadete: É, dá pra suprir minhas necessidades, o pouco que eu trabalho.

Thays: uhum.

Bernadete: E eu to mais feliz (risos)

Thays: e como diarista essas coisas...

Bernadete: não, isso não existe. Entende? É tranquilo, muito bom, entende?

As pessoas...eu lembro que eu ia trabalha e eu chegava assim, morta. E pense que o meu serviço não era pesado, o que eu fazia, mas eu chegava esgotada, que não queria nada disso, as vezes chegava do serviço, tirava o calçado, jogava a bolsa na cama e ia deitar. Hoje não, hoje eu trabalho de diarista e chego aqui em casa e ainda tenho pique para muito mais, entende? Para fazer outras coisas, para inventar alguma coisa na minha casa, fazer uma comida diferente, ou limpar alguma coisa, entende? Tem mais disposição, mesmo sendo um trabalho mais pesado, eu não sinto aquele cansaço que eu sentia, porque eu acho que é mais esgotamento mental né, psicológico, tudo. Então eu não tenho isso.

Assim, é possível perceber através da narrativa de Bernadete que o trabalho de diarista lhe traz benefícios que vão além das relações monetárias e das garantias de direitos por meio da carteira de trabalho assinada (benefícios assegurados em seu trabalho na fábrica). Seu envolvimento emocional com as relações trabalhistas perdurou significadamente em sua vida. Ela escolheu assim se empregar em um trabalho que lhe desse mais flexibilidade de tempo, de empregadores e, conseqüentemente, maior realização pessoal e emocional.

Desse modo, busquei essas obras, em meio de tantas outras, para demonstrar as diferentes maneiras e abordagens já utilizadas para análise do trabalho doméstico remunerado. A obra de Kofes (2000) nos reporta a muitas interpretações sobre as complexidades dos espaços domésticos e de como este constitui os atributos femininos e, portanto, “constitui o ser mulher” em nossa sociedade; admitindo assim o espaço doméstico, a trabalhadora doméstica remunerada entra em um contexto de afetos e atenções que são diferenciados pelas diversas posições que esta trabalhadora se encontra. Da mesma forma, Tamanini (1997) se reporta a essa complexidade das identidades e posições da trabalhadora dentro desse espaço doméstico, para compreender os meios pelos quais essas mulheres se afetam e se adoecem, nos evidenciando como as emoções e experiências podem perdurar significadamente na vida dessas trabalhadoras. Em meio a essas abordagens, posiciono-me em um intenso e constante diálogo para compreender as entrelinhas que cercam o cotidiano das diaristas,

pois as suas esmiuçadas pesquisas nos oferecem uma aprendizagem e um mosaico analítico para compreender o universo afetivo do grupo estudado. Dessa mesma maneira, Brites (2000) é trazida neste trabalho como uma grande referência para compreender o agenciamento e as estratégias que estas mulheres encontram em sua realidade e trajetória, concretizando “uma vida melhor”; já que me reporto às emoções e experiências afetivas das diaristas como os meios dos seus processos de autonomia trabalhista hoje.

2.4 EMOÇÕES, AFETOS E SUBJETIVIDADES: MARCOS TEÓRICOS SOBRE AS RELAÇÕES QUE ENVOLVEM AS DIARISTAS

O referencial de obras acerca do trabalho doméstico remunerado abordado neste capítulo teve por objetivo apreender por quais teorias e análises este tema já foi compreendido no Brasil, além de formar uma base analítica que pudesse me auxiliar na investigação que tracei em Curitiba. Inicialmente, a minha indagação visava compreender como eram construídas as relações afetivas em um contexto de trabalho que se estabelece em outras lógicas de tempo e de relacionamento com os empregadores e com a casa. No entanto, com o percorrer do trabalho de campo e perante as narrativas das diaristas, percebi que estas trabalhadoras se encontravam em um contexto empregatício que lhes permite escolhas e seleções afetivas, concretizando possibilidades de autonomia. Assim sendo, me deparei com um quadro de afetos, dependências, escolhas, seleções e agências que se entrelaçam e formam novas subjetividades, que levam em consideração os contextos, espaços, trajetórias e percepções das diaristas para o exercício profissional. Essas relações de autonomia e seletividades afetivas são analisadas por mim como um produto dos diversos sentimentos e afetos encontrados e sofridos em suas trajetórias pessoais e trabalhistas.

Esses vínculos foram percebidos, quando narraram suas inserções no trabalho doméstico remunerado quando ainda eram crianças, os abusos sexuais e trabalhistas, a violência doméstica, as intensas cargas de trabalho e o pouco salário. Todas essas experiências foram fundamentais para que as diaristas buscassem caminhos diferentes dos já vividos. Em um exercício quase dialético, elas conseguem manejar e elaborar seu universo trabalhista de uma maneira que as relações monetárias, jurídicas e afetivas se configuram por outras lógicas diferentes das já vividas. Os afetos não aparecem nas

narrativas mantidos pelos cuidados e contatos cotidianos, mas nos são expostos quando articulavam o bom relacionamento com seus empregadores, quando se sentiam respeitadas e valorizadas dentro daquele espaço doméstico, nas conversas e cafés servidos à elas, em um pagamento que consideravam justo pelo seu dia de trabalho, quando podem limpar uma casa sem as ordens estabelecidas ou sem regras extremamente rígidas, e mesmo quando essas mulheres não se encontravam com seus empregadores, elas mantinham um imaginário afetivo através dos móveis, fotografias e eletrodomésticos das casas em que trabalham.

Diante desse quadro, percebi que era necessário buscar outras bases analíticas para compreender a realidade que se apresentou no campo de pesquisa. Assim, a minha percepção sobre afetos foi ampliada, pois não podia me centrar apenas nos afetos construídos nas relações trabalhistas, mas também nas diversas posições sociais que as afetavam, e como estes afetos podiam condicionar suas escolhas; ou seja, compreender como as experiências trabalhistas, jurídicas e pessoais influenciavam suas percepções e proporcionam-lhes parâmetros para selecionar novos caminhos. Dessa maneira, julgo importante trazer por quais teorias e análises estes afetos, emoções e agenciamentos foram fundamentados.

2.4.1 Como Pensar o Afeto em Marcos Sociológicos

Muitas vezes categorizamos e delimitamos os sentimentos de acordo com uma noção romântica do que seja amor, cuidado e afeto, sendo esses totalmente afastados de um mundo moderno e racionalizado. Cria-se assim uma dicotomia que coloca de um lado os “sentimentos puros e sinceros”, do outro as “relações frias e interesseiras”, como se essas oposições não se entrelaçassem e estabelecessem lógicas nas diversas relações sociais contemporâneas (ADELMAN, 2011). Essa dicotomia foi uma das bases do pensamento sociológico para compreender o funcionamento do mundo moderno, como assinala Max Weber (2004) ao mostrar que a racionalidade ocidental foi construída por meio da separação de domínios como a burocracia, o direito, a política, a família e a religião, e como essas separações legitimaram a existência de especialidades que poderiam regular as relações entre esses dois pólos. Assim, surgem as idéias de que os laços de sangue e a política são as bases de corrupção e clientelismo, de que os vínculos afetivos no espaço da indústria geram irracionalidades, ou que as relações

monetárias corrompem os vínculos familiares de verdadeira autenticidade e afeto (LUZZI; NEIBURG, 2009).

Como já explicitado neste capítulo, o afeto é uma característica que governa, em boa medida, os conteúdos presentes nas relações que envolvem o trabalho doméstico remunerado, pois a impessoalidade, a intimidade e os cuidados são mantidos e concretizados na realização das tarefas, no cuidado com as crianças, no estreito envolvimento com a realidade familiar e em seu convívio com os contextos residenciais diversos. Porém, os espaços domésticos não são alimentados apenas de amor, cuidado e carinho, outras características se entrelaçam nesses contextos, como as relações monetárias, as jurídicas, as desigualdades sociais, que fazem com que as afetividades construídas entre as famílias de empregadores e as trabalhadoras domésticas remuneradas sejam complexificadas por meio de tantas relações “contraditórias” (BRITES, 2000). Dessa forma, acredito que seja necessário buscar conceitos e teorias que me proporcionem uma visão mais ampla de afeto e que leve em consideração todas as suas ambivalências.

De acordo com o dicionário de filosofia Nicola Abbagnano (1998), “afeto” é definido da seguinte maneira:

Entendem-se com esse termo, no uso comum, as emoções positivas que se referem a pessoa e que não têm o caráter dominante e totalitário da paixão (v.). Enquanto as emoções podem referir-se tanto as pessoas quanto as coisas, fatos ou situações, os afetos constituem a classe restrita de emoções que acompanham algumas relações interpessoais (entre pais e filhos, entre amigos, entre parentes), limitando-se à tonalidade indicada pelo adjetivo “afetuoso”, e que, por isso, exclui o caráter exclusivista e dominante da paixão. Essa palavra designa o conjunto de atos ou de atitudes como a bondade, a benevolência, a inclinação, a devoção, a proteção, o apego, a gratidão, a ternura, etc., que, no seu todo, podem ser caracterizado como a situação em que uma pessoa “preocupa-se com” ou “cuida de” outra pessoa em que esta responde, positivamente, aos cuidados. O que comumente se chama de “necessidade de afeto” é a necessidade de ser compreendido, assistido, ajudado nas dificuldades, seguido com olhar benévolo e confiante. Nesse sentido o afeto não é senão uma das formas de amor. (DICIONÁRIO DE FILOSOFIA, 1998, p. 21).

A definição de afeto trazida pelo dicionário me possibilita fundamentar e compreender duas características muito importantes para o meu trabalho. A primeira delas diz respeito à ligação entre afeto e às noções de cuidado, apego, gratidão e ternura, que são encontradas nas relações trabalhistas que envolvem o trabalho doméstico remunerado. A segunda delas se refere à definição que o afeto se constitui em relações interpessoais, sendo baseadas em interações e ações humanas, construídas por um

compartilhamento de sentimentos. É nesse sentido que compreendo o afeto em marcos sociológicos, pois esse é estabelecido e edificado através dos contextos e das ações dos sujeitos. Sendo assim, o afeto pode ser analisado por meio das diversas posições que a interação humana possibilita.

Essa percepção mais ampla sobre afeto, que o coloca não apenas como adjetivo, mas também como verbo – afetar-se – pode ser encontrado no texto de Jeanne Fravet-Saada (2005), no qual ela descreve sua experiência de campo no Bocage francês referente à sua etnografia sobre feitiçaria. A autora precisou reconsiderar sua noção de afeto para a modalidade de “ser afetado”, assim permitiu que os rituais de feitiçaria tomassem conta de seu corpo, de suas ideias e de suas reações. Ao questionar os métodos de campo, como a observação participante, Fravet-Saada percebe que ao afetar-se por todos os discursos e símbolos acerca da feitiçaria pode mobilizar ou modificar suas próprias noções e imagens sobre aqueles espaços sociais. Além disso, ao se permitir ser afetada a autora pode compreender e observar outros lados acerca dos ritos e símbolos da feitiçaria, descrevendo a feitiçaria de uma maneira particular (FRAVET-SAADA, 2005).

A obra de Encanacion Gutiérrez-Rodríguez (2010), intitulada “Migration, Domestic Work and Affect: a decolonial approach on value and the feminization of labor”, faz uma análise sobre as relações que envolvem a migração de mulheres não legalizadas e a contratação dessas pelas famílias europeias para a realização do trabalho doméstico remunerado. Além de estabelecer um pensamento crítico sobre essas contratações e sobre o mito que na União Europeia a divisão sexual do trabalho seja estabelecida em um parâmetro de igualdade entre homens e mulheres, a autora também analisa as trocas afetivas que estão envolvidas nesse contexto. (BERNADINO COSTA, 2012). Ela busca em Spinoza sua compreensão do conceito de afeto, referindo-se as mobilizações do agir. Para este filósofo o afeto remete como certos sentimentos, como a angústia e a alegria, podem refletir e impactar em nossos corpos e pensamentos. Dessa maneira, o afeto é compreendido nas reações corporais, nas trocas sentimentais e na relação dos sujeitos com os espaços (BERNADINO COSTA, 2012). Assim, esses afetos são construídos em uma localização espaço-temporal, sendo produzidos pelas relações de poder alocadas em seu contexto histórico, geográfico e político. (BERNADINO COSTA, 2012).

O conceito de Spinoza trazido na obra de Gutiérrez- Rodriguez (2010) nos traz a noção de sentimentos e emoções compartilhadas em seus determinados espaços e contextos, que se concretiza na relação entre duas pessoas ou mais. Nesse sentido, o afetar se vincula ao estabelecimento de novos meios de convivência, baseados em emoções e sentimentos partilhados. Seu conceito nos permite uma análise mais focada nas modificações das interpretações que tangem uma relação, mostrando o afeto como um dos principais componentes que estruturam as ações e reações humanas.

Já Judith Butler (2010) pensa o afeto através de marcos interpretativos, no qual seres sociais são pautados e regidos por elaboradas interpretações sociais, tanto nas percepções nas quais sentimos horror quanto das que não sentimos. Para a autora, o afeto também é relacional, pois ele nos vem comunicado de outra parte; ou seja, o que sentimos e como nos afetamos estão condicionados pelas maneiras que interpretamos o mundo ao nosso redor, dependendo de apoios sociais que estão agregados a estrutura de percepções sociais: só nos afetamos quando estamos inscritos em um circuito de afeto social.

A autora afirma que nos afetamos de diferentes formas, pois há marcos interpretativos acerca da realidade social que estamos inseridos. E esses nos condicionam a nos afetarmos por determinadas coisas ou não, assim o afeto está inscrito nos diversos meios sociais normativos que compartilhamos e naturalizamos em nosso dia a dia (BUTLER, 2010).

O afeto é compreendido neste trabalho através dessas definições, tanto pela sua forma relacional e interativa quanto pelos marcos interpretativos que agregamos a estes afetos. De um lado, percebo que as relações pessoais e espaços sociais em que uma diarista se insere cotidianamente a afeta em suas percepções de mundo e em suas próprias percepções enquanto sujeitos, além de construir laços afetivos com os mesmos (GUTIÉRREZ-RODRIGUEZ, 2010). De outro lado, esses afetos são estabelecidos por meio da própria interpretação da diarista acerca da sua realidade social que, muitas vezes, é marcada pelas categorizações normativas (BUTLER, 2010).

Assim, são pautadas novas formas de negociações, de condições trabalhistas, de valorização pessoal baseadas na maneira como “elaboram suas emoções” perante suas experiências afetivas com os espaços domésticos e com seus empregadores. Portanto, compreendo que seja necessário estabelecer um vínculo entre afetos, emoções e

subjetividades, pois o entrelaçamento destas diversas características me dá as bases para analisar as relações que abrangem o trabalho e a vida das diaristas entrevistadas.

2.4.2 Emoções, Sentimentos e Subjetividades: a elaboração de possíveis trajetórias

Em minha pesquisa de campo, as diaristas narraram suas trajetórias trabalhistas e pessoais enfatizando suas emoções e sentimentos perante determinados atos, acontecimentos e nas diversas relações que estabeleceram em suas vidas. Dessa maneira, percebi que o trabalho realizado em diárias lhes garantia assumir novos lugares e possibilidades que não lhes causasse tantos esgotamentos emocionais. Compreendendo esse quadro, busquei teorias que me davam as bases para interconectar como as experiências sofridas em suas trajetórias possam ter afetado suas percepções enquanto trabalhadoras e enquanto sujeitos, o que lhes fazia ressignificar suas escolhas e afetos.

Marcel Mauss em seu ensaio “A Expressão Obrigatória dos Sentimentos” (1979) nos dá elementos para pensar as emoções e os sentimentos em nossa sociedade. Ao se reportar a viúva indígena que chora todos os dias pela morte de seu marido, pontualmente, como era de costume em sua comunidade, Mauss não questiona a sinceridade daquele ato, mas aponta que não somos tão diferentes daquela viúva ao refletir sobre as senhoras que choram em todo casamento, ou os rapazes que sempre gritam quando seu time faz um gol (FONSECA, 1998). Desse modo, ao compreender as emoções e os sentimentos nas perspectivas antropológicas e sociológicas³², busco analisar tanto suas construções quanto as posições dos sujeitos perante elas.

Ao considerar as emoções no âmbito analítico da sociologia, os questionamentos sobre suas origens e sobre o papel da sociedade e da cultura em suas construções logo surgem. Há uma vertente que compreende as emoções mesclando concepções funcionalistas, evolucionistas e psicológicas; que interpretam as emoções de uma maneira mais incisa, sendo produto de nossas reações biológicas. Assim, sentimos

³² De alguma maneira as emoções sempre foram debatidas pela sociologia como podemos notar nas obras de Max Weber, Georg Simmel, John Dewey, Erving Goffman, entre outros. No entanto, suas análises não se centralizavam nas emoções e sentimentos que as diversas interações sociais nos suscitam, sendo apenas um locus em suas análises acerca da sociedade. Assim, a Antropologia e a Aciologia das emoções resgatam esses autores, assim como os da psicanálise, para elaborar uma teoria que interpretasse nossas reações e motivações emotivas frente às diferentes posições que o sujeito pode se encontrar. (TORRES, 2009).

e nos afetamos por instintos que estão ligados à condição fisiológica humana e à psique (TORRES, 2009). No extremo oposto dessa vertente, há os construcionistas e interacionistas que interpretam que as emoções são construídas social e culturalmente; portanto, as emoções não são encaixadas em determinadas formas fixas e universais, se moldando de acordo com as diversas possibilidades de interações sociais, levando em consideração as intersubjetividades (TORRES, 2009).

Dentre essa última vertente, Hochschild (2008) nos propõe uma análise baseada nas obras de Goffman e Freud, na qual se analisa a “elaboração das emoções” através de uma abordagem interacionista juntamente com as noções inconscientes propostas pela psicanálise. A teoria interativa das emoções assinala as duas conjunturas teóricas: entre a consciência do sentimento e a consciência da regra do sentimento, entre a regra do sentimento e a elaboração das emoções, entre as regras do sentimento e as estruturas sociais. A elaboração das emoções é o ato de tentar fazer uma mudança “qualitativa” em uma emoção ou em um sentimento, ou seja, elaborar uma emoção é o mesmo que “manuseá-las” frente às diversas circunstâncias vividas, ressaltando uma posição ativa do sujeito frente aos seus sentimentos. Essa elaboração das emoções se difere de um “controle ou de uma manipulação”, o termo “elaboração” diz respeito ao ato de configurar o sentimento.

Nesse sentido, a “elaboração das emoções” se refere ao esforço do indivíduo de adequar-se emocionalmente nas diferentes posições sociais nas quais pode interagir, considerando a direção da vontade e da consciência, ou seja, busca compreender como as pessoas tentam sentir, levando-nos a observar conscientemente as emoções e sentimentos que o indivíduo expõe em suas relações sociais. Assim, esse conceito privilegia a capacidade dos sujeitos de “elaborar” seus sentimentos de acordo com as regras sociais, evidenciando o seu poder de agente.

Além de Hochschild (2008), busquei na obra de Nancy Chodorow (2003), “El Poder Del Sentimiento: la significación personal em el psicoanálisis, el género y la cultura”, o argumento sobre uma existência irreduzível da vida psicológica, na qual criamos inconscientes significados pessoais nas experiências presentes. Nesse livro, a autora dialoga claramente com a psicanálise clássica, pós-moderna, com os estudos feministas e com a antropologia que visa interpretar os significados culturais e sociais.

A autora divide seu livro em três partes: da psicanálise, de gênero e de cultura. Na primeira parte ela desenvolve, através de uma esmiuçada revisão da Psicanálise e da

Psicologia, uma crítica ao desenvolvimento do indivíduo por meio de etapas fixas e universais como a infância, adolescência, vida adulta. (ADELMAN, 2004). Ela busca na Psicanálise contemporânea a noção de transferência, que se define nas diversas construções do passado que o indivíduo pode realizar em sua vida presente, atualizando e reconstruindo-se à medida que interpreta no presente as relações pessoais e as relações com os espaços. Dessa forma, o indivíduo não é mais categorizado por um passado estável e cristalizado, sendo esse possível de reconstruções no presente por meio das ressignificações da vida social (CHODOROW, 2003). A segunda parte refere-se a uma discussão que a autora traça entre psicanálise e as teorias de gênero. Ela se baseia nas noções de construções discursivas do eu, que, alocadas em relações de poder, podem estabelecer as concepções de feminilidade e masculinidade. No entanto, a autora ainda adverte que as construções de identidade de gênero não podem ser visualizadas somente por essa perspectiva, pois de alguma maneira, ela “mata” o sujeito. É necessário então agregar a essa perspectiva as noções de intersubjetividade e processos sociais – as fantasias e desejos inconscientes que cada um traça em seus relacionamentos passados e presentes, podendo modificar os discursos sociais (ADELMAN, 2004).

Por último, e a parte que mais interessa para essa pesquisa, a autora se debruça a compreender os laços entre a Psicanálise e a Antropologia Cultural. Ela defende a idéia da necessidade de unir essas duas vertentes para compreender melhor como os afetos e as emoções contribuem para construir as imagens e histórias internas e modelar a vida social. A autora discute com três autores que, em sua visão, representam os melhores exemplos para uma discussão mais ampla entre as Ciências Humanas: Clifford Geertz, Michelle Rosaldo e Catherine Lutz. Chodorow (2003) destaca que esses autores analisam a cultura por um viés que evidencia a construção de emoções na constituição dos sujeitos. Assim, ela une essas abordagens antropológicas com as noções psicanalistas dos desejos e sentimentos inconscientes, focando uma fusão inseparável dessas duas perspectivas: de significados individuais e culturais (ADELMAN, 2004).

En primer término, al sostener que la significación tal como la experimentamos siempre procede tanto desde el exterior como desde el interior, elaboro una teoría de la significación. La significación es una inextricable mezcla de, por un lado, lo sociocultural e históricamente contextualizado y, por el otro, lo personalmente psicodinámico y lo psicobiográficamente contextualizado. Sostengo además, basándome en enfoques psicoanalíticos particulares y recurriendo al encuentro clínico en general, que la significación, tal como la experimentamos, es decir, como la superposición y combinación de lo individualmente idiosincrásico y lo cultural, se sitúa y emerge en encuentros y en momentos psíquicos

particulares para el individuo. Algunas construcciones de la significación pueden tener más probabilidades de darse que otras, pero ni el pasado intrapsíquico ni el pasado interpersonal, por el lado, como tampoco lo dado culturalmente, por el outro, determina plenamente la significación ni la experiencia en la inmediatez del presente. (CHODOROW, 2003, p. 14)

A autora defende ao longo de seu livro que as significações culturais são importantes, não somente em um plano pessoal. Assim, compreende que o “si mesmo” e as emoções, por mais que estejam designados culturalmente, remodelam-se introspectivamente por meio da fantasia inconsciente que se desenvolve desde o nascimento perdurando por toda uma vida. As emoções podem ser reconhecidas e conhecidas culturalmente, mas também são experimentadas de forma direta e individual, o que leva a criar percepções de “si mesmo” e do mundo. Dessa forma, Chodorow (2003) consegue traçar através das etnografias e da psicanálise o argumento que a produção cultural e discursiva não esgota a produção da subjetividade, mas faz com que cada singularidade e particularidade sejam vividas por cada indivíduo, possibilitando a construção de agência.

Por essas abordagens também penso o conceito de “agenciamento”, em que os sujeitos estão em uma posição ativa frente às regras sociais e as suas próprias emoções, construindo estratégias, seleções e escolhas que lhes possibilite novos caminhos e oportunidades. Todavia, este processo de agenciamento construído pelas diaristas está alocado em relações de poder, assim sendo são produzidos e concretizados por meio das diversas desigualdades nas quais vivenciaram e vivem em suas trajetórias.

De acordo com Foucault (1990), o poder não está situado apenas nas estruturas jurídicas e estatais, mas em todas as minudências das relações humanas e consequentemente difundida nas estruturas sociais. O exercício do poder pode ser observado como estrutura de ações justificadas para alimentar possíveis ações, induzir ou facilitar determinados atos. Dessa perspectiva, apesar de ser uma forma de atuar sobre um sujeito, significa, também, que os sujeitos são atuantes nele por sua capacidade de atuação. Assim, no espaço do trabalho doméstico remunerado põe-se de manifesto um conflito de práticas, um emaranhado de estratégias, relações de poder, dispositivos, discursos que não são só arbitrários, mas vontades de serem agentes. Estas mulheres são igualmente atravessadas pela utilização de procedimentos, práticas e tecnologias (FOUCAULT, 1990).

São estratégias, manobras e técnicas estabelecidas nos menores espaços da vida individual e social, fundamentando assim um sujeito que opera, que se coloca e que cria

possíveis táticas em suas vidas cotidianas. Dessa forma, as resistências ou “processos de agenciamentos” são relacionais, assim como os mecanismos de poder (FONSECA, 1995).

Assim, me baseio nessas abordagens e teorias para compreender as narrativas e trajetórias das diaristas de Curitiba, pois acredito que estas mulheres se inserem nesse processo trabalhista porque elaboraram e adquiriram novas trajetórias através de suas edificações sentimentais e psicológicas. Todo o processo individual foi concebido pelas experiências emocionais que sofreram em suas vidas, assim trazem consigo os sentimentos produzidos pela desigualdade social, pela violência e por seu trabalho, ou seja, sentimentos construídos pelas interações sociais e culturais que estão saturadas pelos micropoderes, perdurando significadamente em suas trajetórias. Dessa forma, esses sentimentos e afetos são ressignificados e elaborados por elas mesmas, em um exercício profundo, que lhes dão aparatos e possibilidades de mudar sua vida e seus esgotamentos emocionais. O trabalho realizado em diárias é o resultado, bem sucedido, encontrado por elas para concretizar um bom contexto de trabalho e de satisfação pessoal.

Contudo, esse processo de agenciamento é construído no plano individual, não sendo amparado pelo Estado e pela jurisprudência brasileira. Esse processo, aliás, é edificado pelas diversas dificuldades que estas trabalhadoras enfrentam cotidianamente, não podendo contar com garantias de direitos e com bons salários, o que nos faz refletir sobre a reprodução de um quadro de trabalho que se perdura por anos no Brasil. Dessa forma, sigo analisando o quadro do trabalho doméstico remunerado em Curitiba em suas bases quantitativas, para compreender de uma forma geral estes dois pólos: a realidade social fundamentada na garantia de direitos, escolaridade, renda e as estratégias emocionais traçadas pelas diaristas.

3 “O TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO EM NÚMEROS”: O CONTEXTO DO PARANÁ E DE CURITIBA

Este capítulo tem o objetivo de apresentar algumas características que cercam o trabalho doméstico remunerado, demonstrando através dos dados quantitativos a contextualização desse setor trabalhista e uma melhor compreensão das complexidades que estão ligadas a categoria profissional. Esta exposição quantitativa se faz necessária, pois ressalta mais uma maneira de apreender como se configura o quadro do trabalho doméstico remunerado na região, evidenciando seus aspectos em relação à escolaridade, formalidade trabalhista e renda mensal. Esses dados são interconectados com as narrativas das diaristas, pois assim fica exposta a ligação entre as informações quantitativas e as experiências vividas por essas mulheres.

A exposição vista anteriormente, acerca das particularidades que envolvem a realidade do trabalho doméstico remunerado, expõe como esse setor trabalhista ainda é invisibilizado, pois os números e as condições das relações que envolvem esta categoria profissional mostram que há muito a ser discutido em relação às políticas públicas e à valorização desse segmento. Dessa forma, analiso os dados referentes à realidade brasileira, do Estado do Paraná e da Região Metropolitana de Curitiba através dos dados oferecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) relativos ao ano de 2011.

3.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO NO BRASIL

De acordo com os dados do PNAD/IBGE de 2011 há 6.652.938 milhões de pessoas que atuam como trabalhadores/as domésticos/as remunerados/as no Brasil, dentre estes, 92,59% são mulheres, o que constitui um dos trabalhos que mais agrega a mão de obra feminina no país. Esse dado reflete duas características que se fundam na cultura brasileira; a primeira delas diz respeito às naturalizações da divisão sexual do trabalho, que cria estereótipos acerca das tarefas a serem realizadas por homens e por mulheres, responsabilizando os trabalhos domésticos à população feminina. (AGUIAR, 1984). E a segunda diz respeito à herança escravocrata que este segmento profissional carrega. Além das características servis encontradas nas relações que tangem o trabalho

doméstico remunerado, 56,5% das trabalhadoras se consideram negras³³, e apenas 35,5% se caracterizaram como brancas. Essas duas características se interligam e formam um quadro estigmatizado, que reflete tanto as desigualdades de gênero como as de raça. Esses dados são visualizados na tabela 1.

TABELA 1 - SEGUNDO SEXO E COR/RAÇA ENTRE TRABALHADORES DOMÉSTICOS REMUNERADOS

COR	HOMENS	MULHERES	% HOMENS	% MULHERES
Amarela	307	13.841	0,01%	0,20%
Branca	198.33	2.363.184	2,98%	35,52%
Indígena	2.914	23.781	0,04%	0,35%
Parda	230.694	2.945.276	3,47	44,27%
Preta	60.251	814.357	0,90%	12,24%
Total	492.499	6.160.439	7,20%	92,59%

FONTE: IBGE. MICRODADOS PNAD, 2011.

ORGANIZAÇÃO: THAYS ALMEIDA MONTICELLI, 2012.

De acordo com o dado apresentado na tabela acima, em que mais de 90% desta categoria profissional se constituem por mulheres, as próximas tabelas serão abordadas apenas em referência a população feminina.

O trabalho doméstico remunerado está envelhecendo, 45,59% das trabalhadoras possuem entre 40 e 59 anos, enquanto as jovens representam apenas 18,26% do contingente de trabalhadoras. Esse dado é crescente no país, pois nos dados de 2009 do PNAD essa informação se mantinha (FRAGA, 2010). No entanto, ainda há 241.411 crianças e adolescentes que se dedicam a trabalhar nesta categoria profissional, indicando o quanto ainda é preciso discutir acerca do trabalho infantil, direitos humanos e a legitimação das ordens constitucionais brasileiras. Ver tabela 2.

³³ Nos dados primários do IBGE há a classificação por cor que não modifiquei, dessa maneira ficam classificados como brancos, pretos, pardos, indígenas e amarelos. Essa pesquisa contabilizou as pessoas que se consideram pretas e pardas como negras.

TABELA 2 - IDADE E COR/RAÇA, ENTRE AS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS REMUNERADAS DO BRASIL

IDADE	AMARELA	BRANCA	INDÍGENA	PARDA	PRETA	TOTAL	%*
Menores de 18 anos	0	78.698	1.970	133.066	27.707	241.441	3,91%
Entre 18-29 anos	3.164	332.843	5.207	623.969	159.664	1.124.847	18,26%
Entre 30-39 anos	5.215	640.079	2.242	830.353	216.052	1.693.940	27,49%
Entre 40-59 anos	5.462	1.177.845	11.863	1.250.608	361.381	2.808.159	45,59%
Acima de 60 anos	0	133.719	2.499	107.281	48.553	292.052	4,75%

FONTE: IBGE. MICRODADOS PNAD 2011.

ORGANIZAÇÃO: THAYS ALMEIDA MONTICELLI, 2012.

*Porcentagem referente às mulheres.

Os dados acerca da escolaridade entre as trabalhadoras domésticas remuneradas são absolutamente baixos, nos expondo como essa categoria profissional agrega uma parcela da população que não tem as garantias básicas educacionais. Além disso, o mercado de trabalho pode se apresentar relativamente fechado para as mulheres que não possuem qualificação, mantendo-as nesta categoria profissional. 12,43% destas trabalhadoras não possuem nenhum tipo de instrução, 9,68% são consideradas pelo Governo Federal analfabetas funcionais e 34,02% não chegaram a completar o Ensino Fundamental. Somando todos estes números, 56,13% das trabalhadoras não possuem condições educacionais básicas. Esses dados são observados na tabela abaixo.

TABELA 3 - ANOS DE ESTUDO E COR/RAÇA, ENTRE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS REMUNERADAS NO BRASIL

ANOS DE ESTUDO	AMARELA	BRANCA	INDÍGENA	PARDA	PRETA	TOTAL	%*
1 ano ou menos	2.072	235.808	6.708	412.949	108.607	766.144	12,43%
1-3 anos	1.908	220.644	2.665	295.443	76.082	596.742	9,68%
4-7 anos	2.984	837.492	6.346	976.497	272.677	2.095.996	34,02%
8-10 anos	4.139	566.646	4.619	684.970	196.509	1.456.886	23,64%
11 ou mais	2.738	496.526	3.443	564.563	157.739	1.225.009	19,88%
Sem declaração	0	6.065	0	10.854	2.743	19.662	0,31%

FONTE: IBGE. MICRODADOS PNAD 2011.

ORGANIZAÇÃO: THAYS ALMEIDA MONTICELLI, 2012.

*Porcentagem relativa às trabalhadoras.

Os dados relativos ao rendimento mensal também são baixos, a maior parte dessas trabalhadoras são muito mal remuneradas, indicando-nos uma estreita ligação desta categoria profissional com os índices de pobreza. 40,55% destas mulheres ganham até um salário mínimo, que no ano de 2011 era equivalente a quantia de R\$540,00 reais. No entanto, 24,95% dessas mulheres ganhavam em média a metade desta quantia, o que girava em torno de R\$270,00 reais. Essa realidade se agrava ainda mais quando

expomos que 27.892 mil mulheres ainda trabalham sem remuneração, em que barganham seus serviços por abrigo e alimento. Esses dados são observados na tabela 4.

TABELA 4 - RENDIMENTO MENSAL POR COR/RAÇA ENTRE AS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS REMUNERADAS DO BRASIL

TOTAL DE RENDIMENTO MENSAL	AMARELA	BRANCA	INDÍGENA	PARDA	PRETA	TOTAL	%*
Sem rendimento	0	11.424	173	13.872	2.423	27.892	0,45%
Até ½ salário mínimo	4.735	451.325	4.946	876.567	199.734	1.537.306	24,95%
Entre ½ e 1 salário mínimo	3.756	942.488	10.517	1.203.472	337.436	2.497.669	40,55%
Entre 1 e 2 salários mínimos	3.206	796.257	6.590	712.874	232.327	1.751.254	28,42%
Acima de 2 salários mínimos	1.050	114.547	1.555	77.139	22.980	217.271	3,54%
Sem declaração	1.094	47.144	0	61.352	19.457	129.047	2,09%

FONTE: IBGE. MICRODADOS PNAD 2011.

ORGANIZAÇÃO: THAYS ALMEIDA MONTICELLI, 2012.

O número de contratações formais por meio da carteira de trabalho assinada também não é positivo. A maior parte destas trabalhadoras não possui seus direitos trabalhistas garantidos, pois apenas 29,34% podem contar com os direitos propostos pela constituição brasileira, dessa forma 70,66% estão na ilegalidade trabalhista. Contudo, há um dado novo que estabelece outra configuração em relação aos direitos adquiridos, pois 5,7% das mulheres que não tem carteira de trabalho assinada contribuem para o INSS, isso nos demonstra que algumas trabalhadoras assumem autonomicamente a responsabilidade da garantia de direitos e preservam benefícios como aposentadoria, licença maternidade entre outros. Essa característica é visualizada nas tabelas 5 e 6.

TABELA 5 - RELAÇÃO DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS REMUNERADAS COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA

Cor/raça	Possuem carteira de trabalho assinada	Não possuem carteira de trabalho assinada	% das que possuem	% das que não possuem
Amarela	3.999	9.842	0,06%	0,15%
Branca	785.816	1.577.368	12,75%	25,60%
Indígena	5.421	18.360	0,08%	0,29%
Preta	234.802	579.555	3,81%	9,43%
Parda	777.210	2.168.066	12,64%	35,19%
Total	1.807.248	4.353.191	29,34%	70,66%

FONTE: IBGE. MICRODADOS PNAD 2011.

ORGANIZAÇÃO: THAYS ALMEIDA MONTICELLI, 2012.

TABELA 6 - RELAÇÃO DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS REMUNERADAS CONTRIBUINTE DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO

Cor/raça	Contribuintes	Não contribuintes	% das contribuintes	% das não contribuintes
Amarela	5.049	8.792	0,08%	0,14%
Indígena	5.955	17.826	0,09%	0,28%
Branca	957.653	1.405.531	15,52%	22,81%
Parda	907.730	2.037.546	14,73%	33,07%
Preta	282.241	532.116	4,58%	8,66%
Total	2.158.628	4.001.811	35,04%	64,96%

FONTE: IBGE. MICRODADOS PNAD 2011.

ORGANIZAÇÃO: THAYS ALMEIDA MONTICELLI, 2012.

Atualmente há 6.160.439 milhões de mulheres que estão empregadas na categoria profissional do trabalho doméstico remunerado. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2012), o Brasil é o país que mais emprega trabalhadoras domésticas no mundo. Dessa forma, a realidade trabalhista para estas mulheres é preocupante, pois os dados nos mostram que essas trabalhadoras são mal remuneradas, não possuem educação básica e vivem a margem dos direitos propostos pela Constituição brasileira, mostrando-nos claramente que vivem em condições sociais periféricas, mantidas e fomentadas desta maneira pela sociedade e pelo Estado.

Apesar de algumas características nos trazerem dados positivos, como o envelhecimento da categoria e a participação na previdência social como autônomas, outros dados nos apontam que há muito a ser discutido em relação ao trabalho doméstico remunerado no país, como a baixa renda e os altos índices de analfabetismo.

Portanto, as discussões que envolvem o trabalho doméstico remunerado precisam considerar todas essas interfaces e características, para assim visualizarmos e apreendermos por qual realidade e contexto estas mulheres se inserem e se mantêm nesta categoria profissional. Assim, sigo analisando os dados referentes aos contextos do Paraná e da Região Metropolitana de Curitiba, para observar por quais peculiaridades este segmento profissional se expõe.

3.2 CARACTERÍSTICAS GERAIS SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO NO PARANÁ

De acordo com os dados do PNAD/IBGE de 2011, há na Região Sul³⁴ do Brasil, região da qual se faz essa pesquisa, 910.446 mil pessoas que trabalham como trabalhadores/as domésticos/as remunerados/as, sendo que 94,70% são mulheres. Em

³⁴ Região formada pelos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

contradição com os dados das outras regiões brasileiras em que a maior parte dessas trabalhadoras se consideram negras, na região Sul 65,29% se consideram brancas e apenas 29,15% se consideram pertencentes às cores pretas ou pardas. Essa diferenciação se dá em parte pela colonização européia que essa região sofreu, mas por outro lado a bibliografia nos aponta que há uma invisibilidade da cultura negra e conseqüentemente das pessoas que pertencem a essa etnia. Ver a tabela abaixo:

TABELA 7 - SEGUNDO SEXO E COR/ RAÇA, ENTRE TRABALHADORES DOMÉSTICOS REMUNERADOS NA REGIÃO SUL DO BRASIL

COR/RAÇA	HOMENS	MULHERES	% HOMENS	% MULHERES
Branca	29.344	594.017	3,22%	65,29%
Preta	3.839	72.879	0,42%	8,01%
Parda	14.540	192.378	1,60%	21,14%
Indígena	861	2.588	0,10%	0,28%
Total	48.584	861.862	5,30%	94,70%

FONTE: IBGE. MICRODADOS PNAD 2011.

ORGANIZAÇÃO: THAYS ALMEIDA MONTICELLI, 2012.

No Estado do Paraná há 354.549 trabalhadores/as domésticos/as remunerados/as que representam 38,94% da Região Sul. Assim como no Brasil, as mulheres são predominantes nessa categoria profissional: 95,48%; por essa razão e pelo fato da pesquisa que proponho se direcionar as diaristas os próximos dados serão abordados somente em relação à porcentagem feminina.

Assim como na Região Sul, no Estado do Paraná 60,09% das mulheres se consideram brancas e apenas 35,09% são consideradas negras³⁵. Como já dito anteriormente, esse dado reflete dois lados a serem analisados, o primeiro em relação à colonização das etnias européias nessa região, e o outro lado se refere à marginalização e a invisibilidade da cultura afro descendente e de sua população.

É inegável dizer que uma grande parcela da imigração italiana, polonesa, alemã e japonesa esteve presentes no Estado do Paraná, reafirmando sua cultura através da arquitetura, dos hábitos alimentares e do trabalho. Por outro lado, como aponta Octávio Ianni (1960), houve uma ênfase em relação a essas culturas européias para a produção imaginária de um Paraná diferente do restante do país, mais modernizado e europeizado. Para que essa característica se reafirmasse era necessário marginalizar e invisibilizar a cultura negra no Estado, que era apontada pelas teorias eugenistas como inferior.

Esse mito moderno e “branco” do Estado permanece presente no cotidiano do Paraná, o que concretiza certas formas de invisibilidade, como, por exemplo, no caso

³⁵ Quando de soma as que se consideram pretas e pardas.

das trabalhadoras domésticas remuneradas percebemos que as garantias de direitos como educação e renda possuem índices mais baixos em comparação com as trabalhadoras brancas. Esses dados são observados na tabela abaixo:

TABELA 8 - SEGUNDO SEXO E COR/RAÇA, NO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO DO ESTADO DO PARANÁ

COR/RAÇA	HOMENS	MULHERES	% HOMENS	% MULHERES
Branca	7.314	213.068	2,06%	60,09%
Preta	510	24.228	0,14%	6,85%
Parda	8.235	100.176	2,32%	28,24%
Indígena	0	1.018	0%	0,28%
Total	16.059	338.490	4,52%	95,48%

FONTE: IBGE. MICRODADOS PNAD 2011.

ORGANIZAÇÃO: THAYS ALMEIDA MONTICELLI, 2012.

Outra característica do trabalho doméstico remunerado demarca-se em relação ao trabalho infantil, pois 4,28% são menores de 18 anos, descumprindo a maioria constitucional. Essa porcentagem parece pequena, mas não podemos deixar de mencionar este dado, pois o trabalho infantil aponta o quanto ainda é preciso avançar em termos de direitos humanos e da responsabilidade educacional, visto que as consequências ocorrem na medida em que o trabalho ocupa mais espaço e tempo na vida das crianças ou adolescentes do que a escola. Esse fato prejudica enormemente seu futuro profissional e deixa com que o quadro se torne mais alarmante em relação ao contexto social e aos direitos já consentidos pela Constituição.

Os dados nos mostram também que o perfil das mulheres que se empregam através do trabalho doméstico remunerado está envelhecendo no Estado do Paraná, pois 53,19% são mulheres entre 40 e 59 anos, o que em números absolutos representa 180.061 mulheres. A população jovem (entre 18-29) é de 15,80%, apenas. Esse aspecto nos permite construir duas hipóteses: a primeira é que o setor do comércio, que é a categoria profissional, que também vem empregando uma grande quantidade de mão de obra feminina, pode estar empregando esse contingente de mulheres jovens com pouca escolaridade. A segunda hipótese diz respeito ao fato do trabalho doméstico remunerado ser estigmatizado e, sendo assim, algumas estratégias podem ser construídas para que a entrada no mercado de trabalho não ocorra por meio desta categoria profissional. Embora, ao se depararem com complicadas condições familiares e financeiras muitas jovens acabam migrando para o trabalho doméstico remunerado, pois encontram nele formas de barganha e um contrato trabalhista mais flexível, como levar os filhos para a

casa dos patrões enquanto se trabalha ou sair mais cedo à medida que terminam as tarefas.

Thays: você falou pra mim que já trabalhou em um restaurante, e porque não deu certo lá?

Jussara: aff Maria! Deus me livre! É muita coisa. Você fica louca, você não sabe o que você faz e é muito cansativo. Domingo a domingo, domingo a domingo, domingo a domingo você não tem folga! Você não para nem para comer, no restaurante você trabalha e não come.

Thays: uhum.

Jussara: Você não come, então eu lembro que agora a uns, antes deu voltar com o pai da neném, eu estava trabalhando ainda.

Thays: nesse restaurante?

Jussara: aham, trabalhava. Saia daqui cinco horas, cinco e pouquinho e entrava lá e ia até as quatro da manhã, e ia para casa dormia e voltava, então nem via meu filho, então não, sabe não, prefiro de diarista, porque de diarista se você for você ganha, se não for não ganha, terminou o serviço e vai embora, fica com seu filho, pode leva seu filho, sai mais cedo.

Essas mulheres tentam se estabelecer através de outras profissões, mas quando se deparam com as dificuldades estruturais de sua vida cotidiana, tais como: renda, não ter onde ou com quem deixar os filhos, não ter uma relação mais flexível que lhes garanta barganhar horários de trabalho, remédios, adiantamento salarial, etc., elas se empregam através do trabalho doméstico remunerado que lhes possibilita estas características mencionadas. Podem-se perceber tais dados quantitativamente por meio da tabela 9.

TABELA 9 - IDADE E COR/RAÇA ENTRE AS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NO ESTADO DO PARANÁ

IDADE	BRANCAS	PRETAS	PARDAS	INDÍGENAS	TOTAL	% *
Menores de 18 anos	8.918	1.294	4.254	0	14.466	4,28%
Entre 18-29 anos	28.681	4.251	19.977	509	53.418	15,80%
Entre 30-39 anos	49.200	6.333	21.369	0	76.902	22,70%
Entre 40-59 anos	115.586	12.350	51.616	509	180.061	53,19%
Acima de 60 anos	10.683	0	2.960	0	13.643	4,03%

FONTE: IBGE. MICRODADOS PNAD 2011.

ORGANIZAÇÃO: THAYS ALMEIDA MONTICELLI, 2012.

*Porcentagem relativa somente entre as trabalhadoras domésticas remuneradas

A taxa de analfabetismo entre as trabalhadoras domésticas no Paraná é de 10,77%. O semi-analfabetismo chega a 8,51% entre essas mulheres, representando assim 19,28% de trabalhadoras que possuem muitas dificuldades de compreender o mundo letrado dos seus direitos constitucionais, além de haver uma precariedade cotidiana no seu meio de trabalho, porque as informações e recados muitas vezes são passados através de bilhetes, manuais de eletrodomésticos, que lhes dificulta o entendimento de como agir e fazer.

O maior número das trabalhadoras domésticas tem entre 4-7 anos de estudo, o que significa que não completaram o ensino fundamental estipulado pelo Governo Federal. Considerando todos esses números, nós temos 58,55% de trabalhadoras domésticas que não possuem uma educação básica que lhes dão um aparato mínimo em sua vida cotidiana. Esses dados podem ser melhor observados na tabela 10.

TABELA 10 - ESCOLARIDADE E RAÇA/COR ENTRE AS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DO PARANÁ.

ANOS DE ESTUDO	BRANCAS	PRETAS	PARDAS	INDÍGENAS	TOTAL	% *
1 ano ou menos	23.858	3.098	8.506	1.018	36.480	10,77%
1-3 anos	14.664	3.979	10.172	0	28.815	8,51%
4-7 anos	81.314	5.920	45.700	0	132.934	39,27%
8-10 anos	48.382	7.486	20.722	0	76.590	53,19%
11 ou mais	43.046	3.745	15.076	0	61.867	18,27%
Sem declaração	1.804	0	0	0	1.804	0,56%

FONTE: IBGE. MICRODADOS PNAD 2011.

ORGANIZAÇÃO: THAYS ALMEIDA MONTICELLI, 2012.

*Porcentagem entre as mulheres

O rendimento mensal das trabalhadoras domésticas do Paraná se equipara aos números do Brasil, em que 58,68% recebem até um salário mínimo, que em 2011³⁶ era de R\$736,00 no Estado³⁷. A maior parte dessas trabalhadoras ganhava entre R\$368,00 a R\$736,00 reais; o que demonstra que o trabalho doméstico remunerado é pouco valorizado e mal pago no Estado, assim, como o é normalmente em todo o Brasil. Fato este que faz com que 199.318 mil mulheres se mantenham em um bolsão de pobreza. Agrava-se ainda mais a situação de que em 0,19% dos casos esse trabalho é feito sem nenhum tipo de rendimento mensal, trabalha-se por moradia e alimentação.

Apenas 35,78% dessas trabalhadoras ganhavam entre um e dois salários mínimos, o que garantia um rendimento mensal de R\$736,00 a R\$1.472,00. São relativamente altos, mas que somente um terço dessas trabalhadoras desfrutava, assim como podemos ver na tabela 11.

³⁶ Ano que o IBGE colheu estas informações.

³⁷ No Brasil, o salário mínimo estipulado pelo Governo Federal era de R\$540,00.

TABELA 11 - RENDIMENTO MENSAL POR COR/RAÇA ENTRE AS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DO PARANÁ

TOTAL DE RENDIMENTO MENSAL	BRANCA	PRETA	PARDA	INDÍGENA	TOTAL	%*
Sem rendimento	0	0	647	0	647	0,19%
Até ½ salário mínimo	44.004	3.235	26.030	509	73.778	21,79%
Entre ½ e 1 salário mínimo	78.885	6.842	38.657	509	124.893	36,89%
Entre 1 e 2 salários mínimos	77.493	13.131	30.488	0	121.112	35,78%
Mais de 2 até 5 salários mínimos	10.373	1.020	3.844	0	15.237	4,50%
Sem declaração	2.313	0	510	0	2.823	0,85%

FONTE: IBGE. MICRODADOS PNAD 2011.

ORGANIZAÇÃO: THAYS ALMEIDA MONTICELLI, 2012.

*Porcentagem relativa somente às trabalhadoras domésticas remuneradas.

Os dados sobre o rendimento mensal das trabalhadoras domésticas já nos apontavam que o número de formalizações contratuais através da carteira de trabalho seria baixo, assim como no resto do país. No Estado do Paraná apenas 33,75% dessas mulheres têm a carteira de trabalho assinada, indicando como a baixa formalização ainda representa o não reconhecimento de direitos dessa categoria, reafirmando o quanto ainda é marginalizado, tanto por uma postura patronal quanto pelo Estado. Assim, 66,25% dessas trabalhadoras não possuem os direitos estabelecidos pela CLT, como podemos ver na tabela abaixo:

TABELA 12 - RELAÇÃO DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS REMUNERADAS COM CARTEIRA DE TRABALHO SEGUNDO COR/RAÇA NO ESTADO DO PARANÁ

COR/RAÇA	POSSUEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA	NÃO POSSUEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINDA	% DAS QUE POSSUEM	% DAS QUE NÃO POSSUEM
Branca	74.238	138.830	21,93%	41,01%
Preta	8.605	15.623	2,54%	4,61%
Parda	30.858	69.318	9,12%	20,47%
Indígena	509	509	0,15%	0,15%
Total	114.210	224.280	33,75%	66,25%

FONTE: IBGE. MICRODADOS PNAD 2011.

ORGANIZAÇÃO: THAYS ALMEIDA MONTICELLI, 2012.

A particularidade encontrada nas informações do Brasil sobre os dados relativos à contribuição previdenciária também aparece no Estado do Paraná, pois esses apresentaram um número maior do que o de trabalhadoras com carteira assinada. Assim 39,72% são contribuintes, assegurando seus direitos relativos à aposentadoria, seguro desemprego, licença maternidade, etc.

Dessas 134.422 trabalhadoras contribuintes, 5,97% não possuem a carteira de trabalho assinada, o que significa que há um quadro ainda tímido, porém novo, de

mulheres que se consideram autônomas e se dispõem a cobrir com seus direitos, como é o caso das diaristas. Esses dados são vistos na tabela 13.

TABELA 13 - RELAÇÃO DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS REMUNERADAS CONTRIBUINTES DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO SEGUNDO COR/RAÇA NO ESTADO DO PARANÁ

COR/RAÇA	CONTRIBUINTES	NÃO CONTRIBUINTES	% CONTRIBUINTE	% NÃO CONTRIBUINTE
Branca	88.019	125.049	26,00%	36,94%
Preta	9.625	14.603	2,84%	4,31%
Parda	36.269	63.907	10,71%	18,88%
Indígena	509	509	0,15%	0,15%
Total	134.422	204.068	39,72%	60,28%

FONTE: IBGE. MICRODADOS PNAD 2011.

ORGANIZAÇÃO: THAYS ALMEIDA MONTICELLI, 2012.

Os dados da PNAD relativos ao Estado do Paraná nos dão uma contextualização geral do trabalho doméstico remunerado, mas são poucas as especificidades nas quais podemos encontrar e estabelecer critérios e estratégias para distinguir os trabalhos e características de babás, governantas, jardineiros, enfermeiras, acompanhantes, trabalhadoras domésticas mensalistas e, principalmente, diaristas³⁸. Em 2001³⁹ foi realizada uma pesquisa mais detalhada dos subgrupos de trabalho que nos possibilita observar alguns dados sobre as diaristas⁴⁰. Nesta pesquisa o trabalho doméstico remunerado foi dividido nas seguintes categorias: 1- camareiro, arrumadeira; 2- acompanhante, babá, etc.; 3- copeira, cozinheira; 4- diarista, faxineira; 5- lavadeira, passadeira de roupas; 6- governanta, mordomo; 7- empregado doméstico não especializado; 8- motorista, jardineiro, enfermeira, vigia, piloto de lancha. Essa porcentagem nos permite analisar um pouco o quadro das diaristas.

Nesse período, o número de diaristas/ faxineiras já ultrapassava o número de babás e acompanhantes, demonstrando uma mudança no quadro desse segmento, já que algumas bibliografias enfatizam muito a relação de babás e trabalhadoras domésticas remuneradas com as crianças da casa, fazendo com que a ambivalência afetiva se torne mais complexa. (BRITES, 2000). O número de trabalhadores/as⁴¹ que se consideravam diaristas e faxineiras eram de 49.833 o que representava 14,89% dessa categoria

³⁸ Todas estas categorias estão inseridas no “trabalho doméstico remunerado”.

³⁹ Os microdados só foram realizados pelo IBGE em 2001, assim trazemos esses números apenas como um contexto histórico.

⁴⁰ Gostaria de agradecer ao pesquisador Alexandre Fraga que me indicou estes microdados.

⁴¹ De acordo com a tabela que me foi cedida pelo IBGE, não havia possibilidade de separar as informações por sexo.

profissional no Estado, se levarmos em consideração que as lavadeiras de roupas e passadeiras podem também trabalhar por diárias esse número seria de 15,42%.

O salário mínimo em 2001 era de R\$180,00 reais, assim as diaristas e faxineiras ganhavam uma renda mensal aproximada a da mensalista, porém ainda constituía um dos subgrupos que menos recebia mensalmente pelos trabalhos prestados, assim como podemos ver na tabela 14 e 15.

TABELA 14 - RELAÇÃO DE SUBGRUPOS DO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO DO ESTADO DO PARANÁ EM 2001

OCUPAÇÃO	PESSOAS	BRANCAS	PRETAS	PARDAS
Camareira, arrumadeira	4.595	2.774	728	1.093
Acompanhante, babá, etc.	31.619	27.581	1.542	2.496
Copeira, cozinheira	1.682	1.682	0	0
Diarista, faxineira	49.833	35.992	1.456	12.385
Lavadeira, passadeira de roupas	1.766	588	0	1.178
Governante, mordomo	1.093	364	0	729
Empregado doméstico não especializado	235.256	163.909	12.336	59.011
Motorista, enfermeira, vigia, piloto de lancha	8.720	7.542	0	1.178
Total	334.564	240.432	16.062	78.070

FONTE: IBGE. MICRODADOS PNAD 2001.

TABELA 15 - RELAÇÃO DE SUBGRUPOS DO TRABALHO DOMÉSTICO POR RENDIMENTO, NO ESTADO DO PARANÁ EM 2001

OCUPAÇÃO	RENDIMENTOS	RENDIMENTO MÉDIO
Camareira, arrumadeira	1.317,51	286,73
Acompanhante, babá, etc.	3.773,01	119,33
Copeira, cozinheira	670.470	398,61
Diarista, faxineira	8.640.534	173,39
Lavadeira, passadeira de roupas	147.150	83,32
Governante, mordomo	1.329.800	1.216,65
Empregado doméstico não especializado	43.349.370	184,26
Motorista, enfermeira, vigia, piloto de lancha	1.085.120	207,01

FONTE: IBGE. MICRODADOS PNAD 2001.

Outra maneira que podemos utilizar como estratégia para buscar informações quantitativas acerca das mulheres que trabalham como diaristas é através da quantidade de tempo gasto para chegar ao trabalho. Esta variável “tempo gasto para se chegar ao trabalho” é imprecisa, pois contabilizei apenas as que responderam não ir ao trabalho sempre. Assim, me baseei em uma hipótese que essas trabalhadoras podem variar de residências e conseqüentemente caminhos, não contabilizando o tempo cotidianamente e demonstrando uma rotina trabalhista muito diversa. Percebe-se tal fato no relato de Madalena sobre seu cotidiano:

Thays: quantos ônibus você pega para chegar aqui?

Madalena: aii, aqui nesse lugar eu pego um lá perto da minha casa, lá de Pinhais, lá de Pinhais é dois ônibus.

Thays: tá, você chega então, você pega dois ônibus lotados pra chegar...

Madalena: é, pra vim aqui pra esse lugar. Porque tem emprego que eu pego até quatro.

Baseada então nessa narrativa, analiso os dados quantitativos através da perspectiva de que a não regularidade de dias e de tempo gasto para chegar ao trabalho, assim como a irregularidade de ônibus a pegar e os diferentes trajetos a fazer podem ser um aspecto que me permitam refletir sobre o número de mulheres que trabalham em diárias. Desse modo, segundo o IBGE 13.878 pessoas que responderam *não ir sempre ao trabalho*, correspondendo a 3,91% desse segmento no Estado do Paraná. Assim como podemos ver na tabela 16. Porém, como já mencionei, esse dado pode ser equivocado e só foi colocado nesse trabalho como um caminho de hipótese para apreender um número relativo de diaristas.

TABELA 16 - TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO E PERCURSO/ TEMPO PARA O TRABALHO

PERCURSO PARA O TRABALHO, TEMPO GASTO	PARANÁ	%
Até 30 minutos	234.731	66,20%
Mais de 30 minutos até 1 hora	66.024	18,62%
Mais de 1 hora até 2 horas	25.155	7,09%
Mais de 2 horas	2.687	0,75%
Não ia direto para o trabalho	13.878	3,91%
No mesmo local de residência	12.074	3,40%

FONTE: IBGE. MICRODADOS PNAD 2011.

ORGANIZAÇÃO: THAYS ALMEIDA MONTICELLI, 2012.

No Estado do Paraná percebe-se um acréscimo de 5,65% de trabalhadores domésticos entre 2001 e 2011. Sobre a constituição desse segmento profissional há 338.490 mulheres que estão empregadas como trabalhadoras domésticas remuneradas, constituindo 95,48% da categoria. Essa informação mostra que o trabalho doméstico é um dos setores que mais emprega mulheres no Estado, visualizando que este é um campo de mão-de-obra majoritariamente feminina, representando assim o quanto ainda naturalizamos os trabalhos domésticos e o cuidado com a casa com a mulher. Além desse aspecto, há o componente de uma dinâmica social e econômica marcada pela desigualdade, que se ressalta no aspecto cultural.

O fato do perfil das pessoas que estão empregadas no trabalho doméstico remunerado estarem envelhecendo no Estado se apresenta como no restante do país. Isso pode revelar que outros setores estejam agregando esse contingente populacional, pois o crescimento econômico do Paraná evidencia essa dinâmica. Porém, as chances de se manterem em outros campos de trabalho pode ocorrer apenas para as jovens, já que a falta de mão de obra qualificada desemprega muitas mulheres; visto que a taxa de

analfabetismo é de 19,28% e que cerca de 60% não possuem a formação básica educacional. O envelhecimento dessa categoria também pode ser analisada através dessa perspectiva.

O fato de 60,09% das trabalhadoras domésticas remuneradas do Estado se considerarem brancas é a informação que mais diferencia do resto do país, onde a maioria é negra. Porém as poucas negras ainda tem mais dificuldades que as brancas quando percebemos os dados relativos à escolaridade e a remuneração. Este dado expõe que as diferenças raciais também estão presentes nesse espaço e contexto.

O dado mais positivo e que interessa bastante a este trabalho é sobre a contribuição previdenciária. Nesse ponto, percebi que há um número de trabalhadoras domésticas remuneradas que asseguram seus direitos cobrindo os gastos relativos ao INSS, como autônomas. Esse dado pode oferecer duas análises: primeiramente o número de diaristas é crescente no Estado, já que essas características dizem respeito a sua forma de trabalho; em segundo lugar que há um esclarecimento maior sobre as consequências do trabalho informal.

Como o grupo pesquisado de diaristas é residente na cidade de Curitiba, julguei necessário trazer esses mesmos dados sobre a Região Metropolitana da Capital.

3.3 CARACTERÍSTICAS GERAIS SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

A Região Metropolitana Curitiba (RMC) conta com 31,77% das trabalhadoras domésticas do Estado do Paraná. Isso representa 107.546 mil mulheres que constituem 93,37% da categoria.

Assim como no Paraná a maioria dessas trabalhadoras se consideram brancas, o que equivale a 59,73% do total e 32,76% que se consideram negras⁴². Esse dado já foi visto anteriormente quando discutimos brevemente a relação racial do Paraná; mas é importante ressaltar que Curitiba preserva as mesmas características do Estado em relação à cultura afrodescendente. Em Curitiba há uma demasiada ênfase nas culturas européias através dos constantes monumentos e praças da cidade, como nos apontam

⁴² Quando soma-se as que se consideram pretas e pardas.

Bodê e Souza (1999), ao descrever como são ressaltados na arquitetura da cidade essa desigualdade⁴³.

Em Curitiba o projeto de modernização vinculado ao mito de uma cidade que em nada se parece com o restante do Brasil, está baseado justamente na marginalização da população negra e na maximização das culturas européias. Octávio Ianni (1960) apresentou essa característica ao enfatizar que as alemãs eram as preferidas na contratação como trabalhadoras domésticas remuneradas, pois identificavam a cultura alemã com uma educação mais rígida e com uma organização mais adequada aos padrões das residências, marginalizando a cultura afro-descendente e ideologizando a cidade como uma capital atípica da realidade do nosso país.

Das nove diaristas entrevistadas nesta pesquisa, apenas uma era negra e residia aqui há quinze anos, pois imigrou do nordeste em busca de melhores condições trabalhistas. Essa diarista relatou em sua narrativa vários episódios racistas vividos através de agressões verbais das casas em que já havia trabalhado.

Gracielen: mas eu já fui muito maltratada sabe. Aqui também em Curitiba, eu cheguei, aí comecei a trabalhar numa casa de uma mulher. Ela tinha um menininho de 5 anos, eu tinha feito todo serviço da casa né, e cuidava, e dava comida tudo. E o piá, ele ficava me agredindo assim né, com palavra, me chamava de negrinha, que eu era fedida, essas coisas, coisa que não podia. Não existe isso, um menino de 5 anos, já sabe né?

Thays: sim.

Gracielen: e um dia eu fui reclama pra ela, pra que? Nossa! Ela fez um escândalo, disse que não dava atenção pro piá, que ele fazia isso de birra, que eu não dava atenção né. E começou a me dizer um monte de coisa. Nossa! me chamo de nega analfabeta, de tudo. Falo que eu sou pobre, porque não aceitava as condições de trabalho, essas coisa, grito comigo, tudo.

O que gostaria de ressaltar é que essa população se faz presente na região Metropolitana e é parte constitutiva da diversidade étnica que se concentrou na região, sendo tão importante quanto qualquer outra. Podemos observar melhor esse quadro na tabela 17.

⁴³ A Praça da Espanha, Praça do Japão, Praça da Ucrania, entre outros se encontram no percurso turístico oferecido pela cidade, sendo que a Praça Zumbi fica na periferia, longe dos olhos dos turistas e dos próprios curitibanos. (BODÊ; SOUZA, 1999).

TABELA 17 - TRABALHO DOMÉSTICO NA RMC SEGUNDO SEXO E COR/RAÇA.

COR/RAÇA	HOMENS	MULHERES	% HOMENS	% MULHERES
Branca	4.079	68.809	3,54%	59,73%
Preta	510	6.115	0,44%	5,33%
Parda	3.059	31.604	2,65%	27,43%
Indígena	0	1.018	0,00%	0,88%
Total	7.648	107.546	6,63%	93,37%

FONTE: IBGE. MICRODADOS PNAD 2011.

ORGANIZAÇÃO: THAYS ALMEIDA MONTICELLI, 2012.

Na Região Metropolitana de Curitiba o dado relativo ao trabalho de menores de 18 anos gira em torno de 1,42%; é um número relativamente baixo, mas é importante ressaltá-lo, pois as consequências relativas ao trabalho infantil perduram na vida dessas crianças ou adolescentes, ocasionando grandes perdas no sentido educacional e principalmente no de cidadania. Esse fato foi percebido nas narrativas realizadas pelas diaristas, que ingressaram no trabalho doméstico remunerado quando ainda eram crianças, o que as afetou significativamente.

Thays: E você começou a trabalhar com quantos anos?

Celeste: Eu comecei a trabalhar na realidade com 8 anos. Bem criança eu era.

Thays: Era bem criança. Você trabalhava de quê?

Celeste: Eu trabalhava em casa de família, junto com a minha mãe.

Thays: Você ia junto com ela?

Celeste: É eu ia junto com ela! E acabava ajudando ela, a limpa, né, ajuda no que é necessário ali.

Thays: Sim.

Celeste: E com isso, eu aprendi bastante coisa, né?

Thays: Com certeza.

Celeste: Aprendi assim, eu com, na realidade assim, eu com 14, 13 para 14 anos, eu já tomava conta de uma casa, com duas crianças!

Thays: Meu Deus! Mas este tempo você também estudava? Ou você só trabalhava?

Celeste: Eu tentei estudar, né! Só que, houve assim, na realidade, eu tive dificuldades, pelo seguinte, porque eu sou filha de pais alcoólatras! De Pai e mãe! Então minha dificuldade era assim: eu trabalhava, né, claro junto com a minha mãe, porque eu não tinha com quem ficar! Só que era um processo, porque às vezes a gente não voltava pra casa, a gente ficava no serviço ou às vezes ficava na rua mesmo, né. E assim, então o pouco que eu pude estudar eu fiz até a sexta série. Por conta própria! Porque daí, meus pais depois ficaram doentes daí. E era eu só como filha né! Então eu tive que cuidar deles. Na realidade invés deles fazer o papel de pai pra mim, era eu que fazia o papel de pai pra eles né! Então foi o processo com o meu pai. Porque meu pai faleceu! Daí eu acabei tomando conta da minha mãe. Daí foi um processo assim, que não tinha como estudar e trabalhar, e cuidar deles! Foi uma opção que eu tive que fazer! Ou eu cuidei deles, até que eles vivam né, e trabalho, eu precisava ganhar dinheiro de alguma maneira. Porque até então eles dependiam de mim. Ta entendendo? De comida, tudo era eu que fazia, então era eu que colocava dentro de casa, então eu tinha que trabalhar. Então eu carreguei meus estudos até a sexta série. Ai não teve mais. Porque daí a mãe faleceu, e daí você fica assim, na realidade assim, a mercê do trabalho, porque eu posava no trabalho e daí eu não tinha mais casa, não tinha mais mãe, mais pai, entendeu. Ai eu me obrigava a ficar no trabalho.

Percebemos então, na fala de Celeste, como as dificuldades estruturais estão inseridas nas trajetórias dessas trabalhadoras desde sua infância, ocorrendo na maior parte das vezes, consequências que perduraram por toda a vida. Uma vez inseridas ainda crianças no trabalho doméstico remunerado, as possibilidades de sair dele são bem pequenas, prejudicando seu futuro educacional e limitando suas possibilidades trabalhistas.

Além disso, o trabalho doméstico remunerado também está envelhecendo na RMC, pois 57,36% das mulheres têm entre 40-59 anos de idade. Esse dado pode se referir aos outros setores que vem absorvendo a mão de obra feminina devido as expansão econômica da região, ou o retardamento das mulheres para trabalharem no setor do trabalho doméstico remunerado, indicando uma hipótese que o setor do comércio não absorve as mais velhas e com menos escolaridade. O que podemos ver na tabela abaixo:

TABELA 18 - RELAÇÃO DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS REMUNERADAS SEGUNDO IDADE E COR/RAÇA

IDADE	BRANCAS	PRETAS	PARDAS	INDÍGENAS	TOTAL	% *
Menores de 18 anos	509	0	1.019	0	1.528	1,42%
Entre 18-29 anos	11.213	1.018	5.097	509	17.837	16,58%
Entre 30-49 anos	14.272	510	7.138	0	21.920	20,38%
Entre 40-59 anos	39.247	4.587	17.330	509	61.673	57,36%
Acima de 60 anos	3.568	0	1.020	0	4.588	4,26%

FONTE: IBGE. MICRODADOS PNAD 2011.

ORGANIZAÇÃO: THAYS ALMEIDA MONTICELLI, 2012.

*Porcentagem relativa somente as mulheres

Os números relativos à escolaridade da Região Metropolitana de Curitiba são semelhantes aos que vimos no Estado. 8,05% dessas mulheres são analfabetas e 9,95% são consideradas pelo Governo Federal semi-analfabetas, ou seja, possuem menos de três anos de estudo.

Se somarmos a essas características que 43,61% dessas mulheres não chegaram a completar o ensino fundamental, teremos um quadro de 61,61% de trabalhadoras domésticas sem nenhum aparato educacional que lhe proporcione as oportunidades básicas de uma vida urbana em uma Capital. Assim como podemos perceber na tabela 19.

TABELA 19 - RELAÇÃO DE ANOS DE ESTUDO POR COR/RAÇA ENTRE AS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NA RMC

ANOS DE ESTUDO	BRANCAS	PRETAS	PARDAS	INDÍGENAS	TOTAL	%
1 anos ou menos	5.098	510	2.037	1.018	8.663	8,05%
1-3 anos	5.606	2.038	3.059	0	10.703	9,95%
4-7 anos	29.561	2.039	15.294	0	46.894	43,61%
8-10 anos	17.331	1.018	7.136	0	25.485	23,69%
11 ou mais	10.703	510	4.078	0	15.291	14,23%
Sem declaração	510	0	0	0	510	0,47%

FONTE: IBGE. MICRODADOS PNAD 2011.

ORGANIZAÇÃO: THAYS ALMEIDA MONTICELLI, 2012.

O rendimento mensal das trabalhadoras domésticas da RMC se diferencia em alguns aspectos com o que já havíamos mostrado sobre o Paraná, pois 42,16% recebem até um salário mínimo que chegava, em 2011, R\$736,00 reais. Levando-se em consideração que o custo de vida na Região Metropolitana é maior, essa especialidade da pobreza se agrava ainda mais para suas habitantes.

Porém, o número é bastante positivo quando percebemos que 46,44% das trabalhadoras recebem entre um e dois salários mínimos. Essa média é maior que a do Estado e maior que a do país demonstrando que a valorização em termos de remuneração é bem melhor nessa região. Ver tabela 20.

TABELA 20 - O TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO SEGUNDO COR/RAÇA E RENDIMENTO MENSAL NA RMC

TOTAL DE RENDIMENTO MENSAL	BRANCAS	PRETAS	PARDAS	INDÍGENAS	TOTAL	%
Sem rendimento	0	0	0	0	0	0%
Até ½ salário mínimo	7.134	0	6.624	509	14.267	13,26%
Entre ½ e 1 salário mínimo	19.369	1.020	10.193	509	31.091	28,90%
Entre 1 e 2 salários mínimos	34.149	4.075	11.727	0	49.951	46,44%
Mais de 2 até 5 salários mínimos	7.138	1.020	2.550	0	10.708	9,95%
Sem declaração	1.019	0	510	0	1.529	1,42%

FONTE: IBGE. MICRODADOS PNAD 2011.

ORGANIZAÇÃO: THAYS ALMEIDA MONTICELLI, 2012.

A formalização do trabalho doméstico remunerado na RMC também apresenta dados mais elevados que do Estado do Paraná. 41,23% das trabalhadoras podem contar com direitos já estabelecidos pela CLT, pois estas possuem a carteira de trabalho assinada. É um número maior em relação aos já apresentados, porém ainda reflete uma baixa formalização, pois 58,76% ainda estão na ilegalidade trabalhista. Isso vem ao encontro com o que já abordamos, pois as noções de contratações modernas ainda não estão presentes dentro dos lares curitibanos.

De acordo com o conceito de “cidadania regulada” de Wanderley Guilherme dos Santos⁴⁴ a cidadania está diretamente ligada à formalidade trabalhista, dessa maneira, os trabalhadores que não tinham seu ofício regulamentado em leis eram “pré-cidadãos”, é então através da criação do Ministério do Trabalho e da legalização de sindicatos que se estende a cidadania brasileira, porém de forma restrita. A cidadania então se faz pela “via de regulamentação de novas profissões” e não dos valores que vinculariam os sujeitos como membros da sociedade. De acordo com o autor, a cidadania brasileira não se integra aos pressupostos políticos, mas estava organizada em um sistema de estratificação ocupacional. (CARDOSO VALE, 2008).

Apesar das críticas à sua obra, o conceito ainda me parece pertinente quando se discute o trabalho doméstico remunerado no Brasil. É importante lembrar que, em alguns casos, essas mulheres invisibilizadas pelo Estado não encontram em sua realidade cotidiana condições básicas de cidadania como acesso a saúde, moradia, segurança, educação, saneamento básico, entre outros. Além disso, a formalização da carteira de trabalho vem ao encontro do reconhecimento trabalhista de um trabalho que sempre foi visto como uma tarefa ou serviço destinado às mulheres. Através dos dados apresentados na tabela 21, é possível ver que há muito a ser discutido em relação trabalho doméstico remunerado.

TABELA 21 - RELAÇÃO DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS POR CARTEIRA ASSINADA E COR/RAÇA NA RMC.

COR/RAÇA	POSSUEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA	NÃO POSSUEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA	% DAS QUE POSSUEM	% DAS QUE NÃO POSSUEM
Branca	27.012	41.797	25,11%	38,86%
Preta	4.077	2.038	3,79%	1,89%
Parda	12,745	18.859	11,85%	17,53%
Indígena	509	509	0,47%	0,47%
Total	44.343	63.203	41,23%	58,76%

FONTE: IBGE. MICRODADOS PNAD 2011.

ORGANIZAÇÃO: THAYS ALMEIDA MONTICELLI, 2012.

Os dados relativos à contribuição previdenciária da RMC também são positivos, assim como os vistos nos dados do Estado do Paraná. 47,40% destas mulheres contribuem para a previdência social a fim de assegurar-lhes os direitos de aposentadoria, licença maternidade, etc. O número de trabalhadoras que se reconhecem como autônomas (não mantendo a carteira de trabalho assinada) e responsabilizam-se

⁴⁴ Esse conceito pode ser visto em diversas de suas obras, como: “Cidadania e Justiça: a política social da ordem brasileira (1979); A Pós- Revolução Brasileira (1985), Décadas de Espanto e uma Apologia Democrática (1980)”. (CARDOSO VALE, 2008).

por esses custos chegam a 6,17% dessas mulheres, um número maior do apresentado pelo Paraná. Pode-se perceber que na Região Metropolitana de Curitiba há uma gama de trabalhadoras que buscam maneiras de assegurar-lhes, em parte, sua a cidadania. Ver tabela 22.

TABELA 22 - RELAÇÃO DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DA RMC SEGUNDO CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA E COR/RAÇA

COR/RAÇA	CONTRIBUINTES	NÃO CONTRIBUINTES	% CONTRIBUINTE	% NÃO CONTRIBUINTE
Branca	31.090	37.719	28,90%	35,07%
Preta	5.097	1.018	4,74%	0,94%
Parda	14.274	17.330	13,27%	13,27%
Indígena	509	509	0,47%	0,47%
Total	50.970	56.576	47,40%	52,60%

FONTE: IBGE. MICRODADOS PNAD 2011.

ORGANIZAÇÃO: THAYS ALMEIDA MONTICELLI, 2012.

A Região Metropolitana de Curitiba conta com 107.546 trabalhadoras domésticas remuneradas. A feminilização desse setor já foi um ponto discutido pelas bibliografias que realizaram pesquisas sobre o tema. Como já foi abordado anteriormente, a predominância das mulheres brancas no trabalho doméstico na Região Metropolitana de Curitiba advém da história do Estado, que manteve um grande índice de imigração européia, mas isso não quer dizer que as desigualdades relativas as questões raciais não estejam presentes, muito pelo contrário, os dados relativos ao analfabetismo e a formalização do trabalho doméstico remunerado trazem justamente essas características que demonstram a condição social em que essas mulheres de diferentes etnias vivem.

Surpreendentes foram os dados positivos em relação ao rendimento mensal dessas trabalhadoras e a crescente autonomia para a contribuição previdenciária. O primeiro aspecto mostra que cerca de 50% dessas mulheres ganham entre R\$736,00 a R\$ 1.472,00 reais, que são números considerados elevados quando colocados em relação aos dados apresentados pelo Brasil e pelo estado do Paraná. Isso expõe que a valorização em termos de remuneração representa uma visibilidade desse setor na região, ou podemos pensar que há uma pressão econômica da própria categoria que obriga os empregadores a pagarem elevados custos de diárias e de salários. De qualquer forma, para metade das trabalhadoras domésticas, esse dado mostra que na Região Metropolitana de Curitiba as negociações podem ser pautadas em marcos um pouco mais igualitários.

A contribuição previdenciária ainda se mostra em números muito tímidos, apenas 6,17% das trabalhadoras domésticas remuneradas que não possuem carteira de trabalho assinada contribuem como autônomas para previdência social. Como já dito, essa informação é de grande relevância para a pesquisa, pois mostra que há um novo quadro de trabalhadoras domésticas se formando, mais conscientes em relação aos seus direitos e com maior autonomia para lhes garantir uma qualidade de vida futura, ocasionando assim em algum tipo de acesso a cidadania.

Os números nos trouxeram uma contextualização do trabalho doméstico remunerado no Paraná e na Região Metropolitana de Curitiba, indicando-nos que na região são poucos os dados que se diferenciam da realidade do restante do Brasil. Fui percebendo e conectando as narrativas das diaristas aquelas informações, que expõe um quadro de mulheres que ingressaram nesta categoria profissional ainda crianças, se mantendo nela devido a baixa escolaridade. Esse quadro reproduz um contexto de trabalhadoras que não tem seus direitos garantidos, pois o número de contratações através da carteira assinada ainda é muito baixo na região. Além disso, não há no Brasil uma igualdade em relação à legislação trabalhista para estas mulheres, o que contribui para complexificar ainda mais as relações entre trabalhadoras e empregadores. Assim, julgo importante analisar como o Estado brasileiro tem tratado as questões legais para esta categoria profissional.

4 “VOCÊ MEXEU NOS MEUS DOCUMENTOS?”: TRAJETÓRIA LEGISLATIVA E O SEU CONTEXTO EM CURITIBA-PR

Esta pesquisa está igualmente inserida em um contexto de intensos debates acerca da legislação do trabalho doméstico remunerado, que envolvem as posições do Estado brasileiro frente às reivindicações sindicais de trabalhadoras domésticas remuneradas e das determinações de institutos internacionais que fazem um esforço para regulamentar este trabalho. Em 2011, a Organização Internacional do Trabalho lançou a Convenção 189 seguida de Recomendação 201 sobre a garantia de direitos a estas trabalhadoras, legalizando diversas informalidades que esta profissão acarreta, porém o Governo Federal ainda não ratificou esta Convenção. Há também uma mobilização dos movimentos sociais para que haja a equidade de direitos para as trabalhadoras domésticas, através de uma Proposta de Emenda Constitucional que tem por objetivo expandir todos os direitos já legitimados aos outros trabalhadores brasileiros para categoria de trabalhadoras domésticas remuneradas; está também em pauta um Projeto de Lei que regulamentaria o trabalho das diaristas. Além disso, a Rede Globo estreou a novela “Cheias de Charme”⁴⁵ que tem como núcleo protagonista as trabalhadoras domésticas remuneradas, levando cotidianamente a estas mulheres símbolos e emoções que as fazem refletir sobre sua realidade e identidade⁴⁶.

Todas as manifestações, acerca das garantias de leis as trabalhadoras domésticas remuneradas, ocorrem pelas complexas singularidades que este trabalho envolve, não conseguindo padronizá-lo através de rígidas e racionalizadas leis trabalhistas. No caso das diaristas, as complexidades são ainda mais tensas, pois elas são enquadradas no tipo de “trabalhador autônomo”, que não estabelece vínculos trabalhistas; porém o trabalho realizado por elas se encontra com a noção de intimidade e afeto que influencia as diversas maneiras de enxergar este trabalho. Além disso, há um atraso constitucional em relação aos direitos para esta categoria profissional, que muitas vezes, faz com que as negociações jurídicas sejam pautadas pelas interpretações de juízes e advogados, dado as lacunas deixadas pela má formulação de artigos e pela incompatibilidade das descrições jurídicas com os casos reais.

⁴⁵ A novela estreou dia 16/04/2012.

⁴⁶ Ver Macedo (2012).

4.1 A LEGALIZAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO

O trabalho doméstico remunerado foi exercido no Brasil sem nenhum aparato legal até 1941 quando o primeiro Decreto-Lei foi desenvolvido no governo de Getúlio Vargas. O Decreto-Lei 3.078/41 considerava o trabalhador doméstico⁴⁷ como “aquele de qualquer profissão ou mister que, mediante remuneração, preste serviço em residências particulares ou em benefício destas” (art. 1º) (FRAGA, 2010). O uso da carteira de trabalho se tornou obrigatória, instituiu oito dias de aviso prévio para as duas partes envolvidas e definiu os deveres e direitos de empregados e empregadores:

Aos direitos do empregador: a) tratar com urbanidade o empregado, respeitando-lhe a honra e a integridade física; b) pagar pontualmente os salários convencionados; c) assegurar ao empregado as condições higiênicas de alimentação e habitação quanto tais utilidades que lhe sejam devidas. (art. 6º).

Aos direitos do empregado: a) prestar obediência e respeito ao empregador, às pessoas de sua família e às que vivem ou estejam transitoriamente no mesmo lar; b) tratar com polidez os que se utilizarem eventualmente de seus serviços; c) desobrigar-se dos seus serviços com diligências e honestidade; d) responder pecuniariamente pelos danos causados por sua incúria ou culpa exclusiva; e) zelar pelos interesses do empregador. (art. 7º).

Porém, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que entrou em vigor em 1943, ainda no governo Vargas, excluiu os trabalhadores domésticos⁴⁸ por considerar que os serviços prestados não eram de natureza econômica, já que eram consumidos por uma família e não geravam lucros. Dessa maneira, o Decreto-Lei de 1941 perdeu sua eficácia, deixando com que esse segmento profissional ficasse 30 anos sem nenhuma proteção legal trabalhista. (PORTO, 2010).

Somente em 1972, durante o governo ditatorial de Médici, é que o trabalho doméstico foi qualificado como profissão. Para a lei 5.859 o trabalhador doméstico é “aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas”. (art.1º/1972). Essa determinação e descrição são as que vigoram atualmente. Os direitos conquistados foram: anotação do contrato na carteira de trabalho (quando apresentado atestado de boa conduta e de saúde, hoje não muito utilizado), previdência social (definindo como obrigatório, descontando 8% do

⁴⁷ A Constituição brasileira denomina “trabalhador doméstico” as pessoas que prestem serviços desta natureza; deste modo utilizaremos este termo e não “trabalhadora doméstica remunerada”.

⁴⁸ Juntamente com os trabalhadores domésticos foram excluídos da CLT os trabalhadores rurais, os funcionários públicos e os servidores de autarquias paraestatais.

empregador e 12% do salário da trabalhadora) e férias de 20 dias úteis a cada um ano de trabalho.

Com a Constituição de 1988, as alterações foram mais relevantes, incluindo aos direitos já mencionados: a) salário mínimo fixo; b) irredutibilidade salarial (salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo); c) décimo terceiro salário (com base na remuneração integral); d) repouso semanal remunerado e em feriados civis e religiosos; e) licença maternidade de 120 dias, f) aviso prévio e g) férias anuais de 30 dias com acréscimo de 1/3 do salário; h) aposentadoria.

Já em 2001, a lei 10.208 inclui o FGTS, mas como um direito facultativo (a critério do empregador), e em 2006 foi incorporado a essa lei um benefício que garantiu a restituição do imposto de renda aos empregadores que contribuíssem corretamente com a previdência social da trabalhadora e foi proibido descontar do salário do empregado alimentos, vestuário, higiene e moradia.

O quadro de direitos dos trabalhadores domésticos se configura por uma improvisação constitucional que agrega paulatinamente os direitos conquistados. Em 1988 a ampliação dos direitos foi considerável, mas não contempla a totalidade dos direitos trabalhistas como demais trabalhadores (PORTO, 2010). Nesses últimos 24 anos poucas interferências foram realizadas, a maior parte delas com poder facultativo. É possível dizer que a legislação do trabalho doméstico remunerado reflete as complexidades que envolvem o tema, como a invisibilidade deste trabalho na sociedade brasileira, as dificuldades de descrever um trabalho que ocorre dentro de residências e a partir daí estabelecer os limites e direitos.

Embora a legislação brasileira tenha concedido direitos às trabalhadoras domésticas remuneradas, nenhuma medida é designada aos empregadores que descumprem a lei. Além dessas trabalhadoras não terem uma jornada de trabalho estabelecida, não lhes é dado o direito de receberem horas extras.

As complexidades constitucionais também se aplicam na realidade trabalhista, onde a garantia das leis no Brasil é regulada em provas escritas e testemunhais. Contudo, o trabalho doméstico remunerado está inserido no campo particular (residência, casa de família) e é composto em sua maioria por mulheres semi-analfabetas; dificultando enormemente tanto sua compreensão dos direitos, como as constituições de provas (quando há acordos rompidos e abusos cometidos).

Desse modo, percebemos que há uma iniquidade em relação aos direitos concedidos às trabalhadoras domésticas remuneradas, não obtendo benefícios dos mesmos direitos estabelecidos aos outros trabalhadores brasileiros. Além disso, as diaristas trabalham sem nenhum tipo de aparato legal atualmente, pois são enquadradas em tipo de trabalho autônomo que não corresponde com a prática deste tipo de trabalho.

4.1.1 Possíveis mudanças?

Atualmente os movimentos sociais como a FENATRAD (Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas), o Movimento Feminista e os sindicatos da categoria vem se mobilizando para incorporar mudanças na Constituição brasileira, com o intuito de ampliar os direitos das trabalhadoras domésticas remuneradas. Estas iniciativas já são pautas do Congresso Nacional há muitos anos, mas existe uma grande dificuldade em se estabelecer consensos e ratificar as reivindicações levantadas.

A deputada Benedita da Silva levou, pela segunda vez, ao Congresso Nacional no dia 21 de Novembro de 2012 a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 478/10 que tem por objetivo revogar o parágrafo 7º da Constituição Federal. Esse artigo dispõe de direitos aos trabalhadores urbanos e rurais, contendo uma nota que restringe os direitos estabelecidos aos trabalhadores domésticos; dos trinta e quatro incisos previstos nesse artigo, os trabalhadores domésticos têm direito apenas a nove.

Desse modo, a grande mudança que a PEC 478/10 propõe é estabelecer um tratamento isonômico entre os trabalhadores urbanos, rurais e trabalhadores domésticos. Esta PEC começou a ser elaborada em 2008, mas foi interrompida várias vezes por diversos acasos. A principal justificativa para a interrupção do seu andamento foi que os encargos trabalhistas para os empregadores se elevariam substancialmente, podendo gerar um quadro de demissões e, conseqüentemente, de informalidade trabalhista. No entanto, as diferenças a serem pagas pelo empregador se referem basicamente aos encargos do FGTS (Fundo de Garantia de Tempo de Serviço), sendo que esse já conta como facultativo para os mesmos. Nesse sentido, os acréscimos na arrecadação tributária seria uma conseqüência da obrigatoriedade de um direito que já é previsto em lei. Podemos perceber na tabela abaixo como se remanejaria as despesas dos empregadores com a extensão do artigo 7º da Constituição.

QUADRO 2 - CUSTO PARA EMPREGADORES COM A PEC 478/10

Benefícios	Custo Atual	Custo com a PEC	Observações
Salário*	R\$ 811,80	R\$ 811,80	Sem horas extras
Vale Transporte para 20 dias úteis (R\$5,20)**	R\$ 104,00	R\$ 104,00	Quando o empregador assume integralmente
Provisão FGTS (para eventual demissão) 3,2%	R\$ 0,00	R\$ 25,15	
FGTS (mês) 8%	R\$ 0	R\$ 64,00	
INSS 20%	R\$ 162,20	R\$ 162,20	Quando o empregador assume integralmente
Férias de 30 dias	R\$ 1.081,00	R\$ 1.170,15	Considerando 1/3 de Contribuição e os encargos de FGTS
Décimo Terceiro Salário	R\$ 811,80	R\$ 900,00	Considerando os encargos de FGTS
Custo Anual	R\$ 13.901,00	R\$ 15.059,00	

FONTE: THAYS ALMEIDA MONTICELLI, 2012.

* O salário utilizado no quadro foi baseado no mínimo estipulado pelo Governo do Estado Paraná em 2012.

** R\$ 5,20 se refere a duas passagens de ônibus na cidade de Curitiba-PR em 2012.

A diferença anual para os empregadores seria de R\$1.158,00, distribuindo o orçamento pelos doze meses o custo seria de R\$96,50 por mês. A PEC foi aprovada em segundo turno pela Câmara dos Deputados, ainda restando a aprovação do Senado brasileiro, no entanto, ainda não se determinou uma data para a votação desta proposta.

Apesar disso, acredito ser necessário ir além da argumentação tributária como a única que priva as trabalhadoras domésticas remuneradas dos demais direitos previstos na Constituição brasileira. Não se trata apenas de encargos trabalhistas, trata-se da complexidade das negociações de direitos dentro dos âmbitos residências, que envolvem noções de afetividade e intimidade que não se encontram em outras relações trabalhistas; pois acredito que se a PEC se referisse a metalúrgicos, operários da construção civil ou vendedores de lojas essas reivindicações poderiam ser mais facilmente aceitas, pois elas se encaixam em um padrão de “empregador e trabalhador” mais racionalizado e delimitado. Ao contrario do trabalho doméstico remunerado, em que as negociações trabalhistas são realizadas através de outros códigos e símbolos que vão além da dicotomia “racionalidade-afetividade”. Aponto que nessas relações jurídicas são agregados laços íntimos e familiares que dão outro sentido as noções de direito, em que as relações monetárias e o cuidado se entrelaçam e constroem outras lógicas no campo jurídico (ZELIZIER, 2009).

A característica da impessoalidade no trabalho doméstico remunerado faz com que outros tipos de barganha e negociações se integrem nessas relações, construindo uma conexão de benefícios entre empregadores e trabalhadoras. Jurema Brites (2000) nos mostra que as doações de roupas velhas, móveis trocados e as sobras do almoço de domingo fazem com que a trabalhadora encontre nestes objetos doados acréscimos e melhorias para sua vida econômica, o que não era encontrado em outros empregos como, por exemplo, de manicure. Porém essas doações estão alocadas em relações de poder, “nos objetos oferecidos pelos patrões, vem acoplado o recado: primeiro eu uso, primeiro eu sento, primeiro eu como. Você usa o meu descarte, não senta no meu lugar, como depois o que sobrar”. (BRITES, 2000, p.107). Essas doações foram analisadas pela autora através da noção de *hau* proposta por Mauss, em que juntamente com as coisas dadas também há um pouco da alma do doador, e isso gera o estabelecimento de uma dívida que só é subtraída com a doação de outro dom.

As coisas circulantes constituem-se na prova da dependência e da reciprocidade entre pessoas que se relacionam dentro de um sistema de desigualdade social. A maioria dos patrões que pesquisei não deixaria as pessoas que lhes sustentam o cotidiano e criam seus filhos sucumbirem à pobreza total. Complementam o salário que pagam com pequenos objetos, e até empréstimos ou abonos ocasionais. Em troca recebem prestígio e lealdade. Fazem assim reconhecer “suas virtudes” de bons patrões. (BRITES, 2000, p. 114).

Nesse sentido, percebo que as doações e os pagamentos “extra-salariais” entram na lógica do trabalho doméstico remunerado através de um viés afetivo e ao mesmo tempo desigual. Pois, à medida que as relações de cuidado atravessam os limites da residência, como no ato de contratar e pagar alguém para cuidar da casa, dos filhos, das roupas, da comida, entre outros serviços, tornam-se mais delicadas as definições de reciprocidade que estão imbricadas nestas relações de intimidades, cuidados e transações monetárias (ZELIZIER, 2009). Assim, as complexidades jurídicas estão demarcadas por conteúdos de difíceis conclusões e por reciprocidades e culpas, que fazem o distanciamento, muitas vezes, da dimensão jurídica dessas relações. Esses conteúdos se produzem imbricados em relações de ordem afetiva e como processos de subjetividades, que não são pautados pela objetivação legal, mas pela reiteração de um poder que é produtivo. Como pensar em direitos e limites trabalhistas nas contratações do cuidado, atenção, limpeza em lugares tão íntimos? É certo que as dificuldades de se estabelecer parâmetros de direitos trabalhistas seriam mais difíceis.

Roberto da Matta (1987) faz uma análise acerca das relações familiares e jurídicas que cercam o cotidiano da rua em contraposição com a vida doméstica. Ao analisar casos de nepotismo na política brasileira, o autor compreende que existe uma distância entre leis e práticas sociais que fazem com que a vida social seja movida por duas éticas distintas: uma utilizada em razão das famílias e outras utilizadas em razões públicas. Assim, ele compreende que na sociedade brasileira há uma herança que coloca que as leis são duras demais para serem seguidas em casa e com os amigos, e inversamente, as relações familiares são boas demais para serem conduzidas pela seriedade das leis, criando assim instituições e valores incompatíveis. (DA MATTA, 1987).

É possível perceber também os grandes desafios do ponto de vista da ação pública e da própria organização de atores sociais. Há uma complexidade fundamentada nas características particulares estruturais do espaço onde esse trabalho é realizado, pois são diversas as formas de “negociações” trabalhistas que as próprias trabalhadoras domésticas remuneradas encontram e que podem fazer uma lógica maior em sua realidade, não incorporando em seu dia a dia as noções legais.

Entretanto, essas singularidades encontradas nas relações que envolvem o trabalho doméstico remunerado não podem mascarar o quadro de direitos de uma categoria profissional. Um possível veto da PEC 478/10 deixa de garantir princípios básicos no âmbito dos direitos trabalhistas, que lhes garantiriam mais respeito e seguridade social que vão além do FGTS, como, por exemplo, seguro desemprego, jornada de trabalho de quarenta e quatro horas semanais, hora extra, remuneração do trabalho noturno, salário-família e auxílio-creche; benefícios trabalhistas que são indispensáveis para manter uma relação de trabalho menos abusivas e injustas.

Assim, a abrangência de leis que garantam proteção social e trabalhista para as trabalhadoras domésticas remuneradas ainda é barrada por questões que envolvem lógicas monetárias que se entrelaçam em um ambiente familiar. A carga tributária trará um aumento nas despesas dos empregadores, mas por outro lado vai garantir melhores condições trabalhistas para uma das categorias profissionais que mais empregam mulheres no Brasil. (PNAD, 2011). A consolidação da PEC vem ao encontro com um processo de reconhecimento social, que não nega as suas particularidades, mas estabelece limites e direitos que lhes assegurem de excessos e abusos trabalhistas.

Além da PEC 478/10, o governo federal implementou o Projeto Trabalho Doméstico Cidadão (TDC). Esse projeto foi criado em 2005 pelo Ministério do Trabalho e Emprego e tem por objetivo fortalecer as representações políticas (sindicatos e associações), aumentar a escolaridade das trabalhadoras, garantir acesso à moradia, ampliar a proteção contra a violência doméstica, melhorar as relações de trabalho e estimular o debate e a promoção da legislação; porém, até 2008 o programa tinha capacitado em torno de 600 trabalhadoras no Brasil. Considerando as estimativas de quase 6 milhões de pessoas nessa categoria, os números são mínimos e apenas significativos simbolicamente. (CFEMEA, 2008). Além disso, o programa está desarticulado, pois em sua última edição foram selecionados parceiros e aplicadores, que são na verdade agências de emprego que não trabalham com as idéias e projetos dos sindicatos, fazendo com que não haja uma discussão política de gênero e raça; de tal modo que há o fortalecimento do quadro, já estigmatizado, de informalidade trabalhista e política.

Desse modo, é possível traçar um quadro contextual e jurídico sobre o trabalho doméstico remunerado: são mulheres que vivem em condições de trabalho onde são encontradas noções de servilidade ao lado de conquistas constitucionais democráticas. Isso resulta em sistemas relacionais complexos dentro do âmbito familiar que refletem em poucas e invisíveis políticas públicas para a categoria, fazendo com que as desigualdades e diferenças não sejam devidamente debatidas no Brasil. A implementação do TDC traria novas possibilidades de articulação entre as trabalhadoras domésticas remuneradas, que teriam um maior acesso ao conhecimento de seus direitos. Além disso, com a aprovação da PEC 478/10, o Brasil ratificaria todas as determinações impostas pela Organização Internacional do Trabalho feitas em 2011, para garantir e assegurar um trabalho decente.

4.1.2 Convenção 189 e Recomendação 201 da OIT

Em 2011 aconteceu, na sede da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra, entre os dias 1º a 17 de junho, a 100ª Conferência Internacional do Trabalho (CIT). Essa Conferência finalizou a discussão sobre o trabalho decente⁴⁹ para

⁴⁹ O conceito de “trabalho decente” foi formalizado pela OIT em 1999 e sintetiza sua missão em promover oportunidades para homens e mulheres terem acesso a um trabalho produtivo e de

trabalhadores/as domésticos/as e definiu um instrumento internacional que envolve a proteção dessas trabalhadoras, que foi intitulado Trabalho Decente para Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos nº189, acompanhado com a Recomendação nº 201 com o mesmo título.

Essa convenção acompanhada de recomendação⁵⁰ foi constituída por uma representação tripartite, trabalhadoras domésticas remuneradas, empregadores e representantes dos governos. Anteriormente a essa Conferência foram feitas reuniões com as mesmas representações em cada país, respeitando as realidades locais. Dessa maneira, a categoria sindical do Brasil teve um grande destaque em suas articulações, visto que a legislação brasileira era a mais abrangente em direitos da América Latina e que a formação sindical em países da Europa e Ásia ainda é muito tímida⁵¹, o Brasil então conseguiu o papel de relator dessa convenção.

De maneira geral, todos os artigos foram bem recebidos pelas representações tripartites, que após as diversas discussões chegavam a um consenso sobre as delimitações trabalhistas. Exceto no caso de quatro artigos sobre os quais não houve acordo entre as representantes dos países presentes, inclusive as representantes dos próprios movimentos sindicais. Desse modo, a idade mínima para ingressar no trabalho doméstico remunerado deve respeitar a maior idade constitucional de cada país, os pagamentos *in natura* não foram proibidos pela Convenção, assim como também não houve o estabelecimento da jornada de trabalho (medidas de horas extras, período de descansos diários e semanais), e a inspeção do trabalho, adoção de medidas e possibilidade de acesso de órgãos institucionais ao domicílio, com respeito à privacidade também deve ser de responsabilidade de cada país. (OIT, 2011). Por último, o tema das agências de emprego privadas teve espaço, a Convenção determinou que os

qualidade, considerando questões de equidade, liberdade, segurança e dignidades humanas. Sendo assim, fundamental para o combate a pobreza, redução das desigualdades sociais, garantia de um governo democrático e de desenvolvimento sustentável. (OIT, 2011).

⁵⁰ Quando a OIT desenvolve uma Convenção todos os 187 países membros precisam incorporá-la suas determinadas constituições; já uma Recomendação é apenas uma cartilha emitida pela OIT que aconselha sobre as maneiras de se tratar uma determinada relação trabalhista.

⁵¹ O trabalho doméstico na Europa é constituído, em sua maioria, por imigrantes; dessa maneira há uma dificuldade de sindicalização devido a sua ilegalidade e a uma postura de “sujeitos de menos direitos” no país que não é seu. Já no Oriente, a Índia conta com cerca de 2,4 milhões trabalhadoras domésticas e sua luta por direitos está restrita por uma ordem simbólica hierárquica de castas, delimitando assim as ações dos agentes sociais. (X CONGRESSO NACIONAL DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS, 2011).

países devem estabelecer medidas para o funcionamento dessas agências⁵², assim como receber as queixas e possíveis reclamações sobre seus procedimentos.

Os instrumentos propostos foram muito bem recebidos por toda a comissão que esteve presente, com mais de 80% de votos a favor da Convenção 189 e da Recomendação 201. De acordo com a OIT, a nova Convenção só foi ratificada por três países: Uruguai, Ilhas Maurício e Filipinas. O Brasil irá ratificá-lo se aprovar a PEC 478/10, pois todos os direitos reivindicados na PEC estão de acordo com os procedimentos estabelecidos pela OIT.

De acordo com a OIT trabalho doméstico é aquele realizado em ou para domicílio (s); trabalhador: (sexo feminino ou masculino) quem realiza o trabalho doméstico no âmbito de uma relação de trabalho, estando excluídos aqueles/as que o fazem de maneira ocasional e sem que seja um meio de subsistência. A convenção se aplica a todos/as trabalhadores/as domésticos/as. Dos direitos conquistados: a- direitos humanos e direitos fundamentais do trabalho; b- proteção contra abusos, assédio e violência; c- condições de emprego equitativas e trabalho decente; d- proteção às/ aos trabalhadoras/es domésticas/os migrantes; e- liberdade para decidir moradia, se acompanha ou não membros do domicílio em suas férias e quanto a manter em posse seus documentos; f- jornada de trabalho; g- estabelecimento de remuneração mínima; g- remunerações e proteção social; h- medidas de saúde e segurança no trabalho; h- agências de emprego privadas: condições de funcionamento; i -acesso a instâncias de resolução de conflitos; j- inspeção do trabalho; l- as disposições da Convenção deverão ser colocadas em prática por meio da legislação nacional, de acordos coletivos e de outras medidas adicionais com relação aos/às trabalhadores/as domésticos/as. (OIT, 2011, p.5).

A Convenção feita pela OIT estabelece os direitos básicos para as trabalhadoras domésticas remuneradas, pois essa precisa ser a mais abrangente possível para ser agregada nas legislações trabalhistas de todos os países membros; de tal modo que alguns abusos podem ser legitimados na própria constituição dos países, como por exemplo, no Paraguai onde a jornada de trabalho para estas trabalhadoras é de doze

⁵² Em Curitiba há mais de 29 agências que recrutam e selecionam diaristas, trabalhadoras domésticas por contrato mensal, babás, cozinheiras, etc. Uma dessas agências recruta em média 30 diaristas por mês e consegue empregar cerca de 10 mensalmente. Esse agenciamento acontece da seguinte forma: a candidata se cadastra com a agência e se seu currículo for bom é feita uma entrevista, uma pesquisa sobre antecedentes criminais e uma verificação com os últimos dois empregadores sobre as características da candidata. Assim ela vai para o banco de cadastros da agência e quando surgir uma vaga da qual ela se encaixe melhor, será enviada àquela residência; todo esse recrutamento é feito de graça para elas. Já para os empregadores que querem contratar uma diarista a agência cobra uma taxa de 350,00 reais para achar a trabalhadora adequada para aquela residência, essa diarista faz uma experiência e caso não dê certo a agência ainda disponibiliza mais outras duas candidatas. O valor da diária é negociado com a diarista na residência do empregador, não envolvendo mais a agência. Desse modo o trabalho principal da agência é cadastrar candidatas e enviá-las aos empregadores que utilizarem seus serviços, ela não arca com quaisquer consequências que possa ocorrer nessa relação trabalhista; não se responsabilizando quando há abusos trabalhistas cometidos pelos empregadores ou quando há abusos cometidos pelas diaristas.

horas diárias prevista em lei. Assim, a Convenção da OIT nos apresenta o início de uma organização que pensa os direitos humanos e trabalhistas para esta categoria profissional, sendo o símbolo de um primeiro passo que questiona o quadro jurídico real em que vivem estas trabalhadoras no mundo.

4.2 A QUESTÃO DAS DIARISTAS

Há uma grande dificuldade jurídica em estabelecer critérios que façam distinção entre o trabalho doméstico em regime contratual e o trabalho autônomo, como é o caso das diaristas. Esse é um problema cada vez mais encontrado na Justiça do Trabalho e que está longe de ser resolvido (FRAGA, 2010).

Como já foi dito, as diaristas não cumprem com a mesma rotina trabalhista que uma mensalista, pois não trabalham todos os dias para as mesmas pessoas ou residências. Há também novas concepções de famílias e lares⁵³ que dão espaço cada vez maior para uma contratação mais dinâmica em relação ao emprego doméstico, porém muitos questionamentos são fomentados pela má formulação da lei que delimita o trabalho doméstico remunerado no Brasil.

Como já visto a determinação do trabalhador doméstico atualmente é: “aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas”. (art.1º/1972). Dessa maneira, as diaristas são determinadas através ou não dessas características, principalmente o critério estabelecido de “natureza contínua”. Essa expressão não é delimitada na lei, fazendo com que fique às interpretações de juízes e advogados. É importante ressaltar que é esse o ponto fundamental para se perceber se há ou não vínculo empregatício nessa relação trabalhista, o que garantiria às diaristas os direitos já concedidos às trabalhadoras domésticas remuneradas que trabalham como mensalistas⁵⁴.

Em termos legais essa distinção parece estar bem resolvida, mas as complexidades existem quando se questiona a prática desse tipo de trabalho. Seria

⁵³ É importante abordar que as mudanças no grupo familiar, onde a família nuclear formada por pai, mãe e filhos/as já não são tão presentes na realidade brasileira. Novas concepções de família são formadas através de dinâmicas de sociabilidades motivadas por questionamentos sobre a ordem vigente do que seja família e felicidade conjugal.

⁵⁴ Essa articulação entre trabalho autônomo e garantia de direitos também é visto na maior parte do trabalho doméstico remunerado em países da Europa e da América do Norte; em que a maioria das mulheres empregadas nesse setor são imigrantes latino-americanas, e que trabalham em diversas casas e residências como *housekeeper*, *nanny*, *au pair*, *housecleanings* e cuidadoras de idosos, sem nenhum tipo de garantias legais e trabalhistas. (SASSEN, 2010).

possível pensar em um vínculo de emprego doméstico a uma trabalhadora que por anos executa as mesmas tarefas domiciliares, para a mesma família, cumprindo com os horários e determinações sempre em dois ou três dias da semana?

Esses casos sempre ficam a mercê das lacunas deixadas pela lei. O Tribunal Superior do Trabalho considera que as diárias realizadas três vezes na semana para o mesmo empregador como um vínculo; porém essa determinação não está na Constituição, deixando com que as decisões sejam pautadas nas interpretações de cada caso quando levados à Justiça. Como podemos perceber nestes dois processos:

Processo 1: Em setembro de 2001 uma diarista entrou com uma ação judicial contra sua empregadora na Sexta Vara do Trabalho de Curitiba-PR, pois reivindicava seus direitos enquanto trabalhadora doméstica⁵⁵. Ela trabalhou por oito anos, de 1993 a 2001, para a mesma família, prestando seus serviços três vezes na semana (nas terças-feiras, quintas-feiras e sábados) que constituía na limpeza das dependências domésticas, lavar e passar roupa, cozinhar e cuidar dos dois filhos da empregadora; sua última remuneração foi de R\$45,00 por semana, o que equivale a R\$180,00 mensais. Desse modo, ela buscava através do vínculo empregatício a anotação na carteira de trabalho, décimos terceiros salários, férias, vale-transporte e verbas rescisórias. A juíza da Sexta Vara do Trabalho de Curitiba acolheu o pedido e considerou haver pessoalidade, continuidade e subordinação presumida na prestação de trabalho; não considerando o trabalho realizado por esta diarista como eventual. Sendo assim, os seus empregadores deveriam arcar com todos os direitos estabelecidos pela Constituição brasileira.

No entanto, seus empregadores não concordaram com a decisão da juíza e recorreram com o caso no Tribunal Regional do Trabalho, alegando que não havia vínculo empregatício, pois a diarista também prestava serviço em outras residências nos outros dias da semana, o que foi afirmado pela própria diarista e por testemunhas de seus empregadores. O TRT do Paraná aceitou a argumentação, considerou a informação de que a diarista trabalhava para outras pessoas e afastou o vínculo de emprego. Porém, a diarista recorreu ao Tribunal Superior do Trabalho que confirmou a decisão do TRT do Paraná no julgamento em 2007, não legitimando o vínculo empregatício da diarista. O ministro Horácio Senna Pires veio ao público, naquela ocasião, esclarecer a decisão do Tribunal Superior do Trabalho: “a diarista presta serviço e recebe no mesmo dia a

⁵⁵ Neste capítulo usaremos o termo “trabalhadora doméstica” quando referirmos as leis, e não “trabalhadora doméstica remunerada”, pois a Constituição utiliza deste termo.

remuneração do seu labor, geralmente superior àquilo que faria jus se trabalhasse continuamente para o mesmo empregador, pois nele restam englobados e pagos diretamente ao trabalhador os encargos sociais que seriam recolhidos a terceiros”⁵⁶.

Processo 2: A diarista entrou com uma ação judicial na Segunda Vara do Trabalho de Curitiba em 2003, pois alegava ter trabalhado durante vinte sete anos para os mesmos empregadores. Ela foi contratada em 1975 para trabalhar duas vezes na semana, mas a partir de 1996 prestava seus serviços apenas uma vez na semana para esta empregadora, sendo que nos demais dias realizava trabalhos em outras casas. Em contraponto à diarista, sua empregadora mantinha o argumento que a prestação de serviços domésticos era esporádica, sem continuidade, havendo períodos de afastamento durante a gravidez desta trabalhadora. Além disso, afirmava que os serviços eram, inicialmente, de uma vez por semana, mas que nos últimos cinco anos eram de quinze em quinze dias.

A diarista reivindicava o reconhecimento do vínculo empregatício, ter carteira de trabalho assinada e, conseqüentemente, todos os seus direitos trabalhistas, inclusive de verbas rescisórias pela demissão sem justa causa. Ainda pediu que incorporassem ao salário os lanches e almoços que não eram servidos a esta. A diarista entrou com uma proposta de R\$ 5 mil reais de indenização, mas sua empregadora não aceitou.

A Segunda Vara do Trabalho considerou a prestação de serviços contínua, pois a empregadora não conseguiu comprovar os períodos onde não houve prestação de serviços, além das testemunhas confirmarem que a frequência do trabalho da diarista era de uma vez por semana. Desse modo, a empregadora foi condenada a pagar aviso prévio, férias vencidas de 1997⁵⁷ a 2002 acrescidas de um terço do salário, e décimos terceiros de 1998 a 2003 sobre o salário de R\$400,00.

Insatisfeita com a sentença a empregadora recorreu com o caso ao Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, que também negou as suas reivindicações, considerando vínculo empregatício à diarista. O TRT do Paraná se justificou dizendo que “a diarista é contratada esporadicamente, sem dia certo, sem constância semanal e sem compromisso de comparecimento sempre no mesmo dia em todas as semanas” o que não era o caso da diarista em questão. No entanto, a empregadora recorreu ao Tribunal Superior do Trabalho alegando que havia uma afronta ao terceiro artigo da

⁵⁶ Todas estas informações constam no site do Tribunal Superior do Trabalho: <http://www.tst.jus.br>

⁵⁷ A juíza avaliou como prescrito o período anterior a novembro de 1998, situação em que não se podem cobrar direitos, pois o prazo para reivindicá-los já havia ultrapassado.

CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e do primeiro da Lei 5.859/72. A Segunda Turma do TST confirmou a sentença do Tribunal Regional do Paraná, pois mesmo não havendo o labor todos os dias, consideravam a prática descrita como um hábito. Assim, o TST justificou a sentença, que foi julgada pela última vez em 2008, dizendo que “trabalhar um dia por semana em todas as semanas durante vinte sete anos é, sem dúvida, prova de continuidade”, obrigando então a empregadora a arcar com todas as despesas trabalhistas à diarista⁵⁸.

O que podemos perceber nestes dois casos é uma incoerência em relação aos casos judiciais que envolvem empregadores e diaristas. Os casos apresentados aconteceram em Curitiba-PR e foram julgados pelas mesmas instancias. Mas por quais critérios o Tribunal Superior do Trabalho julga como vínculo empregatício um trabalho realizado uma vez na semana por vinte sete anos? E por quais critérios não legitima como vínculo três dias na semana durante oito anos?

Para acabar com esses impasses a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) levou ao Senado Federal, em abril de 2009, três projetos: 1- Projeto de Lei nº159 que tinha por objetivo estabelecer uma multa aos empregadores que descumprem a legislação; 2 – Projeto de Lei nº160 que busca definir o trabalho da diarista; 3- Projeto de Lei nº161 que busca diminuir de 12% para 6% o valor que o empregador tem que contribuir para o INSS, com o intuito de aumentar a formalização do trabalho doméstico remunerado. (FRAGA, 2010, p. 44).

O Projeto de Lei 161 que pretende definir o trabalho da diarista foi apresentado da seguinte maneira:

Art. 1º: Diarista é todo trabalhador que presta serviços no máximo duas vezes por semana para o mesmo contratante, recebendo o pagamento pelos serviços prestados no dia da diária, sem vínculo empregatício.

Parágrafo Único. A Diarista deverá apresentar ao contratante, comprovante de contribuição ao INSS como Contribuinte Autônomo, ou como Contribuinte Funcional, que atualmente é de 11% (onze por cento) sobre um salário mínimo.

Além dessas definições, foram ainda determinadas que o valor mínimo da diária fosse de um trinta avos do salário mínimo vigente, estabeleceu em oito horas a jornada de trabalho diária e o limite de dois dias por semana como definidor da diarista (a partir de três dias já seria vínculo empregatício).

⁵⁸ Todas estas informações foram retiradas do site do Tribunal Superior do Trabalho: <http://www.tst.jus.br>

Porém, o movimento sindical se opôs a essa definição, reivindicando que mais de um dia de trabalho já se poderia considerar vínculo empregatício. Além de contestar a obrigatoriedade do pagamento do INSS, pois nenhum outro trabalhador é obrigado em lei a cumprir com essa determinação. A deputada Sandra Rosado do PSB de Pernambuco acolheu estas sugestões e entrou com o Projeto de Lei 7279/10, que dispõe da seguinte determinação:

Dê-se ao art. 1º do projeto a seguinte redação:

Art. 1º Diarista é todo trabalhador que presta serviços de natureza eventual ou no máximo 01 (uma) vez por semana para o mesmo contratante em âmbito residencial, que não tem finalidade lucrativa à pessoa ou à família deste, recebendo o pagamento pelos serviços prestados no dia da diária, sem vínculo empregatício.

Art. 2º O diarista doméstico que optar em contribuir com o Instituto Nacional de Seguridade Social como contribuinte individual terá a mesma alíquota de contribuição aplicada ao Segurado Facultativo de Baixa Renda.

Pode-se perceber então que as lacunas deixadas pela lei abrem espaços para diversas interpretações, fazendo com que as complexidades e particularidades do trabalho doméstico remunerado sejam grandes obstáculos para que haja na jurisprudência brasileira uma visão de igualdade de direitos, que possa estabelecer parâmetros legais para que essas contratações sejam cada vez mais pautadas no amparo Constitucional.

O não reconhecimento jurídico faz com que não haja um reconhecimento trabalhista, pois apenas 33,7% das trabalhadoras domésticas remuneradas do Estado do Paraná têm suas carteiras assinadas de acordo com o PNAD (2011), visto que a categoria profissional conta com cerca de 300.000 mil trabalhadores no Estado.

Eu analiso este quadro legislativo do trabalho doméstico remunerado como mais um elemento para apreender marcos de reconhecibilidade nos quais estas diaristas se encontram; pois não analiso estes vínculos empregatícios apenas como um reconhecimento trabalhista, mas como vínculos afetivos e sociais que a legislação não consegue abarcar através de um padrão legislativo racionalizado, dado as suas posições advindas de lugares residenciais e íntimos. Contudo, não estou dizendo que as transações jurídicas e afetivas não possam andar juntas, muito pelo contrário, parto do princípio de Zelizier (2009) que analisa as relações íntimas e as transações monetárias e jurídicas como complementares.

As famílias compartilham em suas residências vivências, experiências, subsistências cotidianas durante um grande período de tempo; juntamente com esta

família, as trabalhadoras domésticas, cuidadoras, diaristas e babás também se estendem aos negócios familiares à medida que trabalham para ela. Nesse sentido, ao compartilhar vivências com os membros da família estas trabalhadoras adquirem conhecimentos, direitos, obrigações, rotinas, além de símbolos e significados que distinguem os seus trabalhos e cuidados dos demais integrantes da casa. Isto faz com que estas residências contenham relações complexas, que entrelaçam a intimidade com as atividades monetárias, e conseqüentemente com as relações jurídicas que delimitariam os limites dentro destes espaços. (ZELIZIER, 2009).

Entendo então que as interpretações acerca dos dois casos apresentados vão além dos meros limites “vínculos empregatícios e trabalho autônomo”, são interpretações pautadas nos limites entre respeito, intimidade e afetividade, considerando as relações de poder em que ambas as partes se encontram. Dentro dessa chave, analiso que o contexto da legislação trabalhista influencia no processo de subjetivação das diaristas, que ao viverem experiências frente aos processos judiciais ou de negociações de direitos com seus empregadores são afetadas por estas situações.

4.2.1 A jurisprudência nas narrativas

Perante as narrativas das diaristas fui percebendo que as experiências sofridas ao longo de suas vidas influenciavam suas escolhas profissionais. A maior parte dessas trabalhadoras já havia se empregado em outros segmentos trabalhistas, como garçonne, operadoras de máquinas, vendedoras em lojas e de trabalhadoras domésticas remuneradas com um contrato mensal. Todos esses trabalhos lhes proporcionavam a assinatura na carteira de trabalho e as contribuições previdenciárias pagas. Quando lhes perguntava quais eram os motivos pelos quais estavam trabalhando de diaristas as respostas, em todas as entrevistas, eram categóricas: por causa do dinheiro. As diaristas que entrevistei ganham, em média, R\$ 1.200,00 por mês, com estes outros trabalhos ganhavam, no máximo, R\$ 800,00. Sem dúvida alguma, o rendimento mensal contava muito para estas mulheres, mas percebi que ao longo de suas falas outros motivos estavam agregados às suas escolhas e um deles se referia a suas posições enquanto sujeito de direitos.

Nesse sentido, acredito que há um processo de “escolha” trabalhista realizado pelas diaristas. Essas escolhas são baseadas em suas emoções e experiências, que as

afetam e condicionam suas novas trajetórias, compreendo então, que a opção em trabalhar de diarista é derivada das diversas posições e emoções que estas mulheres compartilharam em suas vidas.

A análise central desta pesquisa se refere às diversas maneiras que as diaristas se afetam e como estes afetos condicionam suas escolhas; ou seja, as experiências vividas em seu círculo social as afetam e proporcionam-lhes parâmetros para selecionar caminhos em sua trajetória. O afeto é dependente dos apoios sociais em que os sujeitos estão inseridos, desse modo, as emoções e os sentimentos se condicionam as estruturas e percepções sociais, fazendo com que o afeto esteja inserido em um círculo interpretativo da realidade social em que vivemos. Assim, compreendo que o afeto está determinado ao ato interpretativo, pois “as interpretações não surgem como ato espontâneo da mente, mas como consequência de um campo de inteligibilidade que ajuda a formar e marcar nossa capacidade de resposta ao mundo determinante”. (BUTLER, 2010).

Dentro dessa chave, analiso que as escolhas e as seletividades das diaristas estão imbricadas em sua capacidade de agenciamento, ou seja, à medida que são afetadas pelas condições e relações sociais em que estão inseridas, suas interpretações perante as diversas posições encontradas em suas relações são modificadas, influenciando suas escolhas e sua percepção de si. Desse modo, as experiências legislativas e o enfrentamento com seus empregadores nos espaços judiciais influenciam na decisão de trabalhar como diaristas e de manter relações em que estes tipos de situações não serão tão presentes.

Ao colocar o afeto estruturado em planos interpretativos, isto me possibilita compreender esse processo de agência, pois ao ser afetada pelas promessas não cumpridas acerca da sua condição trabalhista, a diarista começa a traçar outro caminho, no qual essas interferências emotivas não irão causar tantos desconfortos em sua trajetória. A contratação de diárias já lhes estabelece seus limites trabalhistas, assim, elas já tem o pressuposto da sua condição legal, não se iludindo com uma realidade jurídica da qual sabem que não podem contar.

Madalena: então, mas a doméstica, eu acho que ela ganha menos que uma diarista. (...) Só que ela tem férias, ela tem o INSS dela pago né, ela tem o décimo terceiro, ela ganha menos, mas ela tem esses privilégios que a diarista não tem. Por isso que eu falo assim, as vezes a patroa vai pagar 80,00 reais para uma diarista e a patroa acha que é muito caro, e não é caro! Por quê?

Porque que nem eu te falei, o INSS sai do bolso da diarista, ela não tem as férias, você entende?

Essa noção de agência está vinculada as diversas maneiras de como lidar com as emoções sucedidas em cada situação vivida. Eu busquei na obra de Chodorow (2003), Hochschild (2008) e Foucault (1990) a referência analítica que me possibilita compreender esse processo de agenciamento concretizado por meio de uma elaboração sentimental. De acordo com os autores, existe um processo em que os indivíduos conseguem apreender os significados das relações sociais em sua intersubjetividade, sendo essa também produzida pelos desejos e sentimentos inconscientes. A elaboração de sentimentos e emoções é descrita como o ato de manusear seus sentimentos de uma maneira positiva, assim os sujeitos agregam as percepções presentes às suas experiências passadas, e frente às circunstâncias vividas conseguem uma posição ativa em situações que consideram desiguais e abusivas (CHODOROW, 2003).

Nesse sentido, em cada caso e experiência vivida, a diarista enfrenta cargas afetivas que influenciam a sua capacidade de elaborar os seus sentimentos. A partir daí, podem traçar outros caminhos que foram pautados nessa elaboração. Nas narrativas das diaristas sobre suas experiências judiciais, ficava exposto como a raiva, decepção, medo e impotência estavam ligados, ao que elas denominavam de falta de reconhecimento e desvalorização de seu trabalho. Esses aspectos podem ser identificados na fala de Gracielen.

Gracielen: como doméstica ganha também né, se a gente tiver a oportunidade de pegar uma pessoa né que reconheça, que pague o INSS, também eu já trabalhei em casa de mulher que não pagou meu INSS, que prometeu pagar sabe? Imagine ficar um ano e três meses lá e nada. O meu PIS não tem nada. (...) Essa que eu fui trabalhar, ela falou que pagou meu INSS né.

Thays: aham.

Gracielen: aí que eu entrei lá mesmo, eu deixei bem claro, falei pra ela: ó o motivo de eu trabalha aqui registrado é porque eu quero pagar meu INSS! Que eu nunca tinha pago e tava preocupada né. Então, e ela falou que pagou os 7 meses que eu trabalhei. E lá tá dizendo que não tá pago. Eu já fui, já falei com ela, fui 2 vezes falar com ela. Falei que eu quero que ela pague porque é meu direito, ela combinou comigo né? Assinou minha carteira, e esses dias mesmo passei lá, eu tenho cartão, aquele cartão cidadão.

Thays: aham.

Gracielen: aí tá escrito INSS, ela mesmo me ensinou, que ela é advogada. E tá dizendo: pagamento não efetivado. Então se tá dizendo assim é porque não tá né. Tá ali o papelzinho até, eu fiquei com raiva, porque senão está ali é porque não está pago, e eu fiquei com medo. Então eu fui lá e disse pra ela né que se ela não pagasse, eu ia levar ela pra Justiça.

Thays: claro!

Gracielen: ela quase chorou daí, daí eu falei que ia pedi uma indenização pra ela.

Thays: sim

Gracielen: porque ela não pagou, que agora eu entendo, eu não tenho estudo, mas eu entendo, eu vejo, eu assisto o jornal, as pessoas me explica, e eu entendo que isso é crime fazer isso com uma empregada doméstica né. Aí o INSS, e ela não tinha me dado, me deu um só, uma vez, que nem parecia ser o papel, não sou tão burra assim né!

Thays: sim.

Gracielen: que o papel que fica quando a gente paga, a gente vê lá, vai tá lá a data escrita. E tava escrito agendamento, que ela agendou só, e tava escrito só isso né? Tá ali guardado, até. Eu fiquei muito nervosa! Porque eu confiei nela, eu falei pra ela: oh eu confiei em você não está sendo honesta comigo, fazendo esse tipo de coisa, e daí pedi eu mesmo a demissão pra ela.

Thays: e aí?

Gracielen: eu ia colocar ela na Justiça, mas deixei quieto. Mas eu sofri muito, porque eu confiei nela. Mas daí a irmã dela também é advogada, são tudo advogado, os pais tudo deles. E a gente depois fica com medo de tá mexendo (risos) com gente assim né?! E aí peguei e deixei quieto, deixei pra lá, aí eu...

Thays: fica com medo do que?

Gracielen: ah! As pessoas são mais poderosas que a gente (risos). E dá medo de ficar mexendo com essas pessoas assim também né. Aí eu deixei quieto. Ela acabou não pagando meus direitos, que eu merecia. Aí, a partir disso também, que eu fiquei com medo de ficar trabalhando assim né de registrado, porque tem mulher que dizia: ah eu vou registra, vou registrar! E deixava quieto, cheguei a trabalhar muito, mas nunca fui reconhecida também. Assim registrada direitinho né, ganha meus direitos, trabalhava, mas não era registrada.

Na narrativa de Gracielen fica exposta como a promessa não cumprida a afetou e se tornou um “desgaste emocional” ao se deparar com a deslealdade da empregadora. Todo o sofrimento, raiva e medo que ela passou nesse processo a fez determinar a não trabalhar mais com a carteira de trabalho assinada, o que já é um pressuposto do trabalho feito em diárias. É neste sentido que compreendo a agência, pois, ao afetar-se por esta circunstância legislativa, a diarista elabora novos sentimentos e emoções que lhe propicia outra maneira de trabalho. As diaristas fazem escolhas que são pautadas em suas experiências emocionais e afetivas.

Além dessa noção de agência, destaco também que nas relações jurídicas as posições de poder ficam intensamente delimitadas. Nesse momento, volto aos marcos de reconhecibilidade propostos por Butler (2010), em que os sujeitos estão imbricados em relações de poder e que dão um posicionamento deste sujeito no mundo. Brigar judicialmente com uma empregadora que é advogada limita a ação da diarista, que reconhece sua posição nesta relação e perante as iniquidades na justiça brasileira.

Assim, podemos perceber que a escolha de ser diarista está condicionada as experiências e as emoções que as trabalhadoras já vivenciaram em suas trajetórias. Além dos casos relativos à sua legalização trabalhista, outros fatores interferem nessa opção de se manter realizando trabalhos em diárias. A noção de agência também

modifica a sua seletividade de empregos, as diaristas entrevistadas mantêm uma postura de se afastar das relações que as desagradam ou que acham injustas. Esse quadro será mais bem descrito no capítulo seguinte.

5 AFETOS, ESCOLHAS E EMOÇÕES: RESSIGNIFICAÇÕES NO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO

Venho ao longo deste trabalho anunciando e analisando, de maneira pouco profunda, o quadro de agenciamento emocional que as diaristas entrevistadas conseguiram traçar em relação à estrutura urbana e jurídica que se faz presente em sua realidade social e como se concretiza novas possibilidades para suas trajetórias pessoais e trabalhistas. Olhando mais de perto para as experiências narradas, também pude perceber que estas mulheres se encontram em um contexto de autonomia e seletividades perante suas relações de trabalho, permitindo-lhes dizer “não” aos diversos aspectos que consideram abusivos. Desse modo, compreendo que essas escolhas e seleções estão vinculadas ao seu processo de criar estratégias emocionais, já que suas histórias foram marcadas pelas violências derivadas dos espaços e contextos em que vivem, da inserção ainda criança no trabalho doméstico remunerado, dos abusos sexuais e trabalhistas, da baixa renda e da falta de valorização frente às intensas cargas de trabalho.

Para analisar essa realidade eu busquei uma Sociologia que visa interpretar as emoções, que enfatiza tanto um processo de elaboração de sentimentos pautados nas realidades sociais e culturais, quanto de uma subjetividade construída por meio de um processo individual. Essas teorias consideram as referências passadas, assim como as experiências presentes e as interfaces sociais como pontos de novas interpretações para os sujeitos, possibilitando agências e novas trajetórias.

Além disso, percebi novas formas de expressões de afetos, regras, convivências e limites entre trabalhadoras domésticas remuneradas e seus empregadores, que são estabelecidos pela própria maneira como o trabalho em diárias é realizado (com maior dinamicidade de tempo), como também pelo processo de construção de si frente às realidades sociais e emocionais das quais passaram, fundamentando assim seus caminhos e escolhas. Apresento então neste capítulo o quadro do trabalho doméstico remunerado em que vivem as diaristas de Curitiba, suas trajetórias e seus processos de subjetividades, que acabam por desenvolver outras maneiras de se relacionar com o trabalho.

5.1 VIDA PESSOAL E TRAJETÓRIA TRABALHISTA: CONEXÕES E INTERCÂMBIOS.

A inserção das diaristas no trabalho doméstico remunerado se deu quando ainda eram crianças. Todas as entrevistadas começaram a trabalhar entre oito e treze anos como babás. Essa inserção precoce no mercado de trabalho se mostrava necessária para elas, já que advinham de famílias populares, com muitos irmãos e grandes dificuldades financeiras. Assim, quando surgia uma possibilidade de ganhar um pouco mais de dinheiro ou até mesmo garantir barganhas que lhes desse alimentos, roupas, remédios em troca de seu trabalho, elas se empregavam nessa categoria profissional. Normalmente, a contratação se estabelecia por meio de um vínculo entre uma vizinha ou uma familiar que já estava inserida no trabalho doméstico remunerado, que conheciam outros empregadores que precisavam de uma “menina para olhar” seus filhos.

Essas contratações se estabeleciam sem nenhum tipo de formalidade legal, sendo submetidas a jornadas de trabalho intensas, muitas vezes cuidavam da criança durante a noite e o dia, pois em alguns casos essas meninas já eram contratadas para residir na casa em que trabalhavam. Nesses casos, a situação se agravava ainda mais, já que a possibilidade de se manterem na escola e os pequenos horários de lazer eram extraídos de seu cotidiano, visto que eram responsáveis por todos os cuidados e atenções para a criança.

Durante as entrevistas as narrativas acerca do trabalho infantil foram marcadas pelo foco nas cargas de trabalho, pelas ilusões criadas pela família empregadora em relação ao descanso semanal, a busca por remuneração e a falta de oportunidades de se divertir. Além disso, essas mulheres se agregavam intensamente na rotina familiar de seus patrões, pois além da grande carga afetiva que mantinham com as crianças das quais cuidavam, eram submetidas a compartilhar dos problemas da casa. As dificuldades financeiras, os problemas conjugais, as brigas e crises de seus patrões traziam consequências em sua rotina trabalhista, pois partilhavam da agressividade do marido, compartilhavam choros e angústias da patroa e tentavam consolar as crianças que viam este contexto.

Thays: e lá você começou a trabalhar com quantos anos em casa de família?

Gracielen: 9 anos.

Thays: com 9 anos você começou a trabalhar?

Gracielen: aham, é que minha mãe e meu pai era muito pobre. Mas não foi eles que mandou, foi eu que quis, eu via que eles era.. minha mãe teve 7 filhos.

Thays: uhum

Gracielen: e eu sou uma das mais velhas, eu sou a terceira mais velha né. E daí tinha aqueles monte de irmãozinho meu, tudo às vezes né. Meu pai morava lá no sítio né. Aí, as vezes não dava a plantação né, pra sustentar. Daí ele veio pra cidade, trabalha com minha mãe né, ficava vendendo num quiosque na cidade. E as vezes, nós chegava... e eu lembro um dia que eu procurei comida e não tinha né, eu tinha 7 anos né, eu falei: “Nossa! não tem nem comida pra mim e nem pros meus irmãos”. Não tinha nem fogo assim de gás né. Aí eu peguei falei: “ó quando fica, quando eu fica mais grandinha vou pedir a minha mãe pra ir trabalhar”. Aí a minha mãe deixou. Pedia a ela quando eu tinha 9 anos eu falei...Mãe deixa eu trabalhar então? A minha mãe começou daí numa casa de família, e ela me levou, tinha uma vizinha, e disse que eu ia cuida de babá né, de um menino. Lá eu trabalhava, antes eu ganhava o tanto de comer só e as mulheres geralmente, quando eu era menor né, elas me iludia, dizia que era menor, eu trabalhava bastante, e era só comida, as vezes dava pra levar um litro de leite pra casa, pro meus irmãos né. Eu tinha 7 irmãos menor que eu né, e eu tinha que ajuda né minha mãe, meu pai. Aí eu lembro que eu levava o leite e o pão, assim, por semana, nossa! Por mês (risos) acho que não dava nem pra assim.

Thays: sim.

Gracielen: aí eu fui né e comecei e fiquei né, mas era sofrido viu, sofri muito, é muito triste assim, você não pode brincar né, não ter infância, adolescência, fiquei só lá trabalhando assim, muito, muito, posava lá. Quando eu fiquei com 14, 15, eu ficava posando lá, daí as mulher não reconhece né, eu até já apanhei sabia? Numa casa. O homem ele ... eu fui lá pra trabalha de babá, até que nem eu falei né, então quando eu tinha 9 pra 10 anos né, aí o homem chegou bêbado. Bateu na mulher e me bateu também, porque ele queria me pegar na força né, aí porque eu não deixei, eu tenho marquinha aqui na barriga, ele me bateu e me queimou com ferro, eu nem disse pra minha mãe e pro meu pai, deixei quieto. [...] O mais ruim disso aí, que eu trabalhava, era isso assim, eu não tinha horário né, as vezes eu não tinha lazer, nunca tinha lazer. Eu nunca tinha saído pra namorar, passear né. O ruim é isso, eu hoje em dia acho bom que tenha a lei pra crianças não trabalha né, eu acho bom isso aí, as crianças têm que estudar né, ter um lazer né.

Dessa maneira, fica exposto pela narrativa de Gracielen que a inserção no trabalho doméstico remunerado durante a infância faz com que haja uma conexão extremamente forte com a sua trajetória pessoal, pois nas narrativas não eram mencionadas outras histórias além do trabalho, excluindo a permanência na escola e os momentos de lazer. Perante esse quadro, essas mulheres acabam tendo muitas dificuldades de sair do trabalho doméstico remunerado, pois as possibilidades de conseguir outro trabalho com baixa escolaridade se tornavam mais difíceis. Além disso, uma vez inseridas em uma residência como babás acabam se estabilizando na profissão. Já que aos poucos faziam a comida do bebê, limpavam seu quarto, a sujeira que ele fazia em algum determinado cômodo, assim, à medida que ficavam mais velhas tornavam-se mensalistas naquela residência.

A permanência como trabalhadora doméstica remunerada nessas casas era pautada pelas mesmas características, sem nenhuma garantia de direitos trabalhistas e com uma grande jornada de trabalho. O período da adolescência se mostrava ainda pior para elas, já que os casos de abusos sexuais advindos de seus empregadores e filhos eram constantes, como me foi narrado nas entrevistas. Muitas vezes, as trabalhadoras eram migrantes, já não tinham mais contato com seus familiares e não possuíam outras relações para se apoiar.

Esse contexto também as afeta em relação a própria construção de si. Visto que ao se depararem com esses abusos não conseguiam dizer a suas empregadoras o real motivo de um pedido de demissão. Sentindo-se impotentes frente a este quadro, acabavam por reproduzir uma imagem de inferioridade em suas palavras, não acreditando que tenham os mesmos “valores e pesos” que as de seu patrão.

Thays: Como que era trabalhar como mensalista?

Celeste: Olha como mensalista, eu posso te disser assim, dos meus 14 anos, não foi uma experiência muito boa não!

Thays: É? Por quê?

Celeste: Porque eu era muito assediada pelos patrões né, até por ser uma menina sozinha, que não tinha mãe, não tinha pai né, então não era uma experiência boa não. Fiquei numa casa durante 4 anos, sai de lá por causa disso, né. Porque eu não aguentava mais, eu dormia tirando os dois trincos da porta, pra poder dormir. Então nestes 4 anos, ela não sabe o porque eu sai da casa dela.

Thays: Você não contou?

Celeste: Não. Eu não contei o porquê eu sai da casa dela, né, aí chegou a um ponto assim, que ele chegou e falou pra mim assim, eu falei que eu ia contar pra ela, ele falou assim: “ela vai acreditar em quem? Em você ou em mim? Você é uma simples empregada!”. Eu tinha certeza que ela ia acreditar nele.

Essas narrativas não são diferentes das já observadas em outras pesquisas relacionadas ao tema. Normalmente, as histórias são paralelas quando se discute o trabalho doméstico remunerado, mostrando-nos claramente como as noções de serventia e a reprodução deste quadro se mantêm em nossa sociedade há muitos anos. Esse aspecto fez com que alguns sindicatos da categoria desenvolvessem estratégias de apoio, criando espaços onde elas pudessem se abrigar nos finais de semana, nos dias de folga, quando sofriam abusos ou quando não tinham para onde ir. Por exemplo, o Sindicato de Trabalhadoras Domésticas do Rio de Janeiro–RJ e a Casa de Apoio a Trabalhadora Doméstica em Florianópolis–SC conseguiram unir fundos e comprar camas e colchões para alojar essas trabalhadoras (BERNADINO-COSTA, 2007) (TAMANINI, 1997).

As diaristas que passaram pela experiência de viver com seus empregadores e de não possuírem outros vínculos e outros lugares para se apoiarem, me relataram que conseguiram sair do espaço doméstico em que trabalhavam por meio do casamento, já que era a única forma de ter um lugar onde poderiam morar e que seus empregadores compreenderiam o fato de não poder mais residir com a família, pois passariam a ter obrigações como esposa, dona de casa e mãe. Essa estratégia lhes acrescentava uma carga trabalhista maior, visto que a participação masculina nas tarefas domésticas não se estabelece em um parâmetro de igualdade nas residências brasileiras, o que resultava em uma dupla jornada de trabalho para elas. (PNAD, 2009). Contudo, o caminho matrimonial foi percebido como uma maneira de conseguir driblar a falta de liberdade e autonomia vividas na casa de seus patrões. Dessa forma, o casamento se torna um passo do processo de agência vivido por estas mulheres.

Entretanto, não foram todas as trabalhadoras que se casaram com esse objetivo. Algumas diaristas contaram com outras percepções em relação ao matrimônio, já que residiam com suas famílias em Curitiba e não precisaram vivenciar um contexto de trabalho tão opressor.

De toda forma, as relações conjugais se apresentaram para elas - trabalhadoras que passaram ou não por experiências opressoras e sem apoios e vínculos - como um possível caminho de liberdade e companheirismo. Determinadas casas que visitei, foram construídas e mantidas com a ajuda mútua do casal, além de lhes garantir uma renda familiar maior que lhes possibilita cultivar uma vida a seu gosto, com padrões de consumo que trazem benefícios em seu cotidiano, além de garantias em relação ao seu próprio trabalho. Muitas vezes, os cônjuges as incentivavam a ingressar em outras categorias profissionais, ou até mesmo lhes davam força para dizer “não” aos abusos trabalhistas sofridos no trabalho doméstico remunerado.

No entanto, as narrativas de um casamento harmonioso não eram unânimes. Algumas diaristas não encontraram no relacionamento conjugal esse caminho que lhes assegurava companheirismo, mas sim mais um peso a ser carregado por elas sozinhas. Elas enfrentaram relacionamentos baseados no ciúme, posse, alcoolismo, uso de drogas, traições e comodismos. Isso fez com que passassem por um quadro de violência doméstica, privações trabalhistas, além de sofrerem ao ver seus filhos sendo criados nesses contextos. Toda esta realidade trouxe consequências para a autoestima destas mulheres, assim como um intenso esgotamento emocional.

Dayana: Aí teve uma época que eu tive que parar de trabalhar de diarista né.

Thays: Por quê?

Dayana: porque eu não queria sair de casa. Meu marido tinha muito ciúme de mim, ele achava que o meu filho não era dele e ele me batia muito. Nossa, eu não sei o que eu fazia para ele me bater, eu não fazia nada e ele chegava e me batia.

[...]

Thays: Por quanto tempo?

Dayana: por três ano. [...] Aí meu filho ficou mais velho, ele já tinha uns três anos daí, e ele começou a entender as coisa. Ele via eu chorando, viu o pai dele bater em mim e eu chorando e começava a chorar também. Foi quando eu fui embora, deixei aquela casa com a mão na frente e outra atrás com os dois, a Thainara (filha de Dayana) era de colo ainda. Eu não tinha pra onde ir daí, me colocaro num abrigo, eu e meus dois filho, porque eu era de menor ainda, tinha 16 anos. Aí depois de dois dias que eu tava lá, meu irmão foi e tirou de lá e eu fui contar pra ele e pra minha mãe o que acontecia, porque eu não contava antes, tinha medo daí. Mas depois disso, eu nunca mais vi o pai deles. Ele nunca mais procurou sabe dos filho dele, tive que cria sozinha. Foi aí que voltei a trabalhar de diarista de novo, porque podia ganhar um dinheirinho e ficar uns dias com as criança.

Nesses casos, o casamento deixava de ser uma garantia de autonomia e liberdade e passava a ser mais uma experiência de confrontos pessoais, causados tanto por uma violência física quanto pelos processos emocionais a serem elaborados e conquistados. Sair deste contexto de violência doméstica não foi fácil. Elas tiveram que se retirar de suas casas, com os filhos, sem condições financeiras, procurar novos apoios e novas relações trabalhistas, já que não puderam contar com as garantias propostas pela legislação brasileira. Apesar de a violência doméstica ser caracterizada como crime no país, não obtiveram assistência policial – quando os casos eram denunciados – e tampouco acesso aos benefícios sociais. Dessa forma, conquistaram novas possibilidades e concretizaram um caminho livre destes relacionamentos através de seus esforços individuais. Esse aspecto se dá por todo o processo de agência construído pelas diaristas, elas conseguem sair de situações de opressão em suas trajetórias trabalhistas e pessoais por meio de suas próprias estratégias e elaborações emocionais, pois não encontram no sistema político brasileiro garantias de leis e assistências que lhes assegurariam minimamente as bases para retomar um novo caminho.

Sendo assim, os processos de subjetivações em que as diaristas se encontram também se referem a esse descaso estatal, levando em consideração que as conquistas serão ainda mais árduas em função das poucas e más aplicadas leis e políticas públicas do cuidado. Isto também se refere ao quadro de desvalorização trabalhista, pois a disparidade jurídica estabelecida na legislação brasileira, para esta categoria

profissional, também faz com que estas trabalhadoras passem por experiências desiguais, experiências que as fazem criar novos caminhos para dissimular esse quadro.

Além disso, elas também precisam lidar com as desvalorizações no cotidiano laboral em que se encontram. Muitas diaristas me relataram que as desvalorizações e intensas cargas trabalhistas a serem realizadas na casa de seus empregadores, foi um dos grandes fatores que as levou a migrarem para o trabalho realizado em diárias. A desvalorização muitas vezes mostrava-se através dos baixos salários, dos constantes atrasos de pagamentos, das humilhações, falta de respeito e, principalmente, da invisibilidade dos serviços prestados e de suas necessidades. Assim, o rompimento com a família empregadora ocorria de maneira desgastante para elas, pois havia ressentimentos em função das ambivalências vividas nesses contextos. Aspecto que ocorria porque nessas formas de desvalorização estavam agregadas as afetividades construídas com seus empregadores. Portanto, o pedido de demissão acontecia quando as mulheres chegavam ao seu limite emocional, uma vez que já haviam relevado muitas outras situações como estas.

Vanusa: a gente conhecia eles, aí lá na firma eles indicavam a gente né. Aí ele pediu a conta da firma, aí não tinha dinheiro para me pagar, não tinha dinheiro para nada. Eu era muito boa até nesse ponto, aí quando chegou a faltar dinheiro ele começou a me atrasar muito e eu precisava do dinheiro e não tinha e não tinha, aí eu falei para ela: “não, não dá mais para ficar, tem que ir embora.”

Thays: uhum.

Vanusa: aí falei um dia lá com ela, que a mãe dela chegou lá e eu falei “você tem cem reais para me arrumar?” ela falou “não tenho”, aí eu falei “mas faz um tempão que o meu salário tá atrasado, eu precisava de pelo menos cem reais”. “não, mas eu não tenho”. E a mãe dela tava lá..

Thays: hum.

Vanusa: veio do Rio Grande do Sul passear. Aí ela “ah mãe, vamo para o shopping fazer..” foram para o shopping compraram um monte de coisa e trouxe. Eu falei na cara dela “pra mim você não tinha cem reais para me arrumar e eu to precisando, agora tá, gastou no shopping com você, tudo que você tinha”, “anananan..esse dinheiro não era meu era da mãe”, “pegasse com a tua mãe me desse”.

Filha de Vanusa: emprestado.

Vanusa: emprestado com a tua mãe e me desse, “não, mas não é bem assim”, “então ponto final, você já foi muito boa para mim até hoje, agora para frente não vai dar mais não”.

Assim, venho reafirmando ao longo destas narrativas trajetórias trabalhistas que se constituíram por meio de uma violência estrutural perpassada em todos os momentos da vida destas trabalhadoras. No caso de Vanusa, a desvalorização sentida ao ver sua patroa fazer compras no shopping, ao invés de acertar os meses atrasados, trouxe-lhe

para além de um contexto violento de desigualdade, sentimentos que abriram espaço para acabar com aquele vínculo afetivo e trabalhista.

Mais uma vez afirmo que esta realidade não é particular, muitas outras obras referentes ao trabalho doméstico remunerado já haviam enfatizado tais características. No entanto, o que esta pesquisa destaca é o processo de agenciamento de si que estas mulheres construíram em suas trajetórias. Durante a pesquisa, percebi que houve uma elaboração sentimental que traz consequências para suas ações atualmente e para a formulação de suas próprias noções de injustiça, abusos e jurisprudência. Dessa forma, a migração do trabalho realizado como mensalistas para diaristas se mostra como o resultado deste processo individual de escolhas, seletividades do que seja o melhor para si.

Thays: E quando você trabalhava de mensalista você saiu porque?

Jussara: Porque ela ia ter a filha dela, ia ter neném.

Thays: hum?

Jussara: Então estava sobrecarregando demais, daí ela queria que cuidasse do neném, eu cozinhava, lavava, passava, cuidava de uma casa maior que essa aqui, daí então eu falei não ainda com neném, não.

Thays: Era sozinha.

Jussara: Sozinha, dai falei com neném não, dai falei para ela: “oh quanto a vocês, quanto aos adultos tudo bem agora com neném não tem como”. Com neném é uma atenção completamente diferente não pode é largar o neném e fazer o serviço não tem como, daí eu falei não então, vô voltar de diarista, daí o que aconteceu eu pirava muita coisa, muita coisa eu fiquei. Ela teve neném fiquei uns dois meses com o neném, ai não, não deus me livre.

Thays: Como que era?

Jussara: Não, era muita correria eu estava aqui fazendo as coisas ela gritava lá de cima, saía correndo tinha tal coisa para fazer aqui aquela coisa, roupa e nossa não, não daí chegava em casa estressada, cansada demais não dava atenção para o meu filho. De diarista assim, eu chego cansada tudo mais, assim aquela coisa, e não é aquela coisa assim todo dia você está no mesmo lugar. Isso que da sabe, igual eu estava lá e era todo dia mesma coisa, todo dia, da aquela sabe, aquele estresse na cabeça assim, como diarista não! Um dia estou aqui e outro dia estou ali, um dia mais sossegado e outro dia mais corrido, chega em casa sossegada e dou atenção para o meu filho e tal, sabe.

Assim, percebi por meio das narrativas que as trajetórias trabalhistas e pessoais se cruzam durante a vida das diaristas. Sua memória em relação ao passado se foca nos espaços de trabalho e em suas construções pessoais perante elas, principalmente quando relatavam episódios de sua infância e adolescência. As trabalhadoras que passaram pela experiência de residir junto com a família empregadora reforçam ainda mais essa característica de entrelaçamento entre sua profissão e sua vida pessoal, chegando até mesmo a perguntar se haveria alguma forma de distinção entre as duas. Dessa forma, os passos seguidos em seus caminhos foram traçados de acordo com as possibilidades que

lhes eram, limitadamente, apresentas. Como no caso das relações conjugais que estabeleceram em suas vidas, sendo concretizadas para se afastar de um espaço extremamente privativo de intensa carga trabalhista e de violências físicas, causando um intenso esgotamento emocional.

Nesse sentido, trago como um dos principais elementos do processo de subjetivação das diaristas os sentimentos e emoções que suscitaram perante suas experiências. O sofrimento narrado por Gracielen ao se reportar à pobreza de sua família, a fome, as ilusões trabalhistas que perduraram durante sua infância; a tensão vivida por Celeste ao colocar os trincos da porta para não ser abusada sexualmente; as privações e a violência doméstica sofrida por Dayana em seu casamento; os R\$100 reais do salário de Vanusa convertidos em compras no shopping; e a intensa carga de trabalho que causava uma exaustão sem limites para Jussara. Todos esses sentimentos e emoções são carregados inextricavelmente tanto nos planos pessoais, quanto nos culturais.

De acordo com Nancy Chodorow (2003) há uma intensa troca entre as emoções e sentimentos construídos culturalmente e os processos psicanalíticos individuais, que fundamentam tanto uma subjetivação pessoal quanto o processo de agência construído pelos sujeitos. Para a autora a capacidade interpretativa das significações passa pelos diferentes e idiossincráticos modos em que se desenvolvem e experimentam as emoções, que provocam uma energia, uma proposta, uma diferença e uma transformação que poderia a sua vez, enquadrar e organizar a vida política e social. Assim, há a compreensão de que o “eu mesmo” pode diferir e ter outros valores nos distintos papéis das economias psíquicas, produzindo diferentes pontos de vista nos indivíduos. Compreendendo esse processo apontado pela a autora, percebo que as emoções e experiências trazidas pelas diaristas formam o encontro interno entre as suas maneiras de interpretar os significados sociais. Para Butler (2010), estaríamos frente a novas visibilidades das posições dos sujeitos.

As fortes experiências já vivenciadas e as intensas interpretações em relação aos sentimentos que lhes sucedem ao lembrar, contar e perceber suas vidas vai ao encontro de concretização de novas atitudes e da construção de novos caminhos que lhes permitem transformar as suas vidas e sua realidade trabalhista. Quando Jussara percebe a grande carga trabalhista que se agrega com a chegada do bebê na casa de seus empregadores, ela resolve largar o vínculo empregatício e estabelecer através do trabalho de diarista uma rotina menos exaustiva. Ela o faz mesmo considerando suas

reais possibilidades, pois teria que permanecer no trabalho doméstico remunerado. Porém, mudando o tipo de vínculo trabalhista encontra outra possibilidade para sua vida. Assim, percebo que as decepções, as privações, a violência, a tristeza, as angústias, os medos, os anseios não estão apenas contidos como alegorias em uma narrativa, mas são instrumentos de transformações pessoais e sociais para cada uma dessas mulheres.

Portanto, o quadro atual em que vivem as diaristas não é o de mulheres totalmente oprimidas, que vivem em uma extrema pobreza, que se submetem a todo e qualquer tipo de ordem dos empregadores. São mulheres que conseguiram elaborar e transformar suas vidas por meio do processo de agência, que se concretiza nas formas como estabelecem o trabalho realizado em diárias. Contudo, não estou dizendo que essas mulheres não sofreram pelas diversas violências que vivenciaram, e nem pelas desigualdades encontradas em sua vida e no trabalho. Mas, justamente, as precárias situações vividas foram fundamentais para suas interpretações de si, que sustentam um processo de elaboração das emoções, conseguindo assim estabelecer escolhas e seleções para suas vidas.

Para que esse quadro seja melhor visualizado, sigo analisando como se estabelecem as escolhas e seleções e como se dá trabalho das diaristas, seus afetos e suas percepções trabalhistas.

5.2 ESCOLHAS E SELEÇÕES: A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO CAMINHO NO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO

Ficou evidente nesta pesquisa que estas mulheres se sentiam mais “realizadas” e mais autônomas estabelecendo um vínculo de trabalho construído em diárias. Muitas razões fundamentavam esta realidade, como um bom relacionamento com seus empregadores, ter liberdade para fazer as tarefas domésticas do seu jeito e gosto, ter uma renda maior e possuir mais autonomia frente aos abusos trabalhistas. Percebi então, que as diaristas entrevistadas escolhiam onde e para quem iriam trabalhar, assim como estabeleciam para si os limites para terem uma vida que consideravam melhor.

Assim, há duas características em relação a estas escolhas que precisam ser evidenciadas. A primeira delas se refere ao fato destas mulheres escolherem estar empregadas na categoria profissional do trabalho doméstico remunerado, pois quase

todas já obtiveram oportunidades de trabalhar em outros ramos trabalhistas. A segunda se mostra nas escolhas e seleções das casas das quais querem trabalhar, sendo justificadas pela distância a se percorrer, o tamanho da casa a se limpar, se há muita bagunça para arrumar, se há uma relação harmoniosa com seus patrões, etc. Portanto, estas duas características se tornam o fundamento uma da outra; pois quando há a possibilidade de dizer “não”, o trabalho se torna mais leve e menos injusto em suas concepções, fazendo com que permaneçam nesta categoria profissional.

No entanto, é importante ir além, e perguntarmos por quais parâmetros estas escolhas e seleções são realizadas. Absolutamente, a resposta não se encontra somente na maior renda mensal, na distância percorrida ou no bom relacionamento com seus empregadores – visto que algumas delas nem ao menos conhecem pessoalmente seus patrões. Assim, quando refleti sobre as histórias que haviam me narrado e percebi que as suas ações, escolhas e seletividades são resultado do processo de elaboração dos sentimentos e das diversas interpretações que realizaram sobre suas experiências, que pautam e modelam um novo caminho trabalhista e, conseqüentemente, uma nova trajetória de vida para essas mulheres.

A socióloga Arlie Hochschild (2008) traz, por meio do seu conceito de “elaboração dos sentimentos”, uma perspectiva sobre como nos sentimos frente a determinadas ocasiões sociais. Este conceito não se restringe apenas a um olhar goffmaniano sobre as interações sociais e as manipulações utilizadas pelos sujeitos em relação às expectativas acerca de uma determinada situação. A autora vai além, e inclui as noções psicanalíticas sobre os impulsos inconscientes das emoções. Sendo assim, o conceito se baseia na ideia de que os sujeitos estão inseridos em uma lógica que aborda tanto a compreensão do próprio sentimento, como a consciência de que existem regras nas quais estes podem ser enquadrados; e que estas regras podem fazer com que os sujeitos elaborem seus sentimentos de acordo com as estruturas sociais.

De acordo com Hochschild (2008) os indivíduos põem em funcionamento um sistema de elaboração emocional para facilitar algumas situações. Este conceito sugere que a elaboração das emoções é um processo que pode ser efetuado pelo “eu” em si mesmo ou o “eu” nos demais e vice versa. Neste caso, diz a autora, o indivíduo é consciente de um momento de discrepância entre o que se sente na realidade e o que gostaria de sentir (processo que, por sua vez, resulta em efeitos do que se deveria sentir em determinadas situações). Em resposta, o indivíduo pode amenizar esta diferença

elaborando suas emoções e sentimentos, no entanto, este ato tanto pode ser realizado em cinco minutos, como pode se levar um esforço de uma década para concretizá-lo.

Existe um esforço de “trocar” de sentimento, sair de um estado em que se sintam tristes e passem a se sentir felizes, por exemplo. E esse esforço pode ser descrito e percebido de diversas maneiras, desde cognitivas e corporais, até processos internos de subjetivações em relação ao que se quer sentir frente a determinadas realidades sociais. (HOCHSCHILD, 2008). Esse aspecto pode ser pensado para as diaristas tanto nos elementos e sentimentos desencadeados pelos sofrimentos e desigualdades, como também em situações momentâneas, aspectos do acaso que carregam abusos e injustiças os quais não querem viver.

A elaboração das emoções está no plano da consciência, quando os sentimentos do indivíduo não estão de acordo com uma determinada situação, ou quando esta não legitima os sentimentos experienciados. Contudo, quando, de alguma maneira, rompe-se esta consciência tripartida entre a situação, o marco social convencional e o sentimento, entram em cena as regras de elaboração. Nestes momentos, as convenções normativas se manifestam em grandes proporções. Em seu interior os indivíduos aprendem como equalizar os sentimentos com as regras sociais a seu favor e a sua maneira. (HOCHSCHILD, 2008).

Além da obra de Hochschild (2008), Nancy Chodorow (2003) apresenta um forte argumento em relação aos processos de agência que os indivíduos podem traçar em suas trajetórias. A autora busca, na antropologia a interpretação dos significados e símbolos sociais, e na psicanálise contemporânea uma resposta para o fortalecimento individual frente a determinadas situações sociais. Ela considera as experiências como pontos de possíveis reinterpretações individuais, que vão ao encontro das novas emoções e sentimentos suscitados nas ações humanas.

Sendo assim, acredito que as diaristas entrevistadas passaram por um processo de interpretação de si em relação às suas trajetórias (que neste caso, são interligadas pelas relações trabalhistas). Estes processos consideram os sentimentos e emoções vivenciados em suas experiências, como já foi dito anteriormente. Assim, estabelecem em suas vidas hoje outras noções de trabalho que lhes possibilitem um caminho emocional de acordo com as suas próprias realizações.

No entanto, como diz Hochschild (2008), os sentimentos também são pautados e concretizados de acordo com as normas sociais. Assim sendo, as ações, escolhas e

seleções realizadas pelas diaristas estão agregadas à diversas outras delimitações, sendo também produtos da equalização feita entre a normatividade, os sentimentos e a situação.

Portanto, o fortalecimento individual é compreendido por meio do processo de subjetivação, que considera as diversas interpretações dos sentimentos que as diaristas vivenciaram em suas trajetórias. E a concretização desse fortalecimento se dá através das ações, seleções e escolhas realizadas em seu trabalho. O ato de “escolher” e “selecionar” predispõem situações em que dizem “não” para determinadas condições trabalhistas. Este ato de dizer “não” se agrega à elaboração dos sentimentos, ou seja, estas mulheres constroem relacionamentos trabalhistas de acordo com os sentimentos que querem sentir, sendo que estes estão agregados às diversas situações que lhes são apresentadas. Como, por exemplo, a escolha de se manterem como diaristas frente à possibilidade de estarem empregadas como trabalhadoras domésticas mensalistas, com todos os seus direitos consentidos. A escolha muitas vezes é justificada pela maior renda, pelo cansaço e pelas imensuráveis tarefas que precisavam fazer, mas, para além disso, esta escolha se baseia na noção de valorização pessoal, que já foi por diversas vezes suprimidas nas relações trabalhistas anteriores.

Thays: se fosse pra você trabalhar de mensalista de novo você trabalharia?

Celeste: Não!

Thays: Por quê?

Celeste: Porque eu acho assim, que agora é completamente diferente, não me vejo mais presa uma casa só, todos os dias na mesma casa, todos os dias as mesmas pessoas, não me vejo mais assim, sabe? Tendo que tomar conta de uma casa inteira assim. E todos os dias a mesma coisa. Rotina todo o dia no mesmo lugar, todos os dias a mesma coisa, não me vejo assim mais, eu não voltaria mais agora como mensalista.

Thays: O que você acha a principal coisa que diferencia mensalista de diarista?

Celeste: Salário, né?

Thays: Salário!

Celeste: O cansaço muda também, pelo seguinte: porque numa casa que você trabalha como mensalista, porque eu acho assim, você tem o compromisso ali de fazer tudo: você lava, passa e cozinha. E quando você está numa casa todo dia, é, você acaba cansando demais, você acaba se cansando das mesmas coisas. Aí você já fica pensando o que vai fazer no almoço do dia seguinte, você tá preparando o almoço aqui e pensando o que é que vai ficar pra janta, ou se vai ter um jantar já está pensando lá na frente. Então acaba se tornando cansativo por isso...sabe aquela rotina, de todos os dias, pensar o que vai ser diferente, pensa...não pode repetir a mesma comida, repetir o jantar.. você acaba cansando porque querendo ou não você se torna assim, você tá cozinhando e tá no tanque. Você esta estendendo roupa tem que ver a panela, você esta com a máquina ligada e está no fogão. Tua cabeça acaba dando um nó. Então já não me vejo mais nisso agora. Você vai sair arrumar, limpar... tem banheiro pra limpar, roupa pra passar, você acaba fazendo assim muita coisa, ao mesmo tempo, trabalhando como mensalista. Você acaba se

desdobrando ali. Eu acho que hoje em dia isso não compensa mais. Você se matar por tão pouca coisa. Entendeu? Você se desdobra, faz muita coisa e acaba tendo muita responsabilidade em cima de você, que não vai te compensar depois, porque não vão dar o valor depois.

No relato de Celeste compreendo que a escolha em realizar os seus trabalhos em diárias, tendo cada dia uma casa para arrumar e novas pessoas para se relacionar, se justifica por ela não querer mais sentir todo o cansaço das incontáveis tarefas, da rotina, da carga de trabalho e, principalmente, para não se sentir tão desvalorizada em relação a todos os serviços prestados. Dessa forma, há uma elaboração sentimental que a faz dizer “não compensa”, em função dos desgastes emocionais e físicos, que estão inseridos nas delimitadas situações em que esta elaboração se forma; ou seja, frente a realidade do trabalho realizado como mensalista, esta mulher rompe com os marcos sociais que leva consigo e elabora, de uma maneira qualitativa, um trabalho que lhe proporcione um bem estar sentimental.

Assim sendo, a elaboração das emoções dá as bases para diversos outros “nãos” encontrados nas narrativas destas trabalhadoras, que passam a realizar um trabalho no qual se sintam bem, valorizadas, bem remuneradas e que lhes garantam liberdade e autonomia.

Thays: E você tá fazendo só duas ou três por semana?

Bernadete: Sim, porque eu quero! Porque quarta e sexta eu não faço.

Thays: esses dias já são seus.

Bernadete: esse já é meu, esses dias eu dedico ao meu lado espiritual, ao meu serviço voluntário como testemunha de Jeová. Então quarta e sexta eu não vou.

Thays: e isso já é uma escolha...

Bernadete: isso já está determinado na minha vida isso.

Thays: uhum.

Bernadete: e os outros dias eu trabalho para mim, tem que me sustentar...

Na narrativa de Bernadete fica explícito que suas escolhas não se baseiam apenas nos relacionamentos trabalhistas, mas são determinadas pelas ações que lhe trazem um benefício pessoal. Não querer trabalhar durante dois dias na semana para se ocupar com o seu lado espiritual, nos mostra que o trabalho de diarista lhe possibilita garantir um estado de bem estar em sua vida. Dessa forma, benefícios são encontrados nesta forma de trabalho, ter mais tempo para ficar com os filhos, fazer trabalhos na igreja que frequenta, não ter que se submeter a todo e qualquer tipo de ordem, ou qualquer casa para arrumar. Essas mulheres conseguiram estabelecer um padrão de motivações sentimentais, que as fazem ficar, ou não, em determinadas residências ou

em determinadas ocupações. Neste sentido, dizer “não” a um poder reiterativo das submissões e, ao constituírem outros processos, elas “desmascaram” as lógicas de saberes e verdades que se invisibiliza. Esses são efeitos de um poder pautado em estratégias e tecnologias discursivas, cujos efeitos são a legitimação da ausência de direitos. (FOUCAULT, 1990).

A maior parte destas trabalhadoras já havia se empregado em outras categorias profissionais, como garçonetes, operárias em fábricas, trabalhavam na lavoura ou como cozinheiras em restaurante. Mas, estabeleceram medidas de ganhos e benefícios e escolheram voltar a trabalhar como diaristas, essas medidas não se explicam pelas noções de garantias de direito e sim pela maneira como o trabalho as afeta em seu cotidiano. Assim, percebem que o trabalho feito em diárias lhes garantem maior tempo com a família, maiores possibilidades de barganhas em relação aos horários de trabalho, maior segurança e relações trabalhistas harmoniosas.

Dayana: Eu já trabalhei como garçoneiro em um bar lá no centro. A carteira era assinada, pagava o vale transporte, mas não dava.

Thays: não dava o que?

Dayana: era muito ruim. Eu tinha que trabalhar lá até de madrugada daí, aguentar home bêbado mexendo comigo daí. E ainda ganhava um salário, que era de R\$ 600,00 reais né, aí tirava INSS, tirava mais um tanto de coisa e ficava com praticamente R\$500,00 né. E lá ainda tinha que limpar o banheiro antes de ir embora, os copo sujo, né. E assim, com \$500,00 reais e três filhos não da pra mim viver, e de diarista R\$500,00 eu tiro em duas semanas de trabalho, diretão assim, de segunda a sexta dá para tirar. E to em casa seis horas. E não tem que ficar na rua até tarde, que eu tinha medo também, o ponto num era perto. Fico com meus filhos né no final de semana, descansa mais também. E não tem que aguenta patrão chato.

Dessa forma, percebo que o medo de voltar tarde para casa, passar mais tempo com os filhos e não ter que se submeter a ordens rígidas de seus empregadores, traz uma lógica maior em relação a valores e benefícios do que as garantias de direitos estabelecidos pela carteira de trabalho assinada. Além disso, na realização do trabalho em diárias, estas mulheres conseguem manter seus limites emocionais frente a determinados quadros trabalhistas.

Outra característica que se mostrou evidente na decisão de se manter trabalhando ou não em algumas casas, por todas as diaristas, se referia ao trajeto a se percorrer para o trabalho. As narrativas eram marcadas por um intenso desgaste físico e emocional em relação ao transporte público, pois não havia ônibus em horários regulares que passassem perto de suas casas, normalmente o encontravam muito cheio e quando precisavam ficar mais de duas horas no trânsito as consequências em sua vida cotidiana

eram afetadas, pois me relataram que chegavam sem paciência em casa, demasiadamente cansadas e estressadas. Assim, elas deixavam claro que se precisassem ficar muito tempo no trânsito ou pegar mais de três ônibus para chegar ao trabalho desistiam de ir para aquele empregador.

Bernadete: três e meia, quatro horas eu já estou saindo. Então eu não pego aquele trânsito pra vir embora. É tranquilo pra vir embora. Porque a pior coisa é aquele trânsito né, aquele horário de pico pra vir embora nessa BR é muito difícil. Fico empacada ali no ônibus. Não é fácil pegar ônibus. Agora melhorou um pouco porque eles puseram ônibus grande na linha, porque não tinha, mas tinha dias que ele passava ali e não parava onde eu pego. Ele já vinha lotado. Daí tinha que esperar o próximo. Às vezes o próximo também não parava. Teve vezes de eu sair 6:30 e pegar o ônibus 7:00. Porque vem e não consegue entrar.

Pesquisadora: uhum

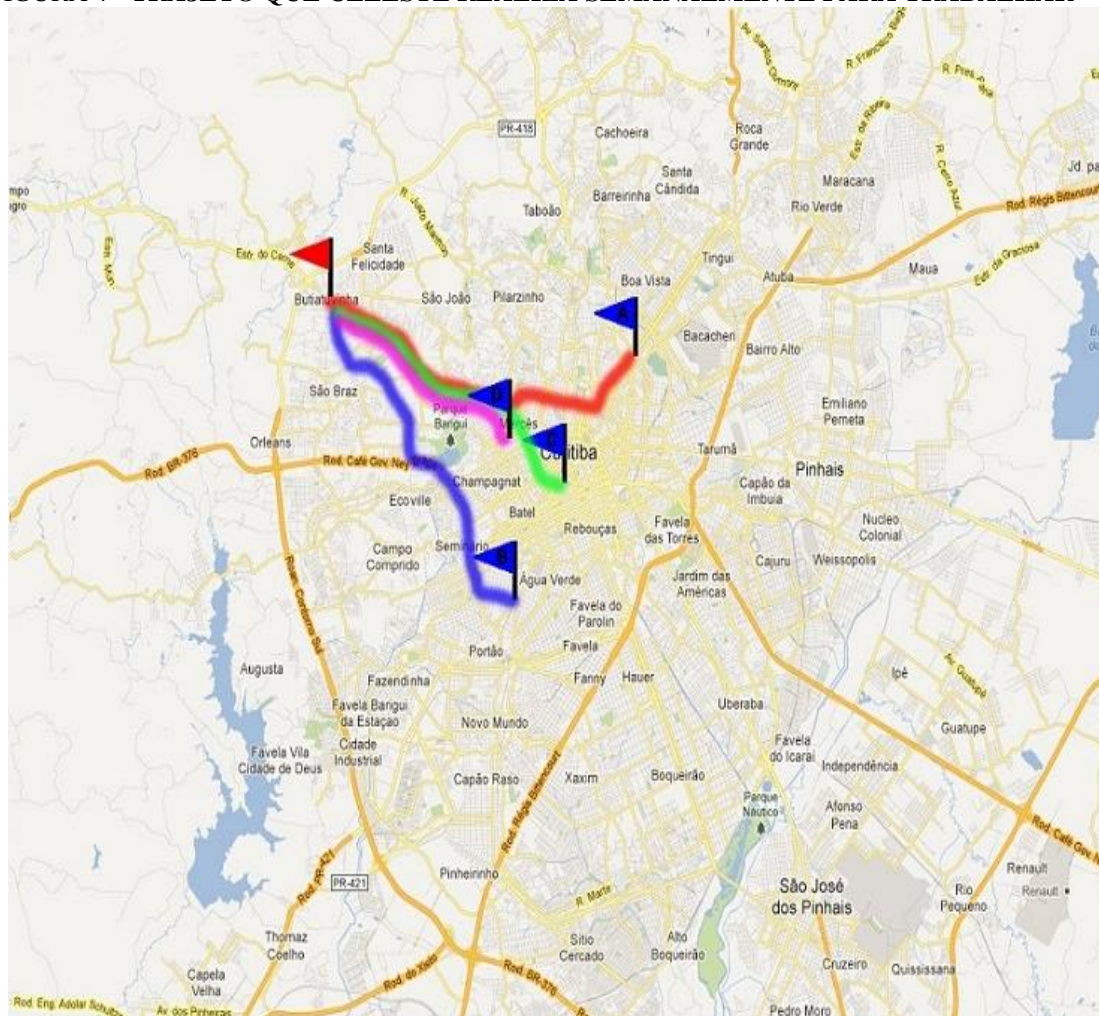
Bernadete: Então tudo isso desgasta.

Pesquisadora: é

Bernadete: E depois na hora de vir embora aquele sofrimento. Pra mim poder embora. Olha, esse último que eu estava ali que eu fiquei só 3 meses ali com ele, ali perto do TRE. É facinho dali. É um pulo. Pra vim do TRE aqui né? Mas devido ao trânsito é duas horas pra chegar em casa. Então era a mesma coisa que se eu tivesse lá no centro. Em termos de tempo né. E não dá, eu chegava e nem via meu filho.

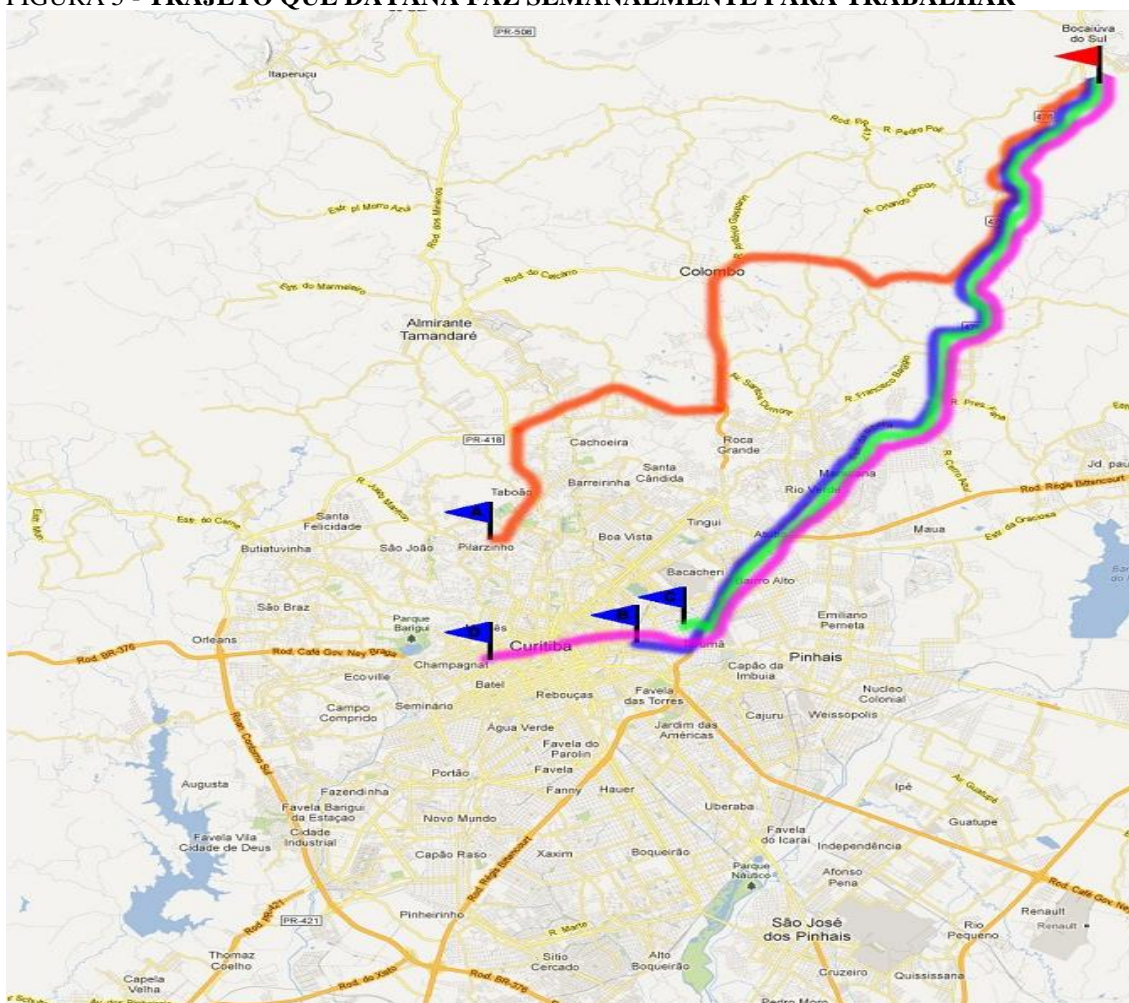
Além do relato de Bernadete, ainda trouxe dois mapas que indicam os trajetos que algumas outras diaristas percorrem durante sua semana de trabalho, saindo de suas casas até a casa de seus empregadores. Para assim visualizarmos tanto o caminho a se percorrer, como os muitos trajetos a se fazer semanalmente.

FIGURA 4 - TRAJETO QUE CELESTE REALIZA SEMANALMENTE PARA TRABALHAR



FONTE: THAYS ALEMIDA MONTICELLI, 2012

FIGURA 5 - TRAJETO QUE DAYANA FAZ SEMANALMENTE PARA TRABALHAR



FONTE: THAYS ALMEIDA MONTICELLI, 2012.

Como a maior parte destas trabalhadoras reside nos bairros de periferia da cidade, além de percorrerem em média 20km por trajeto, estas mulheres contam com um transporte público precário. São poucos os ônibus que passam em seus bairros, em horários limitados e que, habitualmente, carregam um número exacerbado de passageiros. Dessa maneira, a locomoção para as casas de seus empregadores, que ficam nos bairros centrais e de classe média de Curitiba, se tornam demasiadamente cansativos, pois essa má estrutura do transporte público acaba demandando um tempo o qual não estão dispostas a perder. Assim, essa característica se torna um dos principais fundamentos de suas escolhas e seleções.

Além do transporte público, outras características que as diaristas também consideram abusivas em seu cotidiano são suprimidas em suas escolhas e seleções. Não foi incomum ouvir relatos de casos em que não quiseram voltar a trabalhar em

determinadas residências, seja porque alguém falou de um jeito com o qual não concordam, ou a casa estava muito bagunçada, ou porque não lhes deixaram almoço, café ou lanche. De tal modo, que as diaristas não se questionavam muito quando não gostavam daquele ambiente trabalhista, não realizando todas as tarefas a serem feitas ou não retornando na semana seguinte.

Vanusa: ah, não. Eu trabalhei, eu to falando a verdade, para uma médica semana retrasada.

Thays: hum.

Vanusa: aí na outra quinta ela queria, só que eu não gostei de trabalhar para ela.

Thays: por quê?

Vanusa: não gostei porque é muito bagunçado também, é muito porca.

Thays: o que é muito porca? Muito bagunçada?

Vanusa: nossa, mãe do céu. (risos) [...]. Não, mas tudo tava para arrumar e para limpar! O que eu pude fazer que é derrubar o guarda roupa até embaixo e arrumar tudo, armário de lavanderia tirar tudo e limpar e guardar tudo de novo, o que eu pude fazer eu fiz. Mas ela não achou ruim, ela falou “faz o que você puder”.

Thays: uhum.

Vanusa: mas só que eu não gostei porque ela falou assim “na hora que você por em ordem eu só vou querer uma vez por mês”. Então ela queria que eu arrumasse, aí depois eu não ia mais? Aí ela “você vem Vanusa” e eu “não, muito obrigada, vou arrumar outra para você”. Aí eu indiquei uma bem boa ali, mas ela não ligou não, eu indiquei uma conhecida minha.

Maria José: ah, já faz tempo...eu fui na casa dela duas vezes só. E a primeira vez que eu fui ela me deixou sozinha, aí ela fazia faculdade né.

Thays: uhum.

Maria José: aí deixou a chave pra mim entregar para o porteiro, aí beleza, eu limpei a casa e tudo, ela ligou lá em casa “ah, gostei, daí você pode vir de novo?” eu falei “posso”. Daí eu fui, mas o marido dela estava lá e ele começou a invocar né, porque ela falou “eu quero que você faça a limpeza para mim, eu não passo roupa” e tem gente que não passa roupa mesmo. Aí ele: “a minha roupa você tira no varal para mim, dobra e coloca no armário certinho para mim? Você separa as miúda da grade” Ele mostrou tudo para mim lá, aí ele chegou e queria que eu passasse a roupa, “é, mas você vai ter que passar roupa” - “mas a tua mulher falou que ela não passa a roupa, porque eu tenho que passar roupa?” Aí eu peguei, desci lá em baixo, entreguei a chave para o porteiro e falei “faz um favor, avisa ela que eu não venho mais”. Foi isso que aconteceu.

Essa característica de dizer “não” na própria execução do trabalho também se refere às noções de valorização pessoal frente a determinadas situações as quais consideram excessivas. Dessa forma, estabelecem limites das tarefas que querem realizar, assim como se determinam a não aguentar certos tipos de comportamento advindos de seus empregadores. Elas se mantêm em uma postura mais autônoma e seletiva, não se permitindo mais humilhações, aborrecimentos e depreciações.

Jussara: Oh, teve uma que eu trabalhei e também não gostei, é tem uma que eu trabalhei aqui, por aqui, fiquei 6 meses sai faz umas duas semanas que eu sai dai

Thays: uhummm

Jussara: Não gostei

Thays: Por quê?

Jussara: Porque assim, assim eu estava limpando a casa lá tudo ai ela tem uma filha. A filha levantou, eu estava fazendo barulho com o aspirador, a filha levantou e falou assim “oh diarista de bosta, fica fazendo barulho”. Nossa, tipo assim, eu não sou de responder ,eu não respondo, eu fico queta, e eu não era já a primeira vez. Aí falei não, eu já tinha sabe nos primeiros dias eu já não tinha gostado, mas como dizem né por ela, porque ela mulher, a mãe era muito legal sabe, mas a menina daí. Foi a casa que eu não gostei . E imagina falar “oh, diarista de bosta”. Como se eu fosse poxa, tudo bem eu estava sendo paga para limpar a sujeira dela né, então ela falou assim no tom, “poxa estou dormindo da licença”, né não pegar e xingar, achando que é o que, quem me paga é a mãe dela não precisava, dai fiquei muito chateada e saí.

Portanto, as escolhas e seleções apresentadas nesta pesquisa se referem às ações que as diaristas concretizam em seu cotidiano, estabelecendo pesos e medidas em relação aos benefícios encontrados no trabalho doméstico remunerado em relação a outras categorias profissionais, priorizando as relações com os filhos, com seu lado espiritual, com o lazer e, principalmente, consigo mesmas. Pois estas mulheres não se submetem mais a todo e qualquer tipo de ordens de seus empregadores, não realizam as tarefas que consideram abusivas e nem permanecem em um determinado emprego quando se sentem completamente desvalorizadas. Nesse sentido, as escolhas e seleções são pautadas em seu bem estar, concretizando um novo caminho em suas trajetórias que não se apresenta mais pelas características que vivenciaram em seu passado.

A elaboração dos sentimentos ocorre no plano de concretizar novos relacionamentos trabalhistas por meio dos diversos “nãos” estabelecidos pelas próprias diaristas. Os sentimentos de Dayana ao trabalhar de madrugada, nos finais de semana e estando em um ambiente do qual não gostava; a desvalorização sentida por Celeste nas imensuráveis tarefas e responsabilidades que tinha enquanto mensalista; o sentimento de descaso sofrido por Vanusa ao se deparar com uma casa muito bagunçada, a qual arrumaria e logo seria dispensada; o sentimento de raiva de Maria José pelas tarefas ditas-não ditas; e a chateação de Jussara frente a um insulto da filha de sua empregadora.

Frente a todas estas situações, essas mulheres não ficaram paralisadas, mesmo ainda inseridas em relações trabalhistas marcadas pelas diversas desigualdades, conseguiram sair desse contexto de opressão e estabelecer novos caminhos pautados nos

sentimentos que querem sentir, ou seja, os diversos “nãos” impostos por elas estão associados às escolhas que lhes fazem se sentir bem, não mais se submetendo a episódios que lhes causam um esgotamento emocional.

Portanto, a elaboração sentimental realizada pelas diaristas se forma devido às diversas experiências que passaram em suas trajetórias. Os parâmetros estabelecidos para dizer “não” estão vinculados com todos os desgastes em relação aos abusos, desvalorizações e humilhações que já sofreram em suas vidas. Não se subjugando e se submetendo a relações de trabalho em que se sintam exploradas, mal remuneradas e inferiorizadas. Portanto, as escolhas e seleções são feitas de acordo com situações nas quais querem permanecer, enfatizando o seu bem estar e sua autonomia em relação a estes trabalhos.

Perante estas narrativas, compreendo que estas trabalhadoras estabeleceram vínculos de trabalho que lhes dão maior autonomia frente a suas próprias vidas e em relação aos relacionamentos com seus empregadores. Ao nos depararmos com toda essa “racionalidade sentimental” que elaboraram em seu cotidiano, seria inegável pensar que os afetos construídos nessas relações trabalhistas se acabariam ou se tornariam menos intensos. Todavia, percebi que os afetos também estão agregados a estas escolhas e seleções, pois, se de um lado elas dizem “não” a determinadas situações, há outras das quais elas dizem “sim”. Os relacionamentos trabalhistas selecionados pelas diaristas são embasados em diversas formas de afetos, valores e benefícios.

5.3 “QUANTO VALE UMA DIÁRIA?”: A ECONOMIA DOS AFETOS E DA GRATIDÃO

As escolhas e seleções desenvolvidas pelas diaristas fazem com que elas excluam de sua rotina de trabalho abusos, humilhações e relações trabalhistas das quais não se sintam bem. No entanto, estas mulheres permanecem empregadas neste trabalho e as casas nas quais realizam as diárias também são o resultado dos “pesos e medidas” que estabelecem em suas vidas.

Há duas características que as diaristas valorizam e que as fazem permanecer em determinadas residências ou não: quanto seus empregadores pagam pelo dia de serviço, e as relações harmoniosas e afetivas que são construídas com eles e com os espaços residenciais.

Muitas vezes encaramos estas duas características – dinheiro e afeto – como opostas e que não deveriam estar interligadas nas ações e relações humanas. Existe um ideal que coloca as relações íntimas, dos cuidados e dos afetos como “puras”, sendo estas corrompidas pela inserção das trocas monetárias. De acordo com as concepções weberianas, um mundo racionalizado e eficiente é levado pela objetividade e por critérios neutros. (ADELMAN, 2011). Porém, alguns autores da sociologia contemporânea vêm reconsiderando estas dicotomias e estabelecendo novas fronteiras acerca dos relacionamentos trabalhistas e familiares.

Viviana Zelizier (2009) nos mostra que os sentidos do dinheiro são plurais em nossa sociedade, assim é necessário que compreendamos efetivamente os fluxos monetários em visões mais amplas. Visões que considerem os vínculos e práticas monetárias com as relações sociais e os universos culturais. Segundo a autora, as pessoas diferenciam em geral as formas de transferência monetária segundo suas próprias definições. Adotamos símbolos, rituais, práticas e formas fisicamente diferentes de dinheiro para assinalar distintas relações sociais. Justamente quando a intimidade está envolvida, as relações de trabalho se tornam mais complexas, pois as desigualdades também dão sustentabilidade para estes relacionamentos trabalhistas.

Assim, ela acredita que as pessoas se vêm envolvidas cotidianamente em diferenciar as relações sociais. Elas realizam um trabalho relacional que inclui os laços mais íntimos e afetivos. Entre outros indicadores, usam distintos sistemas de pagamento para crer, definir, afirmar, desafiar e anular estas distinções. Quando as pessoas possuem conflitos em relação aos diversos tipos de pagamento, entra em cena a discussão a respeito de se a forma de pagamentos está ou não adequada para determinadas relações. No caso das diaristas, entra em questão a distinção entre uma remuneração, um direito ou um dom. Quando se paga um valor maior do que o estipulado pelo mercado por uma diária, isso é uma demonstração de valor em função dos serviços prestados ou se está demonstrando uma generosidade?

Uma das diaristas entrevistadas havia trabalhado por dezesseis anos como mensalista na mesma residência, com o passar do tempo as crianças da casa se tornaram adultos, casaram e os pais não precisavam mais de uma trabalhadora doméstica remunerada todos os dias. No entanto, Celeste continua fazendo o trabalho como diarista na casa dos filhos destes empregadores, e nestes locais é onde ela recebe a maior quantia pelo dia de trabalho.

Thays: E como é trabalhar uma vez na semana para ele?

Celeste: Ah é bacana, porque... é como se você estivesse voltando pra casa de novo, né. Você chega lá você vai encontrar ele, o menininho, o meu sobrinho que vem me receber, que me chama de tia Celeste, então você já tem o esquema da casa. Você entra como se fosse dona da casa mesmo. Como se estivesse voltando pra casa de volta. Então é gostoso isso é bacana, porque a gente conversa bastante. Eu converso muito com ele. A gente acaba conversando, ele acaba é desabafando comigo também, falando algumas coisas né? Que já é do costume! Então é muito bacana!

É demonstrado por meio da narrativa de Celeste que os vínculos afetivos que possui com esse empregador são demasiadamente fortes, que interferem até mesmo nas suas noções de “lar”, de história pessoal e em sua própria concepção de sujeito. Nesse caso, ela recebe uma quantia de R\$120,00 por dia de trabalho, o valor mais alto que encontrei nesta pesquisa. Dessa forma, acredito que esta remuneração é estabelecida pelas duas características colocadas por Zelizier (2009). Este pagamento se refere à valorização tanto dos serviços prestados como dos laços afetivos construídos e mantidos por todos estes anos.

A renda média por dia de trabalho em Curitiba-PR é de R\$80,00. Algumas barganhas eram realizadas em cima deste valor, como por exemplo, o vale transporte ou se a diarista percebesse que seus empregadores tivessem uma casa grande e bons carros elas cobravam mais, pois de acordo com Gracielen “quem tem mais dinheiro, paga mais”. Apesar do cálculo de Gracielen parecer o mais justo, outros benefícios entravam nestes mecanismos de trocas monetárias e afetivas dentro das relações de trabalho estabelecidas por essas mulheres.

Marcel Mauss, no Ensaio sobre a Dádiva (1974), explora a maneira que algumas sociedades – da Melanésia, Polinésia e do noroeste americano – realizam suas transações humanas, enfatizando a inserção da dádiva nas análises do Direito e da Economia. Nestas sociedades, o intercâmbio de dons funcionava como uma forma de diplomacia e concentrava fortes obrigações de “dar, receber e corresponder”. A troca de dons realizada entre indivíduos particulares na sociedade moderna acarreta significados pessoais. Esta lógica inclui uma sociedade individualista de mercado, pois os significados pessoais e dos dons são surpreendentemente culturais. Dessa forma, juntamente com o dom se agrega “um pouco” do doador, estabelecendo uma dívida que só é suprimida com outro dom, seguindo uma noção de “reciprocidade da dádiva”.

No contexto encontrado em Curitiba acerca das reciprocidades entre empregadores e diaristas, há uma noção muito forte que envolve por vezes gratidão,

relações econômicas e monetárias, afetos e autonomia. Como analisar estas “equivalências” e ambivalências?

No livro “La mercantilización de la vida íntima: apuntes de la casa y el trabajo” (2008), Arlie Hochschild nos mostra um outro conceito que leva em consideração as trocas monetárias envolvidas nas diversas relações sociais. O seu conceito de economia da gratidão é fundamentado pela ideia de que as pessoas avaliam, conscientemente ou não, as coisas que ganham e recebem quando estão inseridas nas relações íntimas. Ela percebe que usualmente as pessoas utilizam-se dos recursos materiais como dádivas e declarações de gratidão em relacionamentos puramente afetivos. Nestes intercâmbios de afetos, dinheiro, tempo e atitudes há sempre complexidades, pois quando se fala em trocas simbólicas as equivalências nunca são verdadeiramente iguais. (ADELMAN, 2011).

De acordo com este conceito de economia da gratidão formulado por Hochschild (2008) compreendo que há outros símbolos inseridos nas relações entre diaristas e seus empregadores, que as fazem escolher e selecionar alguns trabalhos. Muitas vezes estas escolhas contradizem o que disse anteriormente sobre os “nãos” impostos aos abusos trabalhistas. Mas, na verdade, algumas relações abusivas não são consideradas com os mesmos pesos quando estão em uma casa na qual estabelecem um convívio harmonioso, em que podem contar com ajudas e compreensões. Em troca destes “benefícios”, realizam tarefas e serviços que não aceitariam em outro contexto empregatício.

Nicéia: esses meninos mesmo que eu ia na Dona Eva, os filhos da Dona Eva, eles bebiam demais sabe, aí imagina o que acontece né, passavam mal...

Thays: aaaaiii, você tinha que limpar banheiro de gente que passou mal?

Nicéia: nossa bem, neles não davam, tinha já que ir catando a luvinha e ir embora...porque...e estômago né.

Thays: e estômago.

Nicéia: pra ver aquilo, daí as vezes eu mostrava assim né, daí ela ia lá e ajeitava antes d' eu ir lá sabe, os menino era complicado mesmo. Aí, não sei como podia beber aqueles menino, bebia demais mesmo, bebe né! Daí acho que não tem como não passar mal né. (risadas).

Thays: é, bebendo bastante. E mesmo assim você gostava de ir lá, você gostava da Dona Eva.

Nicéia: uhum. Ah, por causa dela.

Thays: você gostava dela porque ela...

Nicéia: ah, os meninos também né. E teve uma época aqui também, e ela era muito prestativa aqui também.

Thays: hum.

Nicéia: que ano passado, ééé, roubaram, acho que, mil e quinhentos da conta do meu marido sabe. Tipo era todo o pagamento dele do mês, daí eles pegaram e clonaram o cartão dele e daí, tipo, ela que começou a correr atrás

pra mim. Daí ela chegou pra mim e disse: meu deus do céu! Você vai lá, você pega, vai no PROCON, faz isso, faz aquilo, foi ela que me orientava sabe.

Thays: foi ela quem te ajudou.

Nicéia: uhum. Daí um dos menino lá, ele ta fazendo Direito né, daí ele me orientou tudo o que eu tinha que fazer, como é que eu tinha que falar com o gerente tudo certinho né, porque ele também não tinha tempo, não tinha como ele...daí eu que corria atrás pra ele né, daí a audiência, tudo, daí eu faltei na audiência, daí ela compreendeu sabe, daí ela nem descontou o dia também, o dia que eu fui na audiência. São essas coisas assim. Daí quando veio assim, quando ele conseguiu tirar o extrato de onde eles tinham gastado, os menino que foram lá pra mim e viram na internet tudo, tudo os lugares onde eles foram, aí eu achei assim bem legais...

Portanto, nessa economia de gratidão estão agregados outros símbolos para além do dinheiro, símbolos estes que são as bases de um bom relacionamento para elas, o que garante permanecerem trabalhando nestas casas, ou não. Apesar de ter que lavar um banheiro todo imundo, Nicéia não vê isso com a mesma rigidez como se estivesse trabalhando em uma casa em que seus empregadores não a tratavam bem, não a ajudassem e que não compreendessem suas necessidades.

Além disso, existe um valor agregado na diária que lhes dão subsídios para manter essas escolhas e seleções, o valor pessoal. Essas mulheres trabalham em casas em que se sintam valorizadas, e que seus trabalhos sejam reconhecidos. Assim, entram nesse jogo de gratidão as expressões de afetos e reconhecimentos.

Bernadete: Que elas me chamam "Não, venha, não deixe de vir tá?". Saber que ela conhece meu serviço. Porque eu lembro que a gente, que eu trabalhava fora e o patrão nunca chegou a elogiar meu serviço, você dá o teu sangue lá pelo local de trabalho, pela empresa, mas o patrão não reconhece isso. Com elas é diferente. Entende? Eu vejo pela dona Sheila, a dona Sheila é um carinho imenso comigo. Entende? Pelo meu serviço, pela maneira que eu faço, que eu cuido da casa do filho dela. Entende? Então é um serviço reconhecido. Pelo menos essas que, pelas quais eu trabalho reconhecem meu serviço. Eu não tenho do que reclamar delas.

Thays: E como que é o carinho assim, que a dona Sheila tem por você?

Bernadete: Eu chego lá, ela me abraça, ela me beija, ela me deseja um bom dia, me deseja paz. Quando ela vai embora mesma coisa. E eu limpo ela "ai como ficou bonito, olha como a casa do meu filho tá cheirosa..." entende?

Nesta economia da gratidão as trocas simbólicas afetivas são imensas, pois se um de um lado elas agradam seus empregadores pela casa limpa e pelos serviços aos seus gostos e jeitos, de outro os empregadores lhes dão o reconhecimento esperado, seja ele financeiro ou afetivo. Nesse sentido, as relações trabalhistas desenvolvidas pelas diaristas carregam não só uma racionalização do tempo, dos serviços prestados e das rendas adquiridas com este trabalho, mas relações de recolhimentos, afetos e valorizações.

Outra característica que era muito evidenciada por estas trabalhadoras se refere à autonomia em fazer as tarefas da casa, assim não gostavam de ordens rígidas e patroas que não ficavam satisfeitas com o seu serviço. Entrava nessa lógica de “reciprocidade da dádiva” a confiança – se de um lado a diarista faz todas as tarefas pedidas, do outro o empregador não pode reclamar de como foi feito, é necessário ter confiança na maneira como realizam o trabalho.

Celeste: Então tipo assim, tem a casa da Joyce, quando eu vou eu passo roupa, mas é roupa dos 2 que não dá uma hora de passar roupa. Então é só o serviço da casa, ali mesmo, que você vai organizar a casa e deixar, o bom disso é assim, você vai fazer, você vê que terminou o serviço a casa tá toda limpa, tudo arrumado sabe? Não tem que ficar perguntando para a dona da casa se tá bom, se tá certo. A pessoa vai chegar e vai encontrar a casa organizada. Então isso pra mim é gratificante, saber assim que a pessoa tranca a porta e diz: Oh Celeste o apartamento é seu, se vire! É aquela confiança de deixar na minha mão e quando ela chegar ela sabe que vai estar em ordem vai estar arrumado. Certo, então isso pra mim é bacana.

Em alguns casos, elas até mesmo preferiam não ter que conviver com seus empregadores, pois assim eles não atrapalhavam a sua faxina, como por exemplo, passando de um lugar ao outro e sujando o que já foi feito ou mostrando a elas como deveria ser feito. Mesmo nessas relações havia as cargas afetivas, que muitas vezes vinham expressas nos bilhetes, telefonemas e no próprio imaginário da diarista.

Thays: e, por exemplo, as meninas lá que você não conheceu, como era assim?

Madalena: ah, eu ficava imaginando como elas era, pelas fotos né.

Thays: como assim?

Madalena: ah, o jeito que elas podem ser né, porque tem bastante amigas né. Tem uma que tem foto com bastante amigas né, e a outra já não, daí eu fiquei pensando: ué, será que uma é mais simpática que a outra né? Sei lá né..

Thays: porque tem mais amigos...

Madalena: é, porque tipo, no quarto de uma é só foto dela assim sabe, e da outra tem uns negócio assim “meus amigos, meus amigos, minhas viagens, minhas isso, minhas aquilo”. Eu falei: nossa, parece que a outra é mais fechada assim sabe...

Assim, venho demonstrando por meio dessas narrativas que as relações afetivas não “desaparecem” ou se tornam mais racionalizadas em função da prática do trabalho realizado em diárias, que as relações são construídas por meio de uma dinamicidade de tempo. Essas afetividades são reconfiguradas nestes espaços e contextos, e são as bases para que essas trabalhadoras se mantenham empregadas nessas residências.

Esta análise da economia da gratuidade revela a profundidade como as desigualdades de poder penetram na vida emocional. O poder não funciona ao redor destas relações de gratidão, e sim por meio delas. Não podemos deixar de mencionar que toda essa gratidão e afetos estão conectados com relações sociais desiguais de trabalho, dessa forma, os afetos aparecem aqui como meio para se conseguir relações mais humanas, que valorizem e reconheçam o outro. Contudo, não estamos falando de afetos e relacionamentos trabalhistas pautados nos parâmetros de igualdade.

Assim, compreendo que estas relações afetivas contribuem para a elaboração sentimental destas diaristas, pois já foram demasiadamente machucadas em suas trajetórias pessoais. De tal modo que estabelecem um bom convívio com seus empregadores de acordo com o que querem sentir, e não com o que é de direito sentir; ou seja, esta elaboração sentimental e afetiva se relaciona ao processo de agenciamento em que estas mulheres se encontram, e não no reconhecimento de cidadãos, de trabalhadores e de direitos que há muitos anos é suprimido pelas noções de serventia que estão agregadas na cultura brasileira.

Assim sendo, o trabalho concretizado pelas diaristas é formado por diversas características, que interligam suas histórias passadas, seus sentimentos, seu processo de agência e as valorizações pessoais por meio do afeto. Um quadro de trabalho que se configura como novo em nossa sociedade, mas que ainda carrega muita das estruturas de desigualdades brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs a compreender como eram estabelecidas as relações de trabalho entre diaristas e seus empregadores, evidenciando as percepções destas trabalhadoras frente a suas experiências com os contextos de trabalho, com os espaços nos quais se inserem cotidianamente e com as suas posições frente à jurisprudência brasileira. Além disso, busquei apreender por quais lógicas afetivas estas relações se concretizam e sustentam.

Entretanto, perante o trabalho de campo e as narrativas, percebi que as minhas noções em relação ao conceito de afeto necessitavam ser ampliadas, pois ficou evidente que todos os marcos sociais nos quais as diaristas se encontram as afetam de alguma maneira, sendo pontos de possíveis interpretações pessoais, que se relacionam a suas subjetivações e influenciam diretamente seus processos de agência e a edificação de novas trajetórias.

Compreendendo este quadro social, tomei como caminho de análise evidenciar as emoções e sentimentos suscitados nas diversas experiências narradas por estas trabalhadoras, pois através da interpretação destes sentimentos o processo de agenciamento e a percepção sobre a realidade da qual vivem seriam melhor visualizadas. Busquei ressaltar as lógicas e percepções das próprias diaristas em relação aos afetos, às noções de cidadania, e à estrutura social na qual estão inseridas e apresentar como estas mulheres concretizaram um quadro de autonomia, escolhas e seleções trabalhistas.

Contudo, percebo que estas compreensões sobre o campo de pesquisa são pontos analíticos em meio a tantos outros possíveis. As percepções evidenciadas acerca do trabalho doméstico remunerado geraram várias outras indagações em relação a este segmento profissional. Dessa forma trago as conclusões a que cheguei neste trabalho, como também as lacunas e interrogações que não foram apreendidas com completude durante o processo da pesquisa.

Contextos e Estrutura Social

Um dos objetivos mais importantes traçados nesta pesquisa se relaciona a compreender por quais espaços e contextos as diaristas cotidianamente se inserem, pois assim ficam evidenciadas as realidades sociais com que diariamente se deparam em suas vidas. Sendo estes essenciais para visualizar por quais marcos sociais e culturais suas lógicas, práticas, emoções e sentimentos são perpassados e interligados a suas subjetivações. Estes espaços e contextos foram apreendidos em dois momentos desta pesquisa: na sistematização dos dados quantitativos e na realização das entrevistas.

Através dos dados quantitativos foi possível observar as categorias que configuram o trabalho doméstico remunerado. Por meio dos dados relativos à escolaridade, renda, idade, etnia, legalidade trabalhista e contribuição previdenciária, pude demonstrar por quais aspectos este segmento profissional é formado em nossa sociedade.

As informações adquiridas por estes dados nos mostram que tanto no Brasil, como no Estado do Paraná e na Região Metropolitana de Curitiba, o trabalho doméstico remunerado se fundamenta por precárias condições sociais. Esta categoria profissional agrega uma grande quantidade de mão-de-obra feminina, não especializada e com baixas remunerações. Além disso, o número de contratações ilegais ainda predomina neste segmento. Este quadro sustenta e reproduz uma realidade social estigmatizada, que emprega grande parte das mulheres que vivem nas periferias urbanas, não podendo contar com estruturas sociais básicas que lhes garantam minimamente os direitos de cidadãos.

Os dados quantitativos foram fundamentais para que houvesse uma compreensão geral de como o trabalho doméstico remunerado se apresenta na realidade social brasileira. Apesar de interligar a todo o momento as narrativas e experiências das diaristas com estas informações, não foi possível sistematizar os dados quantitativos relativos somente a estas, o que me possibilitaria apreender diretamente as características que envolvem estas mulheres. Dessa forma, ainda é necessário investigar por quais métodos se poderia chegar a estas informações, para ampliar as análises relativas a este setor trabalhista.

A segunda maneira na qual pude observar os contextos, espaços e percepções destas trabalhadoras foi por meio da inserção em seus bairros e nas casas de seus empregadores.

Na maior parte das vezes tive a oportunidade de fazer a entrevista em suas casas. No trajeto realizado até lá pude observar bairros com precárias estruturas urbanas e que continham um aspecto muito violento. Não havia escolas, creches, unidades de saúde, saneamento básico e as ruas eram de terra batida. Em todos os bairros visitados a situação do transporte público era problemática, não havia ônibus suficientes para poder transportar as pessoas do bairro com qualidade. Esta realidade urbana se “esconde”, normalmente, nos espaços muito afastados do centro da cidade, não estando a “vista” de todo cidadão curitibano.

É preciso realizar pesquisas que visualizem as periferias de Curitiba, suas necessidades e singularidades culturais, políticas e sociais, que estão suprimidas pelo ideal moderno que a cidade sustentou por muitos anos. Por estas pontuais inserções no subúrbio da cidade, posso afirmar que as diversas formas de segregações e desigualdades estão presentes na capital paranaense, e necessitam ser investigadas e escutadas. Estas periferias estão esquecidas tanto pela população local, quanto pelos investimentos estatais. Estes lugares se sustentam por si mesmos, a comunidade se reinventa e cria suas próprias lógicas para suprir as deficiências estruturais. Este aspecto foi percebido quando me deparei com a realidade residencial das diaristas. Estas possuíam casas próprias, bem estruturadas e mantinham confortos por meio dos eletrodomésticos, móveis, carros ou motos. A aquisição destes bens materiais advinha da necessidade de dissimular o contexto tão precário dos bairros nos quais habitavam. Assim, concretizavam melhorias para seu cotidiano e estabeleciam processos de agência em suas trajetórias.

As noções relativas às desigualdades também foram evidenciadas quando realizei as entrevistas na casa de seus empregadores. Eu fui muito bem recebida nestes lugares, tanto pelas diaristas, quanto pelos donos da casa. Eu analisei esta “boa recepção” por meio do processo de escolha que estas trabalhadoras realizam atualmente em sua vida profissional, dessa forma me recebiam nas residências nas quais tinham bons relacionamentos com seus empregadores. Contudo, depois de uma releitura deste material, acabei percebendo que esta análise pode conter muita ingenuidade. Eu penso que possivelmente essa recepção era realizada devido a minha posição de pesquisadora,

e por estar inserida, diretamente ou não, na rede de sociabilidade destes empregadores. Questiono assim se este mesmo comportamento se repetiria com pessoas da rede de sociabilidade da diarista, ou se seria até mesmo alguma forma de oprimir algumas narrativas destas trabalhadoras.

Diante destas indagações, acredito que seja necessário pesquisar as lógicas e percepções dos empregadores, para compreender seus pontos de vista e suas práticas em relação à contratação de trabalhadoras domésticas remuneradas. Além deste aspecto, outras características poderiam ser visualizadas com estas possíveis pesquisas, como por exemplo, as relações com a jurisprudência e as noções de serventia tão apontadas pela bibliografia.

Portanto, os diversos aspectos ligados as desigualdades e segregações estão, de alguma maneira, perpassados por todos os contextos e espaços nos quais as diaristas se inserem cotidianamente. Sendo estas vividas, tanto em suas próprias casas, quanto na de seus empregadores, sendo mais um dos pontos a serem interpretados em suas subjetivações. No entanto, estas variadas formas de desigualdade apresentadas na pesquisa ainda precisam ser ampliadas para compreender esta realidade da maneira mais completa possível.

Cidadania e Afeto

Atualmente há uma mobilização advinda de instituições, movimentos políticos e parlamentares com o objetivo de regulamentar a legislação para trabalhadores/as domésticos/as remunerados/as em um parâmetro de igualdade com os outros trabalhadores brasileiros. Há uma grande deficiência constitucional que limita os direitos consentidos para esta categoria profissional, além de não abarcar com completude todas as derivações profissionais que estão inseridas neste segmento, como é o caso das diaristas.

A atual legislação brasileira referente às diaristas não condiz com sua prática trabalhista, sendo excluídas da legalização por uma incompatibilidade das rígidas compreensões jurídicas acerca deste trabalho.

Observei que as complexidades que estão ligadas nas negociações legislativas, para as trabalhadoras domésticas remuneradas, refletem as particularidades culturais e sociais em que esta profissão é exercida. Percebemos que as ambivalências constituídas

nestas relações, que interligam características como afeto, dinheiro, direitos e deveres causam consequências nas contratações trabalhistas, nos intercâmbios realizados entre diaristas e empregadores, além de trazer efeitos perante as percepções da própria trabalhadora frente a suas posições de direitos. Elas levam em consideração suas experiências emocionais ao se defrontarem com um campo jurídico, que na maior parte das vezes, traz esgotamentos emocionais advindos das ilusões, das promessas não cumpridas, das posições em que se encontram em um campo visivelmente penetrado pelas formas de poder. Estas experiências e relatos emocionais levam as diaristas a criarem estratégias e caminhos que lhes possibilitem não vivenciar estas situações novamente.

Elas se assumem como autônomas perante estas relações de trabalho, e extinguem diversos benefícios que lhes garantiriam acesso a um trabalho que integraria as noções de cidadania. Nenhuma das diaristas entrevistadas fazia o pagamento do seu próprio INSS, pois justificavam que não sabiam onde ir, por onde começar e a quantia que teriam que pagar lhes faria falta no final do mês. Esses direitos são suprimidos também por um aspecto da imediaticidade descrita pelas diaristas, os gastos com os filhos, com sua própria casa, com confortos, lazer e com as necessidades cotidianas, tais como luz, água, mercado se mostravam bem mais importantes para elas do que propriamente os direitos futuramente adquiridos pela contribuição previdenciária.

Esta realidade jurídica que entrelaça as noções de serventia, afetos, emoções e cidadania necessita ser melhor investigada. Esta pesquisa não esgota as diversas interpretações e práticas cotidianas que possivelmente alimenta estas relações, pois existem outras formas de resistência política que vão além das negociações travadas pessoalmente entre empregadores e trabalhadoras. O sindicato da categoria em Curitiba não foi sequer citado nesta pesquisa, e possivelmente iria expor diversos aspectos que trariam outras visões sobre este campo marcado por exercícios e singularidades construídos por estas mulheres, que refletiriam diretamente nas concepções sobre cidadania. As discussões políticas e jurídicas em relação ao trabalho doméstico remunerado precisam considerar todas estas ambivalências, complexidades e lógicas. Pois, se considerarmos somente as perspectivas legais, podemos invisibilizar todo quadro de práticas que se ligam às diversas formas de democracia e poder.

Emoções, Agências e Seletividades

Através da pesquisa realizada em Curitiba, eu percebi que o quadro do trabalho doméstico remunerado está obtendo outras configurações, que são marcadas por conteúdos de autonomia, seletividades e afetos construídos por meio do processo de agência realizado pelas diaristas.

As trabalhadoras entrevistadas já passaram por diversas experiências em suas trajetórias, que as afetaram significativamente e foram pontos de interpretações e reinterpretações acerca de sua realidade, estabelecendo novos vínculos trabalhistas que lhes possibilitaram vivenciar situações diferentes. Os imensuráveis sentimentos suscitados frente às diversas posições sociais nos quais já viveram não foram percebidos por mim como alegorias de suas narrativas, e sim, como verdadeiros instrumentos de subjetivações que as fazem elaborar – conscientemente ou não – novas trajetórias em que possam sentir-se bem.

Este processo de subjetivação e agenciamento traz como consequência uma realidade trabalhista que evidencia sua autonomia frente aos seus sentimentos, seus trabalhos e seus empregadores, não se submetendo mais a todo e qualquer tipo de ordens, injustiças e abusos. Eu encontrei nesta pesquisa, mulheres que escolhem e selecionam as casas nas quais querem trabalhar. E a este ato de seleção se agregam as diversas formas de afeto encontradas nestas relações.

As diaristas trabalham nas residências nas quais tem um bom relacionamento com seus empregadores, em que as tarefas não sejam demasiadamente cansativas, em que as refeições são oferecidas enquanto a comida está quente, em que o trajeto não se mostra árduo e que principalmente, podem fazer seu trabalho sem a “encheção de saco” dos patrões. Assim, as afetividades são determinadas de acordo com as escolhas realizadas pelas diaristas, concretizando-se em seleções afetivas. Estes afetos, no entanto, são construídos em relações de poder em que as posições das trabalhadoras e de seus empregadores se mostram delimitadas, o que gera uma economia de afetos e gratidão.

Estas escolhas e seleção são pautadas nas experiências por que estas trabalhadoras passaram, sendo constituídas de uma maneira individual. Em todos os processos observados nesta pesquisa pude perceber este aspecto. Não há na jurisprudência brasileira e nem nas organizações estatais, paramentos que possibilitem

melhorias para essas trabalhadoras. Sendo concretizadas, apenas, nos planos individuais.

Assim, trago nesta pesquisa os processos, práticas e lógicas que fazem as diaristas permanecerem neste segmento profissional, e estabelecerem, cada vez mais limites e características que lhes possibilitam uma trajetória de trabalho na qual se sintam valorizadas. Estas relações acabam sendo mascaradas, pois são pautadas em um sentido humano, e não igualitário. Mais uma vez nos deparamos com mulheres, que individualmente, driblam as desigualdades por meio de suas próprias lógicas.

REFERÊNCIAS

ABAGNANO, Nicolla. **Dicionário De Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ADÁN, Carme. **Feminismo y Conocimiento**: de la experiencia de las mujeres al cı́borg. Galicia: Espiral Maior, 2006.

ADELMAN, Miriam. Por amor ou por dinheiro? Emoções, Discursos, Mercados. In: **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n. 2, p. 117-138

ADELMAN, Miriam. Para além do Discurso: o poder da afetividade. In.: **Cadernos Pagu**. Campinas, 2004, n.23, p.389-397.

ALVES, Francisca Elenir. **Projeto Trabalho Cidadão**. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Social e Subsecretária de Políticas Afirmativas. 2009

AGUIAR, N. Um guia exploratório para a compreensão do trabalho feminino. In: AGUIAR, N. (Coord.). **Mulheres na força de trabalho na América Latina**: análises qualitativas. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 13-28.

ÁVILA, Maria Betânia de Melo. **O Tempo do Trabalho das Empregadas Domésticas**: tensões entre dominação/exploração e resistência. Recife: Editora Universitária, UFPE, 2009.

BECKER, Howard. Problemas de Inferência e Prova na Observação Participante. In.:- _____ . **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1997.

BERNADINO COSTA, Joaze. **Sindicato das Trabalhadoras Domésticas no Brasil**: teorias da descolonização e saberes subalternos. *Tese de Doutorado*, Brasília, 2007.

BERNADINO COSTA, Joaze. Desigualdade Social Estável. In.: **Sociedade e Cultura**, v. 3, n. 1 e 2, jan/dez. 2000, p. 251-255.

BERNADINO COSTA, Joaze. Migração, Trabalho Doméstico e Afeto. In.: **Cadernos Pagu**. Campinas, 2012, n.39, p. 447-459.

BODÊ DE MORAES, Pedro Rodolfo; SOUZA, Marcile Garcia. Invisibilidade, Preconceito e Violência em Curitiba. **Revista Sociologia e Política**. Paraná, n. 13, p. 7-16.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. 2013. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br>>. Acesso em: 05 fev. 2013.

BRITES, Jurema. **Afeto, Desigualdade e Rebeldia**: bastidores do serviço doméstico. *Tese de Doutorado* apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2000.

BRITES, Jurema. Serviço Doméstico: elementos políticos de um campo desprovido de ilusões. **Campos**: 65-85, 2003.

BRITES, Jurema. Afeto e Desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **Cadernos Pagu**, 2009.

BUTLER, Judith. **Marcos de Guerra: las vidas lloradas**. Barcelona: Editora Paidós, 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1962.

CARDOSO-VALE, Tereza Cristina de Souza. **Cidadania Regulada: uma exploração crítica do conceito**. 6º encontro ABPC. Campinas, 2008.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Rio de Janeiro. Vozes, 1998. Pág. 11-80

CHANEY, Elsa e GARCIA CASTRO, Mary (orgs) **Muchacha / cachifa / criada / empleada/ empregadinha / sirvienta y... más nada: trabajadoras domésticas en América Latina y Caribe**. Venezuela, Ed. EPU, 1999.

CHODOROW, Nancy J. **El Podel de los Sentimientos: la significación personal em el psicoanálisis, el gênero y la cultura**. Buenos Aires: Paidós, 2003.

CORONATO, Marcos; Moura, Marcelo; e alt. Por Que a Empregada sumiu. **Revista Época**. Rio de Janeiro. Editora Globo, Ed. 714

DA MATTA, Roberto . A Família como Valor: Considerações Não-Familiares sobre a Família Brasileira. In:ALMEIDA, Angela Mendes de (org.), **Pensando a Família no Brasil**. Rio de Janeiro. Espaço e Tempo e Editora da UFRJ, 1987.

DELPHY, Christine Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (orgs.).**Dicionário crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 173 - 178.

DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna S. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K. ; LINCOLN, Yvonna S. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens**. 2ª edição. São Paulo: Artmed/Bookman, 2006, p. 17-47.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michèle. O delineamento da pesquisa qualitativa. In.: In.: POUPART, Jean; DESLAURIES, Jean- Pierre. **A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008, p.127-214.

DILMENSTEIN, Gilberto. Folha de S.Paulo. Doméstica vai virar Luxo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/columnas/gilbertodimenstein/1189259-domestica-vai-virar-luxo.shtml>>. Acesso em: 05 fev. 2013.

DUTRA, Eneida; MORI, Natalia. Governo não executou o Programa “Trabalho Doméstico Cidadão”. **Boletim Trabalho Doméstico Tem Valor**, São Paulo, v. 2, ano 1, outubro. 2008.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995

ESPINOSA, B., **Ética demonstrada à maneira dos geômetras**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3ªed. São Paulo: Ática, 1978.

FRAGA, Alexandre Barbosa. **De Empregadas a Diaristas**: as novas configurações do trabalho doméstico remunerado. Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”. In: **Cadernos de Campo**. Revista dos alunos de pós-graduação em Antropologia Social da USP. SP: USP, FFLCH, nº 13, ano 14, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 20ªed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1988.

FREYRE, G. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 2 vols. 3ªed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1961.

FONSECA, Claudia. **Quando cada caso NÃO é um caso**: pesquisa etnográfica e educação. Rev. Bras. Educ. [online]. 1998, n.10, pp. 58-78.

FONSECA, Márcio A. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 1995.

FOUCAULT, M. **Tecnologias Del Yo**. Barcelona: Paidós, 1990.

FOUGEYROLLAS-SCWEBEL, Dominique. Trabalho doméstico. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (orgs.). **Dicionário crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 256 - 262.

GRAHAM, Sandra Laudelarde. **Proteção e obediência**: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. São Paulo; Cia das Letras, 1992.

GUTIÉRREZ-RODRÍGUEZ, Encarnación. **Migration, Domestic Work and Affect**: a decolonial approach on value and the feminization of labor. New York, Routledge, 2010.

HARRIS, David Evan. **“Você vai e servir”**: desigualdade, proximidade e agência nos dois lados do equador. Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade de São Paulo, 2007.

HIRATA, Helena. Trabalho Doméstico: uma servidão voluntária?. In.: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da. (Org.). **Políticas Públicas e Igualdade de Gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

HIRATA et. al. (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. 342 p.

HOCHSCHILD, Arlie Russel. **La Mercantilización de la Vida Íntima** : apuntes de la casa y el trabajo. Buenos Aires : Katz Editores, 2008.

IANNI, Octavio. “O estudo da situação racial brasileira”. In: **Revista Brasileira**. no. 19. 1958.

IANNI, Octávio. “Do Polonês ao Poloco”. In.: Revista do Museu Paulista. Vol. XII, 1960.

IANNI, Octávio. “A Situação Social do Polonês: projeto de estudo”. **Raças e Classes Sociais no Brasil**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1966.

KERGOAT, Danièle. Divisão Sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (orgs.). **Dicionário crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 67 - 75.

KOFES, Suely. **Mulher Mulheres**: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

LINCOLN Yvonna S.; GUBA, Egon G. Controvérsias paradigmáticas, contradições e confluências emergentes. In: DENZIN, Norman K. ; LINCOLN, Yvonna S.. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa**: teorias e abordagens. 2ª edição. São Paulo: Artmed/Bookman, 2006. p. 169 -192

LOBO, Elizabeth Souza. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo,. Brasiliense, 1991.

LUZZI, Mariana; NEIBURG, Federico. Prácticas Económicas, Derecho y Afectividad en la Obra de Viviana Zelizier. In.: ZELIZIER, Viviana A. **La Negociación de la Intimidad**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009. p. 11-19.

MACEDO, Renata Guedes Mourão. **Consumo Cultural de Perspectivas de Gênero entre um Grupo de Empregadas Domésticas**. VI Congresso Internacional de Estudos sobre Diversidade Sexual e de Gênero na ABEH. 2012.

MADURO, Otto. **A desmistificação do marxismo na Teologia da Libertação**. Estação de Seca na Igreja, ISER, Rio de Janeiro, n. 39, p. 55-72, 1990

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In.: Sociologia e Antropologia. São Paulo: EPU, 1974.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. In.: Sociologia e Antropologia. São Paulo: EPU, 1974.

MAUSS, M. **A expressão obrigatória de sentimentos**. In: OLIVEIRA, R. C. de (org.). Mauss. São Paulo: Ática, 1979.

MATOS, M. Izilda S. . Porta a dentro: criados de servir em São Paulo 1890-1930. In: Maria Cristina Bruschini e Bila Sorj. (Org.). **Novos Olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil**. Sao Paulo: Fund Carlos Chagas/ Marco Zero, 1994, p. 193-212.

MELO, Hildete Pereira de. **O Serviço Doméstico Remunerado No Brasil: de Criadas A Trabalhadoras**. Texto para Discussão do IPEA, Rio de Janeiro/RJ, p. 1-29, 1998.

MELO, Hildete Pereira de. PARREIRAS, L. E. ; PESSANHA, M. C.. A economia política do serviço doméstico remunerado: rendimentos e luta sindical. In: Irene M.S. GALEAZZI. (Org.). **Mulher e trabalho**. Porto Alegre: FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP FAT, 2005, v. 5, p. 106-117.

_____. **Gênero e pobreza no Brasil**. Relatório Final do Projeto de Governabilidade Democrática de Género en America Latina y el Caribe. Brasília: CEPAL,SPM, 2005.

MEUCCI, Simone. **Octavio Ianni em Curitiba**: os dilemas e nexos entre ciência social, ideais de modernidade e identidade regional. XIII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, 29 de maio a 1 de junho de 2007, ufpe, recife (PE).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Hermenêutica- Dialética como Caminho do Pensamento Social. In.: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES,Suely Ferreira. **Caminhos do Pensamento**: epistemologia e método. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

MOTTA, Alda Britto da. **Visão de Mundo da Empregada Doméstica**: um estudo de caso. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós Graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador. 1977.

NUNES, Cristiane Girard. **Cidadania e Cultura**: o universo das empregadas domésticas em Brasília (1970-1990). Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília. 1993.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção e Recomendação sobre Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos**. 2011

OLESEN, Virginia L. Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio In: DENZIN, Norman K. ; LINCOLN, Yvonna S. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa**: teorias e abordagens. 2ª edição. São Paulo: Artmed/Bookman, 2006, p. 219-257.

OLIVEIRA, Emanuela P. **Cursos para trabalhadoras domésticas**: estratégias de modelagem. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, novembro de 2007.

OLIVEIRA, Emanula. **O sindicato de trabalhadoras domésticas de Campinas-SP: pensando desigualdades**. Rio de Janeiro. LASA 2009.

ONU. OIT e ONU Mulheres lançam folder sobre direitos dos trabalhadores domésticos. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/oit-e-onu-mulheres-lancam-folder-sobre-direitos-dos-trabalhadores-domesticos/>>. Acesso em: 05 fev. 2013.

PIRES, Álvaro. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. In.: POUPART, Jean; DESLAURIES, Jean- Pierre. **A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 43-94

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In.; In.: POUPART, Jean; DESLAURIES, Jean- Pierre. **A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 215-253.

PORTO, Camba Marques. Os Afazeres Domésticos, Trabalho Doméstico Remunerado e a Proteção do Estado Democrático de Direito. In: **Observatório Brasil Da Igualdade de Gênero**. Brasília: Secretaria Especial de Política para as Mulheres. 2010, p. 77-88.

SAFFIOTI, Heleith Iara B. **Gênero, Patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2007.

SAFFIOTI, Heleith Iara B. **Emprego Doméstico e Capitalismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

SAFFIOTI, Heleith Iara B. **O Trabalho Feminino sobre o Capitalismo Dependente: Opressão e Discriminação**. Anais do I Encontro de Estudos Populacionais Campos de Jordão, 1978, v.1, p.407-422

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A Pós-Revolução Brasileira. In.: FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Brasil, Sociedade Democrática**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1985.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências. In.: _____(Org.). **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente**. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

SASSEN, Saskia. Mondialisation et Géographie Globale du Travail. In. : FALQUES, Jules; HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle, et al. (Dir.) **Le sexe de la Mondialisation** :genre, classe, race et nouvelle division du travail. Paris : Presses de Science Po, 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, n.16, v.2, p. 5 -22, jul/dez, 1990

TALAHITE, Fatiha. Genre, marche du travail et mundialization. In. : FALQUES, Jules; HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle, et al. (Dir.) **Le sexe de la mondialisation** :genre, classe, race et nouvelle division du travail. Paris : Presses de Science Po, 2010.

TAMANINI, Marlene. **Saúde e Doença na Interação entre Gênero e Trabalho**: um estudo das representações das empregadas domésticas. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 1997.

TAMANINI, M. **Uma análise Foucaultiana das tramas do poder nas relações de trabalho entre empregadas domésticas e patroas**. Episteme, Tubarão/ SC.v 05, p. 155 -177, 1998. , v.5, p.155 - 177, 1998.

TAMANINI, M. **Doméstico**: produto da história e efeito do discurso. Revista da Febe, Brusque. V. 0, N. 2, p. 137 - 153, 1997. , v.02, p.137 - 153, 1997.

TORRES, Marieze Rosa. **Hóspedes Incômodas?** Emoções na sociologia norte-americana. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade Federal da Bahia. 2009.

VIDICH, Arthur J; LYMAN, Stanford M. Métodos qualitativos: sua história na Sociologia e Antropologia In: DENZIN, Norman K. ; LINCOLN, Yvonna S. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa**: teorias e abordagens. 2ª edição. São Paulo: Artmed/Bookman, 2006, p. 49-90.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais** Tradução Augustin Wernet; Introdução à edição brasileira Maurício Tragtenberg. São Paulo: Cortez; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

ZELIZIER, Viviana A. **La Negociación de la Intimidad**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

YACCOUB, Hilaine. A chamada “nova classe média”: cultura material, inclusão e distinção social. In.: **Horizontes Antropológicos**. vol.17 no.36. Porto Alegre Julho/Dezembro. 2011

